

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 98

Publicação do CEM - Ano XXXVI, Nº 98 - Setembro - Dezembro/2023



Brasil

Fronteiras simbólicas

Infância

Itália

Políticas migratórias

Educação

Ativismo social

Pastoral do Migrante

Vale do Jequitinhonha

Refugiados sírios

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Érika Pires Ramos (USP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC), Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR),
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP), Patrícia Villen (UNICAMP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Rosemeire Salata (UNESP/Car),
Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA), Tatiana Waldman (Museu da Imigração),
Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

EDITORA DE LEIAUTE

Renata Peres (UAM)
Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil
Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaospaz.org
cem@missaospaz.org
www.missaospaz.org

Capa - Sérgio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO

Apresentação 05
José Carlos Pereira

Presentation 09
José Carlos Pereira

ARTIGOS

A situação migratória no Brasil e na Itália 13
Célia Regina Vendramini

As migrações transnacionais e a sua relação com os governos brasileiros: modelos migratórios adotados entre os anos de 1994 e 2022 33
Pedro Teixeira Pinus Greco

A Pastoral do Migrante como meio de ressocialização dos migrantes em Salvador-BA 49
Aline Veiga Moita

O imigrante ideal: uma análise da política imigratória de Getúlio Vargas (1930 - 1945) 59
Bruno Iury dos Reis Basílio

Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil ... 77
Márlcio Lourenço Fernandes

Fronteiras simbólicas como espaços vivos *na beira do mar*, de Maria Manuela Margarido, poetisa santomense 109
Edmilson Rodrigues

Infancias migrantes y fronteras: un estado de arte poco visible .. 121
Laura Janaina Días Amato
Daniel Alejandro Cubides

O ativismo de imigrantes e refugiados nos movimentos sociais contemporâneos 133

Anderson Barbosa de Lima

Sintilla Abreu Bastos Cartaxo

Nas redes da informalidade: a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019) 151

Claudia Morgana Machado Oliveira

Andrea Pacheco Pacífico Calazans

RESENHAS

CROSSING: how we label and react to people on the move
CRUZANDO: como rotulamos e reagimos às pessoas em movimento 171

Felipe Aquino Domiciano

Educação e migração no Brasil contemporâneo 175

Rômulo Sousa de Azevedo

Apresentação

José Carlos Pereira

Esta edição de Travessia traz um conjunto de artigos que apresentam um fio condutor entre si e nos convidam à reflexão sobre questões centrais em processos migratórios. Para ilustrar, citemos algumas: políticas migratórias, acolhimento, alteridades, fronteiras, infâncias, organização e mobilização social de migrantes, reconhecimento, refúgio, agência e inserção social, mudanças climáticas, precarização do trabalho, e, inclusive, um tema que tem sido apagado nas agendas de movimentos sociais, da mídia e mesmo da academia nos últimos anos, migrações internas no Brasil, especialmente o caso de camponeses do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

Célia Regina Vendramini em *“A situação migratória no Brasil e na Itália”* analisa a migração nesses dois países a partir da posição deles “no mercado mundial de trabalho”. Em que pesem as subjetividades sempre presentes nas tomadas de decisão dos migrantes e suas famílias, a autora procura demonstrar os vínculos entre a migração e as relações sociais estruturais que as engendram e as caracterizam, como uma “regra.... uma condição permanente da própria existência do capitalismo”.

No artigo *“As migrações transnacionais e a sua relação com os governos brasileiros: modelos migratórios adotados entre os anos de 1994 e 2022”*, de Pedro Teixeira Pinus Greco, o Brasil é tomado como locus de análise a partir de três governos (FHC, Lula da Silva e Dilma Roussef). O autor pondera que, quanto maior a maturidade democrática de um governo ou Estado, maior a chance de implementação de políticas de acolhimento humanitário aos migrantes. Tal observação fortalece a tese de que, para além da contribuição dos migrantes ao desenvolvimento econômico do seu país de destino, eles também são fundamentais ao fortalecimento e aprimoramento da democracia. A convivência com o outro pressupõe diálogo, reconhecimento recíproco das alteridades e garantias para a liberdade de expressão sociocultural.

Assim como são importantes as organizações e mobilizações dos próprios migrantes e refugiados, também o são outras instituições sociais que prestam-lhes serviços, especialmente de acolhida e apoio para documentação. Nesse sentido, em *“A Pastoral do Migrante como meio de ressocialização dos migrantes em Salvador-BA”*, Aline Veiga Moita nos apresenta um histórico da Pastoral do Migrante em Salvador e a sua efetiva contribuição para o acolhimento e socialização dos migrantes na capital baiana e sua região metropolitana. A Pastoral se destaca “não somente

como uma instituição de atividade assistencialista, mas como um braço de poderes públicos, organismos internacionais e movimentos da sociedade civil” no apoio a migrantes.

Em *“O imigrante ideal: uma análise da política imigratória de Getúlio Vargas (1930 – 1945)”*, Bruno Lury dos Reis Basílio ressalta que a “imigração é um fenômeno que sempre foi constante para o Brasil, sendo o tráfico de africanos um dos maiores eventos de imigração forçada já visto. Ademais, o histórico migratório brasileiro é repleto de nuances, a princípio se desejava estrangeiros para o trabalho, porém, a preferência por europeus, brancos e cristãos estava em primeiro lugar nos desejos das elites brasileiras. Durante o governo de Getúlio Vargas, a ideologia eugenista, que era influente nos regimes nazifascistas da Europa, também esteve presente nos decretos, nas circulares secretas e nas propagandas do regime brasileiro, fazendo-se presente nas classificações de grupos étnicos que seriam bons ou ruins para a formação social, moral e sanitária brasileira”.

Márlio Lourenço Fernandes contribui para reabrir a questão da migração nacional interna no Brasil, escamoteada politicamente nos últimos anos como agenda ultrapassada. Em *“Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil”*, o autor nos faz ver a atualidade dessa migração como uma questão social mal resolvida; também convida-nos a considerar a complexidade dessa migração no bojo das mudanças climáticas, da modernização científica e tecnológica pela qual vem passando o agronegócio brasileiro, especialmente o setor sucroalcooleiro, o consequente desemprego e a precarização do trabalho. Nesse contexto, e em face das mudanças climáticas que têm alterado o calendário das chuvas e estiagens – antes combinado com as safras de cana-de-açúcar, laranja e café nas regiões de destino da migração –, camponeses do Jequitinhonha têm empreendido novas modalidades migratórias, como a migração adaptativa, em resposta àquelas transformações.

Em *“Fronteiras simbólicas como espaços vivos na beira do mar, de Maria Manuela Margarido, poetisa santomenense”*, Edmilson Rodrigues enfatiza o desvelamento do sujeito diaspórico que a poetisa procura mostrar em sua obra, através da metáfora das fronteiras simbólicas. A formação do sujeito diaspórico está articulada às fronteiras forjadas pela colonização Europeia e Norte-Americana sobre a África e, fundamentalmente, ao desenvolvimento do capitalismo.

Laura Janaina Días Amato em *“Infancias migrantes y fronteras: un estado de arte poco visible”* procura mapear, em bases de dados acadêmicas, trabalhos que deem conta da “tríade: infância, migração e tríplice fronteira”.

A autora aponta para a carência na produção científica sobre o tema. O cruzamento de fronteiras por crianças acompanhadas ou desacompanhadas por seus pais ou outros adultos por elas responsáveis ou ainda das chamadas “crianças soldados” é um problema social antigo e tem se agravado nos últimos 25 anos. De acordo com o FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF (2023), é cada vez maior o contingente de crianças em três das principais rotas migratórias na América Latina e Caribe, como a floresta de Darién na fronteira entre a Colômbia e o Panamá, locais especiais de trânsito de migrantes no norte da América Central e no sul do México, e os chamados corredores migratórios que levam para fora da América do Sul. De 2021 até o fim do primeiro semestre de 2023, cerca de 129 mil crianças atravessaram a floresta de Darién. Dentre elas, cerca de 60 mil tinha menos de 5 anos de idade. É também cada vez maior o número de crianças migrantes e solicitantes de refúgio barradas na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América (EUA). De 2021 até julho de 2023, aproximadamente 387 mil crianças cruzaram a fronteira norte do México com os EUA. Em todo o mundo as crianças representam 13% dos migrantes, já na América Latina e Caribe elas são 25% deles. Mudanças climáticas, aumento da pobreza e conflitos entre gangues têm sido as principais causas dessas migrações.

Anderson Barbosa de Lima em *“O ativismo de imigrantes e refugiados nos movimentos sociais contemporâneos”* aponta para o protagonismo “dos imigrantes e refugiados como agentes ativos nessas organizações”. Lima ressalta a importância das organizações e mobilizações sociais de migrantes e refugiados como imprescindíveis à construção de agendas sociais, à formulação e à implementação de políticas públicas de direitos à liberdade, à integração social, prevenção e combate à xenofobia. Para dialogar com o autor, cabe lembrar a contribuição das diversas comunidades de migrantes e refugiados para a elaboração da Lei municipal de migração em São Paulo, em 2016, e, mais recentemente, desde 2021, para a elaboração e implementação de uma política migratória na capital paulista.

Claudia Morgana Machado Oliveira e Andrea Maria Pacheco Pacífico Calazans em *“Nas redes da informalidade: a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019)”* põem em relevo as agências de refugiados sírios no Egito em vista do seu acolhimento e inserção social. Suas agências, ainda que frágeis e provisórias, fortalecem suas relações com a comunidade autóctone e, de certo modo, suprem lacunas estruturais na política migratória do Estado egípcio. As autoras observam que, a despeito do caráter de provisoriedade das agências, elas podem contribuir para mudanças no modelo convencional egípcio, caracterizado mais pela verbalização do que pela efetivação, de políticas de acolhimento e inserção de refugiados em sua sociedade.

Esta edição ainda apresenta duas resenhas. *CRUZANDO: como rotulamos e reagimos às pessoas em movimento*, elaborada por Felipe Aquino Domiciano sobre o livro *CROSSING: how we label and react to people on the move*, de Rebecca Hamlin, a outra, *Educação e migração no Brasil contemporâneo*, elaborada por Rômulo Sousa de Azevedo sobre o livro *Educação, migração e diversidade na contemporaneidade*, organizado por Cláudia Valente Cavalcante, Daniela Colella Zuniga Ludovico, Adma Palmira Jaime Noletto, Antonia de Paula Ribeiro.

Sobre a arte da capa, elaborada por Sergio Ricciuto Comte. Nas palavras do artista, “o visual é composto por dois elementos: o muro, a fronteira física, e a família migrante feita de céu, antifrонтeira simbólica. O sólido externo forte é abatido pelo im-material interno, vulnerável, mas que resiste. Uma pessoa livre para emigrar e imigrar é o mais frágil dos seres invencíveis”.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Número de crianças migrantes em deslocamento pela América Latina e o Caribe atinge novo recorde em meio à violência, instabilidade e mudanças climáticas.**

Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/numero-de-criancas-migrantes-em-deslocamento-pela-america-latina-e-o-caribe-atinge-novo-recorde>>. Acesso em 4 de novembro de 2023.

Presentation

José Carlos Pereira

This edition of *Travessia* brings a set of articles that present a common thread between them and invite us to reflect on central issues in migratory processes. To illustrate, let us cite a few: migration policies, reception, otherness, borders, childhoods, organization and social mobilization of migrants, recognition, refuge, agency and social insertion, climate change, precarious work, and even a topic that has been erased. On the agendas of social movements, the media and even academia in recent years, internal migration in Brazil, especially the case of peasants from Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

Célia Regina Vendramini in *“The migratory situation in Brazil and Italy”* analyzes migration in these two countries based on their position “in the global labor market”. Despite the subjectivities always present in the decision-making of migrants and their families, the author seeks to demonstrate the links between migration and the structural social relations that engender and characterize them, as a “rule.... a permanent condition of society.” the very existence of capitalism.”

In the article *“Transnational migrations and their relationship with Brazilian governments: migratory models adopted between the years 1994 and 2022”*, by Pedro Teixeira Pinus Greco, Brazil is taken as a locus of analysis from three governments (FHC, Lula da Silva and Dilma Rousseff). The author considers that, the greater the democratic maturity of a government or State, the greater the chance of implementing humanitarian reception policies for migrants. This observation strengthens the thesis that, in addition to the contribution of migrants to the economic development of their destination country, they are also fundamental to the strengthening and improvement of democracy. The coexistence with others presupposes dialogue, reciprocal recognition of otherness and guarantees for freedom of sociocultural expression.

Just as the organizations and mobilizations of migrants and refugees themselves are important, so are other social institutions that provide them with services, especially reception and documentation support. In this sense, in *“The Pastoral of Migrants as a means of resocialization of migrants in Salvador-BA”*, Aline Veiga Moita presents us a history of the Pastoral do Migrante in Salvador and its effective contribution to the reception and

socialization of migrants in the capital of Bahia and its metropolitan region. Pastoral stands out “not only as an institution of welfare activity, but as an arm of public authorities, international organizations and civil society movements” in supporting migrants.

In *“The ideal immigrant: an analysis of the immigration policy of Getúlio Vargas (1930–1945)”*, Bruno lury dos Reis Basílio highlights that “immigration is a phenomenon that has always been constant for Brazil, with the trafficking of Africans being one of the biggest forced immigration events ever seen. Furthermore, Brazil’s migration history is full of nuances; at first, foreigners were wanted for work, however, the preference for Europeans, whites and Christians came first in the desires of Brazilian elites. During the government of Getúlio Vargas, the eugenicist ideology, which was influential in the Nazi regimes in Europe, was also present in the decrees, secret circulars and propaganda of the Brazilian regime, being present in the classifications of ethnic groups that would be good or bad for Brazilian social, moral and health formation”.

Márlio Lourenço Fernandes contributes to reopening the issue of internal national migration in Brazil, politically hidden in recent years as an outdated agenda. In *“From vulnerability to domination: modernization, climate change, migration, precarious work and family breakdown of the rural population of the Jequitinhonha Valley, Brazil”*, the author makes us see this migration as an unresolved social issue; he also invites us to consider the complexity of this migration in the context of climate change, the scientific and technological modernization that Brazilian agribusiness has been undergoing, especially the juices, sugar and ethanol sector, the consequent unemployment and precarious work. In this context, and in the face of climate change that has altered the calendar of rains and droughts – before combined with sugar cane, orange and coffee harvests in the migration destination regions –, peasants from Jequitinhonha have undertaken new migratory modalities, such as adaptive migration, in response to those transformations.

In *“Symbolic borders as living spaces on the edge of the sea, by Maria Manuela Margarido, Santomenese poet”*, Edmilson Rodrigues emphasizes the unveiling of the diasporic subject that the poet seeks to show in her work, through the metaphor of symbolic borders. The formation of the diasporic subject is linked to the borders forged by the European and North American colonization of Africa and, fundamentally, to the development of capitalism.

Laura Janaina Días Amato in *“Migrant childhoods and borders: a state of art that is not very visible”* seeks to map, in academic databases, works that account for the “triad: childhood, migration and triple border”. The author points to the lack of scientific production on the topic. The crossing of borders by children accompanied or unaccompanied by their parents or other adults

responsible for them or by so-called “child soldiers” is an old social problem and has worsened over the last 25 years. According to the UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND - UNICEF (2023), the number of children on three of the main migratory routes in Latin America and the Caribbean is increasing, such as the Darién forest on the border between Colombia and Panama , special transit points for migrants in the north of Central America and the south of Mexico, and the so-called migratory corridors that lead out of South America. From 2021 until the end of the first half of 2023, around 129 thousand children crossed the Darién forest. Among them, around 60 thousand were under 5 years of age. The number of migrant children and asylum seekers blocked at the border between Mexico and the United States of America (USA) is also increasing. From 2021 through July 2023, approximately 387,000 children crossed Mexico’s northern border with the US. Around the world, children represent 13% of migrants, while in Latin America and the Caribbean they make up 25%. Climate change, increasing poverty and gang conflicts have been the main causes of these migrations.

Anderson Barbosa de Lima in *“The activism of immigrants and refugees in contemporary social movements”* points to the protagonism “of immigrants and refugees as active agents in these organizations”. Lima highlights the importance of organizations and social mobilizations of migrants and refugees as essential to the construction of social agendas, the formulation and implementation of public policies on the rights to freedom, social integration, prevention and combat against xenophobia. To dialogue with the author, it is worth remembering the contribution of the various migrant and refugee communities to the drafting of the Municipal Migration Law in São Paulo, in 2016, and, more recently, since 2021, to the drafting and implementation of a migration policy in the capital of São Paulo.

Claudia Morgana Machado Oliveira and Andrea Maria Pacheco Pacifico Calazans in *“In the networks of informality: the integration of Syrian refugees in Egypt (2011-2019)”* put in relief the agencies of Syrian refugees in Egypt in view of their reception and social integration. Its agencies, although fragile and provisional, strengthen their relations with the national community and, in a way, fill structural gaps in the Egyptian State’s migration policy. The authors observe that, despite the temporary character of the agencies, they can contribute to changes in the conventional Egyptian model, characterized more by the verbalization than by the implementation, of policies for welcoming and inserting refugees into their society.

This edition also features two reviews. *CRUZANDO: how we label and react to people on the move*, prepared by Felipe Aquino Domiciano on the book *CROSSING: how we label and react to people on the move*,

by Rebecca Hamlin, the other, *Education and migration in contemporary Brazil*, prepared by Rômulo Sousa de Azevedo about the book *Education, migration and diversity in contemporary times*, organized by Cláudia Valente Cavalcante, Daniela Colella Zuniga Ludovico, Adma Palmira Jaime Noletto, Antonia de Paula Ribeiro.

About the cape art, designed by Sergio Ricciuto Comte. In the artist's words, "the visual is composed of two elements: the wall, the physical border, and the migrant family made of sky, a symbolic anti-border. The strong external solid is defeated by the internal im-material, who is vulnerable but resists. A person free to emigrate and immigrate is the most fragile of invincible beings."

Good reading!

REFERENCES

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Número de crianças migrantes em deslocamento pela América Latina e o Caribe atinge novo recorde em meio à violência, instabilidade e mudanças climáticas. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/numero-de-criancas-migrantes-em-deslocamento-pela-america-latina-e-o-caribe-atinge-novo-recorde>>. Acesso em 4 de novembro de 2023.

A situação migratória no Brasil e na Itália

Célia Regina Vendramini

*Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar.*

(Trecho da música de Chico Buarque, *Tanto Mar*)

1 INTRODUÇÃO

Objetivamos neste artigo fazer uma análise do fenômeno migratório atual tomando como referência a realidade de dois países – Brasil e Itália – e os elos que os conectam no interior do mercado mundial de trabalho. A partir da situação migratória destes países, desenvolvemos reflexões a respeito das causas profundas da emigração, da contínua necessidade da força de trabalho imigrante e da dialética relação emigração-imigração.

Avaliamos que a Itália e o Brasil revelam uma situação que é mundial – a profunda desigualdade de classe que se apresenta em âmbito econômico e social, geopolítico e ambiental, cultural e étnico-racial que divide povos e estabelece fronteiras, a princípio intransponíveis, mas abertas de acordo com as necessidades dos estados – diga-se, do capital – rigorosamente controladas por um sistema policial violento e discriminatório produzido por políticas migratórias repressivas.

Nosso objetivo não é o de fazer um estudo comparativo, visto que estamos nos referindo a contextos históricos, econômico-sociais e culturais diversos. Entretanto, observamos alguns elos que unem contraditoriamente os dois países na difusão mundial das relações sociais capitalistas. De forma mais precisa, podemos falar em “unidade desigual” do mercado mundial ou em “desequilíbrio combinado”, nos termos de Basso (2003). Segundo o autor, as cicatrizes da longa história de destruição, saque, exploração e opressão, direta e indireta, incidem sobre a gênese e a direção dos movimentos migratórios contemporâneos e os que virão. “Se trata de um passado que é parte integrante do nosso presente” (ibid, p. 85). As forças colonizadoras e as formas de colonização sofreram mudanças, mas a condição de subordinação e de escravização permanece.

O estudo¹ aqui apresentado foi realizado com base na análise da literatura sobre o tema, no levantamento e análise de dados estatísticos oficiais do Brasil e da Itália, e de documentos de centros de pesquisa e documentação que se ocupam da migração nos dois países.

2 BRASIL E ITÁLIA NO MERCADO MUNDIAL DE TRABALHO

Brasil e Itália são países que se apresentam numa relação conflituosa de forças, nos termos de Sayad (2008). Enquanto a Itália e os países da Comunidade Europeia estão em posição dominante por serem a parte que oferece em seu território possibilidades de trabalho, o Brasil e os demais países da América Latina - uma região com a mais alta taxa de desigualdade social do mundo - oferecem os seus trabalhadores, desprovidos de emprego no seu próprio país. Entretanto, a Itália já foi um país de emigrantes quando, na segunda metade do século XIX, expulsou massas de trabalhadores para as Américas, ou no período “pós-bélico”, quando homens solteiros, jovens, pouco instruídos, provenientes da zona rural buscaram como destino a Alemanha, Bélgica, França e Suíça².

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, a recusa por parte dos fazendeiros em dar liberdade aos escravos e contratá-los para o trabalho que já faziam³, associada ao racismo e ao “ideal” das elites brasileiras de embranquecimento da população, o Brasil desenvolveu uma política de atração de imigrantes europeus para o trabalho na agricultura, principalmente, e também na construção de rodovias, pontes e infraestrutura urbana. Era uma política incentivada pelo Estado que via os europeus como imigrantes ideais, trabalhadores e civilizados. Já em 1887, o número de italianos ultrapassava o de escravos nos cafezais de São Paulo, o que veio a crescer nos anos seguintes, segundo Bertonha (2022), além do apelo aos imigrantes espanhóis e portugueses, no século XX aos japoneses e, posteriormente, aos trabalhadores do Nordeste do país.

O Brasil segue recebendo imigrantes internacionais, mas com uma incidência muito menor, provindos, principalmente, dos países vizinhos e, mais recentemente, da Venezuela e do Haiti⁴. São imigrantes menos desejados que os europeus de outrora. De outra parte, o país tem expulsado dos seus locais de origem uma parcela importante da população, a qual se move em busca de trabalho e melhores condições de vida, de uma região para outra ou até mesmo para outros países, como Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão.

A crescente mobilidade da força de trabalho (interna e externa), com chances cada vez menores de acomodação no local de chegada, guarda uma estreita vinculação com a história da colonização do Brasil. Um país que foi

colonizado por Portugal, e indiretamente pela Inglaterra⁵, após 1850 sofreu forte influência de outros países europeus, como Alemanha e Itália, alterando sua configuração étnica e cultural e, a partir de meados do século XX, sob domínio do imperialismo dos Estados Unidos. Com a colonização na América Latina, a terra, os recursos naturais e a capacidade de trabalho da população transformaram-se em capital europeu e, mais tarde, estadunidense.

Aparentemente, pode-se afirmar que o subdesenvolvimento e a pobreza são as causas da emigração, afinal, as massas de expulsos provêm de países “pobres” em direção aos países “ricos”. Entretanto, o subdesenvolvimento não é propriamente a causa, ele é resultado do processo histórico de colonização – enquanto ocupação e apropriação da terra e dos recursos naturais, bem como a imposição violenta de um novo sistema de relação social e de um novo modo de produção (SAYAD, 2002, p. 90).

De acordo com Galeano, no célebre livro *As veias abertas da América Latina*, a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. “*Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos.*” (1992, p. 14). O alimento principal da prosperidade dos outros é a oferta de uma força de trabalho abundante e, portanto, de baixo custo e com poucos (ou nenhum) direitos.

Brasil e Itália encontram-se, no momento atual, em posições opostas na relação de forças de domínio no âmbito da divisão internacional do trabalho – o primeiro que forçosamente expulsa seus trabalhadores e o segundo que os atrai para um trabalho incerto, inseguro e pesado, ou para tarefas de cuidados⁶ desenvolvidas predominantemente por mulheres imigrantes. Basso e Perocco (2000) falam em um mecanismo de desequilíbrio entre países ricos muito desenvolvidos e países pouco desenvolvidos e dominados, um desequilíbrio que está sendo acentuado e com efeitos desastrosos, inclusive com guerras sucessivas, desagregação de estados nacionais, supressão ou negação de direitos políticos, perseguição às minorias, entre outros.

Contraditoriamente, Itália e Brasil estão unidos pelos sobrenomes em comum e pela configuração étnica e cultural⁷, mas, sobretudo, compartilham o mesmo terreno de acumulação do capital. São dois países que produziram e seguem produzindo uma população relativamente supérflua no contexto da acumulação capitalista, ainda que em momentos históricos distintos, dado que a industrialização no Brasil desponta com mais de um século de atraso em relação à europeia.

A Itália tornou-se há aproximadamente cinco décadas um país de imigrantes⁸, enquanto o Brasil transformou-se num país de emigrantes e com grande incidência de mobilidade interna. Dados de 2022 informam a

presença na Itália de pouco mais de 5 milhões (9%) de residentes regulares de cidadania não italiana. Destes, 66% não são originários de países pertencentes à Comunidade Europeia, considerados extracomunitários, sendo 22% provenientes da África, 22% da Ásia e 7,5% das Américas⁹. São em torno de 195 nacionalidades, mas cinco delas concentram a metade dos estrangeiros: Romênia (20,8%), Albânia (8,4%), Marrocos (8,3%), China (6,4%) e Ucrânia (4,6%)¹⁰.

Com relação ao Brasil, segundo o Observatório das Migrações¹¹, estima-se que haja 4.215.800 brasileiros vivendo no exterior, quantidade quase três vezes maior que a estimativa de imigrantes internacionais vivendo no país, que é de 1,3 milhão de pessoas. Cabe destacar que entre os imigrantes no Brasil, há uma proporção maior de temporários, em 2022 eram 157.356 os registrados, enquanto apenas 27.474 eram residentes¹². No que diz respeito às migrações internas, o último levantamento feito pelo IBGE foi em 2010. A proporção de migrantes segundo o lugar de nascimento indica que nas grandes regiões foi de 9,03%, nas unidades das federações 14,17% e nos municípios 36,88%¹³.

A migração interna é uma constante, seja no Brasil ou na Itália. Esta última assistiu, após a segunda guerra mundial, uma forte emigração do Sul para o Norte do país e para outros países da Europa, diante da carência de capitais, de infraestrutura e de mão de obra. No Brasil, as migrações rurais em direção às cidades tornaram-se massivas a partir da segunda metade dos 1900, mudando a configuração da população, hoje em torno de 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Enquanto isso, a agricultura brasileira tornou-se central na financeirização da economia, centrada na produção de agrocombustíveis, reflorestamento (pinus e eucalipto) para a indústria de celulose e outros produtos para a exportação.

De acordo com Baeninger (2012, p. 78), os movimentos migratórios internos no Brasil estão relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional. Os nordestinos, por exemplo, foram essenciais nesse processo, dirigindo-se predominantemente para os grandes centros da Região Sudeste, participando de uma economia que dependia, basicamente, da mão de obra imigrante, inicialmente estrangeira e em seguida nacional. Na atualidade, observamos novos destinos não concentrados apenas nos grandes centros, mas dirigidos às médias e pequenas cidades, com uma chance cada vez menor de enraizamento social, predominando a migração temporária/sazonal, algo que não é novo no quadro migratório nacional.

A população excedente – evidenciada no fenômeno migratório – é recrutada ou é repelida. De acordo com Basso e Perocco (2003, p. 8 e 9), o mecanismo de “atração” de imigrantes por parte da Europa continua e

continuará, visto que a economia precisa de força de trabalho imigrante, ainda que o discurso político seja “imigração zero” ou rigorosamente contingenciada. Segundo os autores, a taxa de acumulação do capital estagnou no ciclo pós-bélico (1945 a 1973), na Europa, e não poderá se recuperar sem uma massiva injeção suplementar de valor que pode vir somente de uma complexa desvalorização da força de trabalho em escala mundial. Ao mesmo tempo, continua e continuará a funcionar o mecanismo de “expulsão” por parte dos países situados na grande periferia do mundo, ainda que esta seja mais frequente do que a atração nos novos setores e locais para onde se move o capital. A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora. É preciso assinalar, ainda, que o fator-atração e o fator-expulsão estão juntos em ação, não é uma questão de oferta e demanda.

A imigração das últimas décadas, segundo Basso (2003), encontra uma Europa pouca hospitaleira, que está se reestruturando radicalmente e também amputando a grande indústria, desestruturando o estado de bem-estar social, generalizando a precariedade nas relações de trabalho e experimenta altas taxas de desemprego. “Os novos imigrantes parecem dar por certo, mais do que os “velhos”, que a sua *emigração é definitiva*, mas o que os espera na Itália e na Europa costuma não ser muito emocionante.” (ibid, p. 101)

3 OS IMIGRANTES E A CONTÍNUA DESVALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Por que razão se presta o trabalho, ou a força de trabalho dos homens, a todas as variações espaciais, de duração, intensidade, produtividade, que levam à extração da mais-valia? Trata-se, segundo Gaudemar (1977), da mobilidade do trabalho, ou seja, o uso capitalista da mercadoria força de trabalho, em outras palavras, o modo como os trabalhadores são levados a submeter o seu corpo e o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. A estratégia de mobilidade forçada, nos termos do autor, visa mobilizar a mão de obra, dinamizá-la e reconvertê-la como fator de progresso econômico. Só interessa ao capital as movimentações que asseguram a sua valorização.

Deste modo, conforme Sayad (2008, p. 33), “um imigrante é substancialmente força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Trata-se de uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de um local/país ou de um estabelecimento ou ramo/setor de trabalho para outro, segundo a conjuntura, e também pode ser devolvida à origem (para isso existem os mecanismos legais que vinculam a permanência

do estrangeiro ao contrato de trabalho). Além disso, por ser imigrante – com *status social* inferiorizado - é uma força de trabalho mal paga, com horários prolongados e inconvenientes e ritmos de trabalho intensos.

O sistema de maquinaria revolucionou a base técnica que gera o crescimento do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo, possibilitando a mobilidade universal do trabalho. Marx (2017) faz referência aos trabalhadores *liberados*, não apenas os diretamente substituídos pela máquina, mas também sua equipe de reserva. A ironia da história é que estes foram *liberados* do trabalho, mas não das condições de existência que impõem a venda da força de trabalho para a sobrevivência, visto que a maquinaria se transformou no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital.

O padrão de contínua recriação de contradições entre capital e trabalho evidencia-se, no século XXI, no aumento exponencial do número de pessoas *liberadas*, bem como na criação da “reserva da reserva”, nos termos de Basso e Perocco (2020), constituída pelos imigrantes mais vulneráveis, particularmente os que estão em situação considerada irregular. A confluência do conjunto de tecnologias existentes na atualidade - tecnologias da informação e comunicação, trabalho digital e por aplicativos, plataformas digitais, automação e inteligência artificial, uso dos algoritmos – anunciadas como meio de exercício de trabalho criativo, complexo, de qualidade, autônomo, na verdade são a base para a contínua sujeição direta do trabalhador ao capital. São marcadas pela instabilidade e precariedade cada vez mais extremas, observadas na ausência de contrato de trabalho e de direitos trabalhistas, na subcontratação, nos baixos salários, na institucionalização e legitimação do *salário por peça* - a forma de remuneração presente nas origens da industrialização e que assegura a maior mobilidade da força de trabalho. Como analisa Basso (2018), combinam-se velhas e novas formas de trabalho que visam a maior exploração do trabalhador - são “tempos modernos” com “jornadas antigas”.

Na combinação de velhas e novas formas de trabalho, podemos mencionar o trabalho forçado. Segundo Perocco (2012), trata-se de um sistema de exploração associado com a economia irregular amplamente difundida e enraizada na Itália, presente nos setores que contam com mão de obra de origem estrangeira, como agricultura, construção civil, trabalho doméstico e trabalho de cuidados e pequenos trabalhos artesanais. Cillo (2012) indica que a agricultura é o setor com maior incidência de trabalho forçado e servidão por dívida, sobretudo na Itália meridional. A condição de trabalho unida à condição habitacional extremamente precária faz com que os recém-chegados em boas condições de saúde passem a sofrer graves problemas de saúde.

O segundo setor com grande incidência de contratação de trabalhadores estrangeiros irregulares é a construção civil, onde se observa uma piora nas condições de trabalho, agravada pelo risco de perda da permissão de residência. Quanto ao trabalho doméstico e de cuidados, não existem dados precisos. Segundo o Ministério do Trabalho e da Política Social e o Ministério da Saúde, em 2010, os assistentes familiares de origem estrangeira eram 700 mil, enquanto os italianos compreendiam 70 mil. Apenas 38% destes trabalhadores, predominantemente mulheres, tinham contrato regular. O número de estrangeiros sem documentação aguardando regularização ou pedido de asilo, ou trabalhando na Itália sem residência estabelecida, contribuiu para elevar o número de trabalhadores em situação irregular.

Segundo os dados da Eurostat 2023, referentes à imigração irregular, mais de 1 milhão de pessoas foram encontradas ilegalmente no território da União Europeia e Noruega, 138 mil foram recusadas, 423 mil foram ordenadas a sair e 78 mil regressaram. Em relação aos requerentes de asilo, em 2022, 413.695 eram da Ásia (Síria, Afeganistão, Paquistão, Bangladesh e Índia), 190.940 da África (Tunísia, Marrocos, Somália, Egito e Nigéria), 148.080 da Europa (Turquia, Geórgia, Ucrânia, Rússia e Albânia), 127.640 das Américas (Venezuela, Colômbia, Peru, Cuba e El Salvador). As três principais nacionalidades requerentes de asilo foram: Síria, Afeganistão e Venezuela.

Podemos mencionar, ainda, o caso do *posted work*, uma espécie de trabalhador transnacional temporário, disponível para o trabalho por um tempo delimitado. O recurso a este trabalhador na Europa, segundo Cillo e Perocco (2022), permite utilizar legalmente a mão de obra estrangeira, como uma mercadoria que se move para prestar serviços demandados no mercado mundial, uma espécie de *just in time*, “explorando as diferenciações salariais existentes entre países e zonas do mundo, colocando em concorrência trabalhadores empregados e desempregados de vários contextos por meio da mobilidade” (ibid, p. 5). Trata-se do recurso a uma força de trabalho sem desperdícios, evitando o custo derivado do enraizamento social dos imigrantes, ou seja, um trabalhador pode ser destacado com base no princípio da liberdade de prestação de serviço, não a liberdade de circulação. São “trabalhadores enviados como encomendas” (ibid, p.12).

A novidade do *posted work* aprofunda a situação de *provisoriedade* que marca a condição e também a representação do imigrante, especialmente dos trabalhadores temporários, sazonais, sem família e pouco integrados. De acordo com Sayad (2002, p. 170), entre as contradições presentes na condição dos emigrantes e imigrantes, uma delas diz respeito às contradições de ordem temporal, ou seja, “de um ‘provisório’ que se torna definitivo ou um ‘definitivo’ visto como provisório”. Permanece sempre a representação (e o tratamento) de um trabalhador definido e tratado como provisório, portanto revogável a qualquer momento.

A situação dos trabalhadores sem residência estabelecida é compreendida no âmbito de uma legislação que torna a existência dos imigrantes cada vez mais precária e discriminatória. Basso e Perocco (2003, p. 18) mencionam a Lei italiana de 2002 (Legge Bossi-Fini) que se apresentou como modelo para toda a Europa. Na esteira das leis anteriores, ela acrescenta a ligação entre a permissão de residência e o contrato de trabalho, ou seja, se o contrato de trabalho é finalizado, o trabalhador deve retornar ao seu país. É uma reedição, segundo os autores, do “hóspede temporário”. Eles também fazem menção à lei 189 de 2012 de natureza restritiva e repressiva, dado o controle e fechamento das fronteiras e da imigração regular, que produz institucionalmente a ilegalidade forçada da imigração, sendo conveniente no contexto de crise econômica e precarização do trabalho. Trata-se, por fim, da militarização da política migratória.

De acordo com a análise de Sayad (2008, p. 33), a permanência que se autoriza ao imigrante é inteiramente sujeita ao trabalho, a única razão de ser que lhe vem reconhecida, “sendo a sua qualidade de homem subordinada àquela do imigrante. É o trabalho que faz ‘nascer’ o imigrante, que o faz ser; é sempre o trabalho, quando ele falta, faz “morrer” o imigrante”, ou seja, nega a sua existência.

A análise feita por Sayad, um sociólogo e antes de tudo um imigrante argelino na França, revela a essência daquilo que constitui o “ser imigrante” e, ao mesmo tempo, revela o que constitui a base da acumulação e expansão (incontrolável) do capital, o qual requer desde sempre uma população trabalhadora excedente e disponível, a serviço das suas necessidades, que são variáveis, e contando com o suporte incondicional do Estado. A relação entre empresa (capital) e Estado (capitalista) é funcional, ao empresariado servem sempre novos contingentes de trabalhadores imigrantes, particularmente uma força de trabalho indefesa e incapaz de negociar a melhoria de seu salário e condições de trabalho. Para tal, o Estado responde com uma política punitiva que criminaliza e estigmatiza os imigrantes (BASSO e PEROCCO, 2003, p. 16).

4 A MIGRAÇÃO COMO REGRA

Os elementos que refletimos até o momento nos levam a concluir que o fenômeno migratório é estrutural, ou seja, uma condição permanente da própria existência do capitalismo. Portanto, não se trata de uma exceção e não pode ser tratado na lógica da emergência¹⁴, mas é um fenômeno que, segundo Sayad (2008, p. 79), se estende no espaço e no tempo, na extrema diversidade de situações, confundindo-se com a própria história do sistema

econômico e da sua realização. As migrações são causadas por fatores permanentes e claramente identificáveis, de ordem objetiva - o mecanismo desigual e combinado do mercado mundial, bem como por fatores subjetivos - a aspiração de viver em condições humanas (BASSO e PEROCOCO, 2000).

O fenômeno da emigração/imigração evidencia como o sistema capitalista tem se reproduzido em meio a crises e de forma cada vez mais degenerativa, em termos humanos, ambientais e de patrimônio cultural e simbólico. Podemos nos referir a muitos aspectos deste grande quadro global, a começar pelas guerras e embargos econômicos que provocam o deslocamento forçado de uma multidão de homens, mulheres e crianças, incluindo menores não acompanhados¹⁵. Trata-se de um fenômeno secular e contemporâneo (veja-se a atual guerra na Ucrânia que tem produzido um grande contingente de refugiados¹⁶), com variações no que diz respeito à geopolítica do mundo, ao território (ou campo de batalha), às motivações (sejam as reais ou as aparentes), aos envolvidos (direta e indiretamente), às estratégias, técnicas e meios empregados. O que é comum nas guerras é o seu efeito devastador, a violência direta e o caráter destrutivo.

A questão ambiental não é um fator secundário neste quadro degenerativo do sistema capitalista e na explicação do fenômeno da emigração. Esta pode ser causada por catástrofes naturais (como terremoto, ciclone, furacão, inundação etc) ou por mudanças ambientais que vão lentamente causando danos (como desmatamento, poluição dos rios, salinização da água, erosão do solo etc). Muitos eventos climáticos extremos em países periféricos, como a América Latina e o Brasil, estão associados com o processo de colonização e suas consequências devastadoras.

A América Latina, segundo Romualdi (2016), é caracterizada pela exploração insustentável dos recursos e eventos climáticos extremos. São numerosos os casos de transferência forçada de comunidades locais e população indígena, com a implementação de grandes obras infraestruturais, indústria extrativa ou pela concentração de terras usadas para monocultura intensiva. A exploração do território obrigou comunidades inteiras de indígenas e camponeses a se mover, causando pobreza, perda de biodiversidade, erosão do solo, poluição generalizada, combinados com forte tensão social. Por outro lado, a urbanização rápida e descontrolada nos subúrbios das grandes cidades gerou favelas e bairros degradados que surgem sem qualquer ordenamento territorial ou serviços adequados (sistemas de esgoto, tratamento de resíduos, acesso à água potável), criando problemas sociais e de saúde.

O caso haitiano é emblemático. Podemos nos reportar ao catastrófico terremoto em 2010, de magnitude 7.0, com o maior número de vítimas diretas e indiretas. A grande fuga que se seguiu é explicada pelo terremoto, mas

não pode ser dissociada da situação econômica e social do país, associada à exploração colonial, à escravidão e ao contexto que se seguiu pós-revolução, com o não reconhecimento por parte dos países colonialistas, o isolamento e embargo econômico, a dívida com a França (indenização pela perda de terras e de escravos).

São Domingos (atual Haiti) é um país exemplar da violenta colonização, foi a mais rica colônia europeia, responsável pela metade da produção de café e açúcar do mundo, graças ao trabalho escravo negro nos canaviais. Mas o país também é exemplar na rebelião, sendo o único Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravos no mundo; nas Américas, foi o primeiro a abolir a escravatura e o segundo a proclamar Independência. Os protagonistas principais foram os trabalhadores escravizados, que destruíram a escravidão, o domínio colonial e derrotaram militarmente três potências coloniais: Espanha, Inglaterra e França.

Tomando como referência o caso do Haiti, mas buscando uma generalização, observamos que nem sempre é fácil distinguir entre imigrante econômico e refugiado ambiental, deslocado interno etc. De acordo com Romualdi (2016), é necessário indagar a dinâmica que une pobreza, desmatamento, cultura intensiva, desgaste do solo, megaprojetos, violência e eventos climáticos extremos. Ainda que seja difícil isolar o elemento ambiental em relação a muitos outros que determinam a emigração, Rosignoli (2022) põe em questão o estatuto do “refugiado climático” ou “refugiado ambiental”, visto que este é forçado a deixar seu país, assim como um refugiado de guerra. Ao não ser reconhecido juridicamente, cai na clandestinidade, o que agrava a sua situação de vulnerabilidade.

A questão do *racismo ambiental* é uma manifestação do racismo estruturante das relações sociais numa sociedade de classes. As desigualdades provocadas na produção e reprodução da vida são de diversas ordens, de classe, raça, etnia, nacionalidade, gênero, escolar, entre outras. Os imigrantes sofrem discriminação cotidianamente por serem de fora, estrangeiros, estranhos, “portadores” de doenças. Os afrodescendentes sofrem ainda a discriminação por serem negros; os árabes por serem muçulmanos¹⁷; as imigrantes por serem mulheres. Nas escolas e universidades, nos meios de comunicação, nos discursos políticos se difunde uma imagem falsa e distorcida do imigrante, estigmatizando-o e inferiorizando-o, com o objetivo de subalternizar os trabalhadores imigrantes visando explorá-los ao máximo e dificultar o seu enraizamento social.

A reflexão sobre o racismo nos reporta ao argumento do início do texto sobre a Itália e o Brasil como países de emigração e imigração. Quando os italianos emigraram para os Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, não eram consideradas pessoas brancas, fato que certamente motivou

discriminação. Já no Brasil, os europeus não estavam entre os “indesejáveis”, entretanto, o governo brasileiro não viu com bons olhos a participação dos italianos, espanhóis e portugueses na organização da fase inicial do movimento operário brasileiro¹⁸, ou a chegada de imigrantes italianos anarquistas, os quais estiveram à frente de greves, organização sindical (anarco-sindicalistas) e alguns foram cofundadores do Partido Comunista Brasileiro no ano de 1922. Getúlio Vargas, em 1934, estabeleceu a “lei de cotas”, uma medida destinada a controlar a entrada e a distribuição de estrangeiros no país, bem como proibir a concentração de imigrantes da mesma nacionalidade em qualquer parte do território brasileiro¹⁹.

De acordo com Villen (2015), a década de 1930 revela uma virada no tratamento ideológico e da imigração no Brasil, com um movimento de controle e planejamento das entradas que já estava sinalizado no cenário internacional. “A *categoria do trabalhador nacional*, com sua identidade definida em oposição àquela do *trabalhador estrangeiro*, emerge propriamente nesse período histórico da campanha de nacionalização.” (ibid, p. 61). Segundo a autora, o *recorte de classe* do fechamento das fronteiras estava explícito em lei, em referência aos “passageiros estrangeiros de terceira classe”.

Na atualidade, descendentes de imigrantes europeus no Brasil reproduzem diversas formas de discriminação e xenofobia em relação aos imigrantes vindos especialmente do Haiti e da Venezuela, bem como de outros países da América Latina, além dos imigrantes das regiões Norte e Nordeste do país presentes no Sul e Sudeste. Da mesma forma, a Itália – país que já expulsou muitos dos seus, pratica um racismo institucional que se reproduz no aumento do racismo popular, segundo Basso e Perocco (2003), visando hierarquizar os trabalhadores e justificar o rebaixamento das condições e relações de trabalho em função da chegada dos imigrantes.

Basso, no livro *Racismo de Estado* (2010), defende a tese de que o propulsor do racismo em curso é o Estado e os seus principais protagonistas são os governos, os parlamentos, por meio de legislações especiais e do discurso político contra os imigrantes, de práticas administrativas arbitrárias, de seleção racial entre as nacionalidades “boas” e as perigosas, de operações policiais e campos de detenção. O autor identifica, ainda, a difusão de medidas inferiorizantes e opressivas contra os imigrantes, revelando o conteúdo de classe do racismo institucional, o qual é usado pelas empresas, pelo mercado, pelo capital global visando desvalorizar a força de trabalho.

Nesta direção, Gjergji (2010) desenvolve um estudo sobre o uso de *circulares administrativas*, considerado pela autora como o “modelo italiano” de gestão das imigrações. As circulares revelam um sistema normativo *just in time*, em que os cidadãos e trabalhadores se movem em um horizonte jurídico

caracterizado pela total incerteza, dependente acima de tudo da autoridade que exercita o poder efetivo (deslegitimando o sistema jurídico formalmente vigente), com caráter regional em matéria de imigração e de ordem pública, e com decisões cada vez mais guiadas pela autoridade policial que tem o papel central na gestão administrativa (local) dos movimentos migratórios. A forma jurídica contemporânea (pós-moderna) – experimentada na população imigrante - se presta a acolher conteúdo normativo que reproduz de modo eficaz a inferiorização dos indivíduos e das classes sociais.

Retomando a questão da regra e da exceção, o racismo e a criminalização que se produz, se difunde e é incorporada na vida cotidiana reproduz a ideia da imigração como uma questão emergencial e dos imigrantes como provisórios ou passageiros, os “outros”, os diferentes, que colocam em risco a identidade do país ou da região. Entretanto, a realidade se impõe e revela que o fenômeno migratório é estrutural e constituinte das relações sociais capitalistas, como já afirmado acima. A emigração não é fruto de um desejo individual, são as condições reais, objetivas e subjetivas, que provocam as saídas. Condições estas agravadas pelo estágio atual de crise do capital e de produção destrutiva, não apenas dos bens, mas também da mercadoria força de trabalho. Uma mercadoria de extrema abundância e desvalorizada no mercado, segundo Basso e Perocco (2000). No que diz respeito à imigração, esta tornou-se uma necessidade para a reprodução do capital via o rebaixamento do valor da força de trabalho. “Portanto, os imigrantes que para a direita “não valem nada” são na realidade um precioso recurso para chamar e ter a disposição.” (BASSO e PEROCCO, 2003, p. 10)

Kammerer (2003, p. 185), ao analisar a política migratória alemã, observa que a cota de imigrantes privados de documentos é o espelho antes de tudo de uma política migratória que produz “a *irregularidade como regra*”. Ou seja, a massa de trabalhadores colocados forçosamente em situação irregular, ou *clandestinizados*, constitui, contraditoriamente, um amplo contingente de imigrantes ao lado de barreiras legais e políticas. Não é difícil explicar tal situação, visto que, segundo Basso e Perocco (2003, p. 21), a estimativa do salário médio dos “irregulares” é 20 a 30% inferior a respeito dos regularizados, e estes ainda inferiores em relação aos autóctones.

Os imigrantes sem documentação estão presentes no Brasil há muito tempo, ainda que invisibilizados. Conforme Villen (2015), nos anos 1970 e 1980, eles provêm principalmente da Coreia do Sul e da Bolívia para o trabalho no polo têxtil de São Paulo. O termo *trabalhador clandestino* também era utilizado na década de 1970 “para descrever a *informalidade* que marcava o processo de proletarização dos migrantes internos nordestinos nos centros urbanos.” (ibid, p. 80). A partir desse período inicia-se um movimento de

rebaixamento e de exploração do mercado de trabalho brasileiro, por meio do racismo ao negro e ao imigrante interno e também ao imigrante internacional provindo de países periféricos.

Por fim, para sustentar a tese de que a imigração é regra e não exceção, apresentamos alguns dados atuais referentes à Europa. O relatório da Caritas sobre os imigrantes registrou o crescimento das migrações internacionais, estimado em 281 milhões em 2021 (3,6% da população mundial), diante de 272 milhões em 2019²⁰. Segundo a Fundação ISMU²¹, a população estrangeira regular residente na Europa, no início de 2022, era de 37,4 milhões e cerca de 55,4 milhões de filhos de imigrantes. Eram, respectivamente, 8,4% e 12,4% da população da União Europeia. Se for considerada a inteira área europeia, que inclui o Reino Unido, Suíça e Noruega, sobe para 10,4% e 15,3% da população.

De 2019 a 2022, houve um aumento de 4,9% a 5,3% dos imigrantes legais na União Europeia e Noruega, com idade predominante entre 25 e 39 anos. Destes, 45% obtiveram permissão por motivo de trabalho, 23,9% por motivo familiar, 12% por motivo educacional e 19% outros motivos²².

No que se refere à Itália, a população estrangeira atingiu no início de 2022 o limiar de 6 milhões de presentes e de 10% da população que reside no país: 6 em cada 10 estrangeiros são extracomunitários. Dentre a população de 15 a 64 anos, em 2021, 10,2% em idade de trabalho eram estrangeiros; 10,7% eram força de trabalho, 11,2% estavam ocupados, 16% estavam à procura de ocupação e 9,3% inativos. É significativa a distância entre os imigrantes extra europeus e aqueles provenientes de países da União Europeia, em 2021, 72% dos imigrantes da UE estavam ocupados em relação a 51,5% dos imigrantes do Norte da África e 56% daqueles do Oriente Médio²³.

A massa de imigrantes é composta pelos que conseguiram a regulação no país de destino e/ou a cidadania, os que entram no país e não conseguem regularização – os *clandestinizados*, os requerentes de asilo (em sua grande maioria negados), os menores não acompanhados, os que estão nos campos de detenção nos países de origem ou trânsito, os que são expulsos e, tragicamente, os que morrem no mar mediterrâneo, lançados à própria sorte (ou melhor, às mãos do crime organizado), constituindo um enorme cemitério no oceano²⁴.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e Itália são dois países singulares que revelam o jogo de forças no âmbito do mercado mundial. O Brasil, assim como outros países da América Latina, da África e da Ásia, está entre aqueles que foram colônias europeias e

estiveram submetidos à apropriação dos seus recursos naturais, capacidade de trabalho e de consumo, e se constituíram como exportadores de mão de obra e importadores de bens industrializados e de ciência e tecnologia. A Itália moderna se tornou um estado unificado em 1861 quando outros países como França, Espanha, Portugal, Grã-Bretanha e Holanda já possuíam grandes impérios, e o continente africano era um dos últimos territórios abertos à colonização. Até o início da Primeira Guerra Mundial, a Itália tinha anexado a Eritreia, Somália, Líbia e as ilhas Dodecanes e, na Segunda Guerra Mundial, a Etiópia.

Observamos, a partir do caso do Brasil e da Itália, a estreita ligação entre imigração e colonização, e entre imigração e racismo. Não é uma coincidência que países com o maior número de emigrantes (internos e externos) sejam ex-colônias; também não é mera coincidência que os países colonialistas sejam os que “atraem” os imigrantes. Tal relação se explica no interior do mercado mundial do trabalho fundado na desigualdade entre países e regiões, em que a história do subdesenvolvimento integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

As colônias foram fundamentais para o crescimento, amadurecimento e expansão do capitalismo, para a primitiva acumulação – via expropriação – visando colocar em vigor a lei geral da produção capitalista – a produção de mais-valor. Como resultado do processo de acumulação capitalista, constituiu-se uma população trabalhadora excedente, a qual, segundo Marx (2017), se torna a alavanca de tal acumulação, o *exército industrial de reserva* disponível que pertence ao capital. Enquanto isso, o racismo se apresenta como um instrumento ideológico de inferiorização, submissão e exploração da força de trabalho negra e imigrante.

O trabalhador privado dos meios de subsistência é levado a vender-se como mercadoria. No caso dos imigrantes, uma mercadoria abundante e de menor valor, marcada por uma história de colonização e/ou de escravização, por uma determinada origem étnico-racial, sexo ou idade, tratada como inferior, mais ou menos desejada. Mas é um “destino” difícil de aceitar, a transformação da força de trabalho em mercadoria gera insatisfação e, em muitos casos, revolta e luta, a qual se expressa de diversas formas, individual ou coletiva, subterrânea ou pública, sindical, associativa ou cultural.

NOTAS

¹ Fruto de pesquisa desenvolvida na *Università Ca'Foscari Venezia*, Itália, no primeiro semestre de 2023, com financiamento do CNPq.

² No primeiro momento da “grande emigração” (1870-1900) deixaram a Itália cerca de 5,2 milhões de pessoas; no segundo momento (1900-1915), mais 8,7 milhões; nas décadas de 1920 a 1930, outros 3 milhões de emigrantes; e entre 1945 e 1975, cerca de 7,5 milhões de italianos emigraram. A Europa, a América do Norte e a América do Sul foram os principais destinos. Em torno de 1,5 milhões se dirigiram ao Brasil (70% para o estado de São Paulo), dos quais um terço deles retornaram para a Itália. Estima-se em 25 milhões o número de brasileiros com origem italiana. (BERTONHA, 2022)

³ Além dos aspectos assinalados, Bertonha (2022) assinala que muitos dos antigos escravos não queriam mais permanecer onde eles tinham sido escravizados. Houve uma migração maciça para as grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro.

⁴ Segundo relatório anual (2022) do MJSP e OBMigra, entre 2010 e 2021, as principais nacionalidades solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio foram os venezuelanos (59%), haitianos (13,3%), cubanos (4,1%) e senegaleses (3%). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

⁵ Como afirma Galeano (1992, p. 35), “os espanhóis tinham a vaca, mas eram outros os que bebiam o leite”.

⁶ O trabalho doméstico e de cuidados é o setor com a maior presença de estrangeiros (67,7%), o qual está associado à privatização dos serviços públicos na Itália. A seguir está a agricultura (18,5%), construção civil (17,1%), hotéis e restaurantes (16,1%), indústria (11,3%), serviços (9,4%) e comércio (7,4%). Fonte: Rfi-Istat, 2020. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/8263> Acesso em 23 de junho de 2023.

⁷ Na Itália, vigora a lei *jus sanguinis*, por meio da qual os descendentes de italianos (entre eles os brasileiros) podem solicitar a cidadania. Enquanto isso, os filhos de estrangeiros que nascem na Itália não são considerados cidadãos italianos, eles podem requerer a cidadania após os 18 anos de idade e com o cumprimento de determinados requisitos.

⁸ De acordo com Bertonha (2022), em 1975 o número de imigrantes na Itália supera o de emigrantes.

⁹ Dossier Statistico Immigrazione 2022. Disponível em: <https://www.dossierimmigrazione.it/prodotto/dossier-statistico-immigrazione-2022/> Acesso em 23 de junho de 2023.

¹⁰ Caritas. Relatório Immigrazione 2022. Disponível em: <https://www.caritas.it/category/rapporti-immigrazione>. Acesso em 23 de junho de 2023.

¹¹ Os dados constam na Plataforma “Brasileiros no Exterior – Plataforma de dados sobre emigração brasileira”, vinculada à pesquisa *Brasileiros no exterior: As redes de comunicação na identificação do perfil, condições de vida, formas de organização e de construção das identidades*, que vem sendo desenvolvida desde 2022, junto ao programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob a coordenação geral da professora Dra. Camila Escudero. Disponível em: <https://www.brasileirosnoexterior.org>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

¹² Fonte: Plataforma DataMigra, disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

¹³ Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/proporcao-de-migrantes-entre-grandes-regioes-ufs-e-municipios.html>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

¹⁴ Como quer fazer crer o governo Meloni de ultradireita na Itália, ao tratar a imigração como uma emergência, algo excepcional e de razão obscura, e ao recorrer ao perigo da “substituição étnica”. Segue-se, assim, a necessidade de fragilizar cada vez mais os direitos e as modalidades de recebimento dos imigrantes e vincular a imigração à questão da segurança.

¹⁵ Na Itália, no ano de 2017, os menores eram 6.239, em 2022 são 20.681 os presentes nas estruturas de recepção, segundo o Ministério do Trabalho. *Report Mensile Minori Stranieri Non Accompagnati (MSNA) in Italia*, 31 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/immigrazione/focus-on/minori-stranieri/pagine/dati-minori-stranieri-non-accompagnati> Acesso em 23 de junho de 2023.

¹⁶ Mais de 4 milhões e 800 mil ucranianos entraram na Europa em 2022, os principais países de refúgio são Polônia, Alemanha, República Checa, Itália, Espanha, Bulgária e outros. Os refugiados da Ucrânia são, na sua maioria, mulheres, menores, idosos e doentes, conforme o Relatório da Fundação ISMU (2023). Disponível em: <https://www.ismu.org/> Acesso em 23 de junho de 2023.

¹⁷ Basso e Perocco falam em racismo de Estado e islamofobia. Os autores publicaram em 2020 um livro em árabe *Contra a islamofobia*, em que analisam as causas da islamofobia na Europa e na Itália, o método que a veicula e suas consequências sociais.

¹⁸ Segundo Bertonha (2022, p. 61), entre 1890 e 1920, dos 44 principais líderes operários de São Paulo, 8 eram brasileiros, 6 espanhóis, 6 portugueses e 22 italianos. Em São Paulo, podemos observar a constituição de bairros com concentração de operários italianos, como Brás e Mooca.

¹⁹ Segundo Basso (2010, p. 28), quanto mais concentrados estão os imigrantes de uma mesma nacionalidade, mais difícil, lenta e incompleta é a sua assimilação.

²⁰ Disponível em: <https://www.caritas.it/category/rapporti-immigrazione/> Acesso em 23 de junho de 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.ismu.org/> Acesso em 23 de junho de 2023.

²² Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-reports/w/ks-09-23-223> Acesso em 14 de julho de 2023.

²³ Dados elaborados pela Fondazione ISMU. Disponível em: <https://www.ismu.org/> Acesso em 23 de junho de 2023.

²⁴ De 2014 a 2022, quase 25 mil migrantes perderam a vida no Mar Mediterrâneo, na tentativa de alcançar a Europa. Fonte: International Organization for Migration - IOM – <https://missingmigrants.iom.int/>

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.
- BASSO, Pietro. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Trad. de Patrícia Villen. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2018.
- BASSO, Pietro (Org.). **Razzismo di stato**: Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli, 2010.
- BASSO, Pietro. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (Orgs.). **Gli immigrati in Europa**: diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli, 2003, p. 82-117.
- BASSO, Pietro, PEROCCO, Fábio (Orgs.). **Immigrazione e trasformazione della società**. Milano: Franco Angeli, 2000.
- BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (Orgs.). **Gli immigrati in Europa**: diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli, 2003.
- BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 1-24, 2020.
- BERTONHA, João Fábio. **Os italianos no Brasil**: 150 anos de sonhos, lutas e diálogos entre as duas margens do Atlântico. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2022.
- CENTRO STUDI E RICERCHE IDOS. **Dossier Statistico Immigrazione 2022**. Roma, 2022.
- CILLO, Rosana. Il fenomeno del lavoro forzato: dati e tendenze. In: CILLO, Rossana; PEROCCO, Fabio. **Il lavoro forzato tra gli immigrati**. Padova: Cleup, 2012.
- CILLO, Rossana; PEROCCO, Fabio. Posted work, una nuova frontiera della svalorizzazione del lavoro. In: CILLO, Rossana; PEROCCO, Fabio (Orgs.). **La condizione dei lavoratori in distacco transnazionale in Europa**. Venezia: Edizioni Ca'Foscari, 2022, p. 3-30.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 35 ed. Trad de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GJERGJI, Iside. La socializzazione dell'arbitrio. Alcune note sulla gestione autoritaria dei movimenti migratori. In: BASSO, Pietro (Org.). **Razzismo di stato**: Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli, 2010, p. 439 a 466.

- KAMMERER, Peter. Germania: un secolo di politica migratoria. In: BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (Orgs.). **Gli immigrati in Europa**: diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli, 2003, p. 163-188.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2.ed. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEROCCO, Fabio. Il contesto italiano. In: CILLO, Rossana; PEROCCO, Fabio. **Il lavoro forzato tra gli immigrati**. Padova: Cleup, 2012.
- ROMUALDI, Irene. Ambiente e migrazioni forzate in America Latina. In: ALTIERO, Salvatore; MARANO, Marina. **Crisi ambientale e migrazioni forzate**. L'“ondata” silenziosa oltre la Fortezza Europa. Roma: Associazione A Sud – Ecologia e Cooperazione ONLUS, 2016.
- ROSIGNOLI, Francesca. **Environmental justice for climate refugees**. New York and London, Routledge, 2022.
- SAYAD, Abdelmalek. **L'immigrazione o i paradossi dell'alterità**. L'illusione del provvisorio. Trad. de Sara Ottaviani. Verona: Ombre Corte, 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Trad. de Deborah Borca e Raoul Kirchmayr. Milano: Raffaello Cortina, 2002.
- VILLEN, Patricia. **Imigração na modernização dependente**: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Campinas, 2015.

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a questão migratória a partir da situação específica de dois países – Brasil e Itália - e sua posição no mercado mundial de trabalho. Analisa a tradição histórica e a atualidade dos movimentos emigratórios e imigratórios, os mecanismos de desvalorização da força de trabalho imigrante – como o racismo institucional –, e aborda o fenômeno migratório como regra e não uma exceção ou uma emergência, visto que é uma condição permanente da própria existência do capitalismo. As fontes para a análise são a literatura recolhida nas principais bases bibliográficas e dados estatísticos oficiais do Brasil e da Itália sobre a migração.

Palavras-chave: emigração; imigração; mercado mundial de trabalho; Brasil; Itália.

RIASSUNTO

L'articolo propone una riflessione sulla questione migratoria basata sulla situazione specifica di due paesi – Brasile e Italia – e sulla loro posizione nel mercato del lavoro mondiale. Analizza la tradizione storica e l'attualità dei movimenti di emigrazione e immigrazione, i meccanismi di svalutazione della forza lavoro immigrata - come il razzismo istituzionale -, e affronta il fenomeno migratorio come regola e non un'eccezione o un'emergenza, poiché è una condizione permanente dell'esistenza stessa del capitalismo. Le fonti per l'analisi sono la letteratura raccolta nei principali database bibliografici e i dati statistici ufficiali del Brasile e dell'Italia sulla migrazione.

Parole chiave: emigrazione; immigrazione; mercato del lavoro globale; Brasile; Italia.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the migration issue based on the specific situation of two countries – Brazil and Italy – and their position in the global labor market. It analyzes the historical tradition and the current situation of emigration and immigration movements, the mechanisms for devaluing the immigrant workforce - such as institutional racism and addresses the migratory phenomenon as a rule and not an exception or an emergency, since it is a permanent condition of the very existence of capitalism. The sources for the analysis are literature collected in the main bibliographic databases and official statistical data from Brazil and Italy on migration.

Keywords: emigration; immigration; global labor market; Brazil; Italy.

As migrações transnacionais e a sua relação com os governos brasileiros: modelos migratórios adotados entre os anos de 1994 e 2022

Pedro Teixeira Pinus Greco

1 INTRODUÇÃO

Deseja se estudar as migrações transnacionais para o Brasil de forma a correlacionar esse fenômeno com as bases democráticas de nosso Estado-País ao longo de quase 30 (trinta) anos. Para tanto será feito um exame panorâmico nas gestões Executivas federais desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), passando pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rouseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) até o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e assim serão enumeradas as principais realizações de cada administração dentro das migrações transnacionais.

Como explicitação relevante pode-se dividir os modelos migratórios em três: 1) securitário: que cuida do migrante transnacional como uma questão de polícia, ou seja, de forma autoritária e repressiva; 2) utilitarista: que vê o migrante transnacional como um ativo que pode se ajudar e ao mesmo tempo auxiliar o país em que ele está inserido; e o 3) humanitário: que examina o migrante transnacional como um ser dotado de dignidade plena que deve ser recebido e acolhido, conforme as melhores práticas dos Direitos Humanos.

É precioso observar que, dificilmente, um governo será totalmente securitário ou utilitarista ou humanitário, visto que esse tema das migrações transnacionais é uma seara extremamente complexa, possuindo muitos detalhes, sendo atravessada por interesses políticos de diversos setores sociais que, inclusive, podem ser positivos e até mesmo negativos para as populações migrantes transnacionais.

Por isso, fez-se um esforço para não se rotular e etiquetar previamente os governos, sendo que se optou por afirmar que havia uma pré-disposição ou ainda uma inclinação para determinado modelo. Pelo exposto, traz-se à baila um fragmento do discurso de Pereira que ostenta as densas relações das migrações transnacionais e a política:

Este é um projeto político pedagógico que requer constante renovação, pois as migrações são expressões dinâmicas da vida social de milhares de pessoas em todo o mundo e não se deixam captar por conceitos cristalizados, tampouco os migrantes terão as suas demandas atendidas por ações sociais e governamentais estanques ou desarticuladas. (PEREIRA, 2016, p. 120).

Como observação preliminar pode-se dizer que esse artigo não almeja ser uma peça planfetária, pelo contrário, a concepção é que seja feita uma análise técnica, uma vez que se enfatizará as características de cada administração no quesito das migrações transnacionais a partir das suas respectivas realizações. Assim, somente após se ver as principais ações de cada gestão é que se desaguará na visão de que essa ou aquela administração estava tendendo mais para o modelo securitário ou utilitarista ou humanitário ou ainda para uma mescla desses padrões.

Desse modo, a autora Arendt (2004, p. 335) se mostra como uma escolha natural para ser o marco teórico desse redigido, uma vez que ela desdobrou conceitos migratórios transnacionais em sua obra e ao mesmo tempo tratou em seus escritos sobre o totalitarismo e os seus efeitos deletérios. Assim, ela também ajusta esses dois instrumentários, evidenciando como o regime nazista foi violento e opressor com grupos minorizados e também com agrupamentos migratórios transnacionais.

Nessa senda, vai-se refletir, seguindo o rastro de alguns autores, por exemplo Matos e Lobo (2012, p. 229), que sugerem que existiria uma relação direta entre o nível de atos democráticos de um governo e a sua atenção com as questões que giram em torno dos migrantes transnacionais. Sendo assim, objetiva-se entender se governos com menor quantidade de ações democráticas estariam mais inclinados para o modelo securitário e ao mesmo tempo se governos com maior volume de atos democráticos estariam em sintonia com uma política humanitária, no que tange às migrações transnacionais, sendo que esse escopo estará estabelecido perante o caso brasileiro, tendo como ponto de partida o ano de 1994 e o ponto de chegada o ano de 2022.

Escolheu-se, de forma metodológica, por não se discorrer sobre o governo Lula III (2023-2026), porquanto na data do fechamento desse artigo essa gestão do Executivo federal estava apenas iniciando os seus trabalhos. Dessa forma, para que se possa ser justo, não se adentrará nessa administração, sendo prudente que se espere o seu fim para que se possa fazer uma análise mais aprofundada.

Vale salientar que as posições do Brasil podem inclusive mudar radicalmente, a depender do governo que estava exercendo o poder político.

Desse modo, é importante frisar que se está perante uma ocorrência que pode ser dinâmica e que está mesclada com uma série de questões que passam por diversas áreas dos saberes sociais e humanos.

Quanto à metodologia do presente texto, pode-se dizer que ele compreenderá um raciocínio lógico-histórico. Além disso, ter-se-á como meta esquadrihar os escritores das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, em sinergia transdisciplinar, examinando os atos normativos de referência, em rol exemplificativo, Constituição da República de 1988, as leis migratórias, sobretudo, o Estatuto do Refugiados (Lei nº 9.474/1997¹) e a Lei de Migração (Lei nº 13.455/2017²).

A justificativa que precisa ser levantada é o fato de ter-se percebido que houve uma transição de modelos de governos, pois o nosso Estado-país tinha tradicionalmente uma linha de pensamento quanto às migrações transnacionais que começou em 1994 e que tentava caminhar em maior medida no sentido do modelo humanitário, ainda que existissem recalitrâncias de alguns setores do Executivo federal e do Legislativo federal.

Outra justifica está firmada na relevância numérica desse assunto, porque, estatisticamente, existe um número elevado de pessoas em situação de migração transnacional no mundo, sendo que o Brasil³ também possui um número expressivo de migrantes transnacionais. Assim, pontua-se com base no relatório: *Migration and the 2030 agenda* da Organização Internacional das Migrações (OIM) que esse tema toca centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo⁴:

Migration is a global phenomenon that impacts the lives of most people. An estimated 258 million people are international migrants (UN DESA, 2017), and in our increasingly interconnected world, millions more are impacted through family ties, economic exchanges and cultural connections. Migration is a powerful driver of sustainable development, for migrants themselves and their communities in countries of origin, transit and destination (OIM, 2018, p. 11).

Como objetivo propõe-se que esse trabalho possa colaborar com a academia, com as políticas públicas e com a sociedade, fazendo esclarecimentos importantes nessa seara das migrações transnacionais. E sobre essa ocorrência, deseja-se revisitar esse tema, sendo necessário que exista transparência e correção quanto aos dados aqui desdobrados. Por isso, quer-se rechaçar o que costumeiramente se chama de desinformação (*fake news*), e para isso faz-se referência justamente ao trecho do *Rapport État de la migration dans le monde 2022* de autoria da OIM⁵ que reverbera como as pessoas em situação de migração são penalizadas:

En outre, une attention moindre était accordée à la compréhension et à l'évaluation des dommages causés par la désinformation. Une approche fondée sur les dommages exige d'examiner l'impact des campagnes de désinformation sur ceux qu'elles ciblent et touchent, ainsi que les répercussions plus larges sur la société. Dans le cas de la migration, les dommages de la désinformation sont associés au discours de haine et à la xénophobie, qui encouragent l'hostilité et la discrimination à l'égard des migrants, lesquelles peuvent à leur tour contribuer à légitimer des politiques anti-migrants. Parallèlement, la désinformation et l'absence d'informations fiables peuvent porter préjudice aux migrants en ayant une influence négative sur leurs décisions et la connaissance de leurs droits (OIM, 2021, p. 233).

Por conseguinte, elucida-se que não se objetiva ser determinista, em um dualismo binário e estanque, uma vez que o Brasil possui peculiaridades históricas, culturas e sociais que podem favorecer ou prejudicar o fenômeno migratório transnacional que está se desenvolvendo na terceira década do século XXI. Por isso é importante que o assunto seja estudado dentro das balizas metodológicas lançadas, para que se possa entender adequadamente essa moldura à luz do caso brasileiro desde os anos 1994 até o ano de 2022.

Em resumo, comentar-se-á sobre algumas das ações dos governos de FHC (1994-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) que se reputa serem representativas de cada gestão, sendo que essa exposição vindoura será fatiada em dois sub-itens, o primeiro contemplará desde o governo FHC até a gestão de Dilma e o outro capítulo será dedicado aos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro para que se possa, em seguida, arrematar esse texto com as considerações finais. Optou-se por essa forma de dividir essa apresentação devido a aproximação temática que existiram entre essas gestões federais, sendo que em nossos apontamentos essa pertinência ficará mais claramente deslindada.

2 COMO OS GOVERNOS FHC, LULA E DILMA SE COMPORTARAM PERANTE AS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS?

Com essas preliminares expostas, pode-se inaugurar essa abordagem pelos governos de Fernando Henrique Cardoso I e II que teve como marca o Estatuto dos Refugiados de 1997, também conhecido como Lei nº 9.474/1997, que definiu mecanismos para implementação da Convenção Internacional dos Refugiados de 1951⁶ e seu respectivo Protocolo de 1967 que já tinham sido

ratificados pelo Brasil, sendo esses atos normativos internacionais louvados até hoje, devido a terem expandido o conceito tradicional de refugiado. Com esse cânone, Candido revela a respeito da política migratória transnacional nas duas gestões de FHC:

A imagem do Brasil como um país de acolhida de refugiados é uma maneira de demonstrar responsabilidade no âmbito internacional, o que se coaduna com o discurso tradicionalmente pacifista e não intervencionista do Brasil. Ao mesmo tempo, está alinhado com o solidarismo hemisférico e regional, na medida em que acolhe principalmente indivíduos provenientes da África, América Latina e Ásia. (CANDIDO, 2013, p. 8).

Quanto aos governos Lula I e II houve uma relativa continuidade das ideias praticadas pelo governo FHC no sentido de visar um caráter humanitário na política migratória transnacional e, ao mesmo tempo, de enaltecer os Direitos Humanos dos grupos migrantes transnacionais. Nessa toada, Reis destaca o ideário desse Presidente em discurso feito na Organização das Nações Unidas:

Assim, em sua fala no Conselho de Direitos Humanos na ONU em junho de 2009, o presidente Lula destacou os efeitos perversos da crise econômica sobre os migrantes, criticou o crescimento de manifestações xenófobas na esteira da crise e destacou que: “No Brasil, nós acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes que viviam ilegalmente no país. Para dar uma resposta, um sinal aos preconceituosos, aqueles que imediatamente querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça, o seu desemprego” (REIS, 2011, p. 62).

Um bom exemplo de uma boa prática de governança para as migrações transnacionais do governo Lula foi a regularização da documentação (legalização) de migrantes transnacionais, que estavam no Brasil de forma indocumentada, por meio da Lei nº 11.961 de 2 julho de 2009⁷, sendo que uma anistia migratória também já tinha sido conduzida no governo de FHC. Nesse sentido, Uebel e Ranincheski, especificamente quanto à política migratória do governo Lula, assim se pronunciam:

Logo, à guisa da PEB renovada – e posteriormente classificada pelo ex-chanceler Celso Amorim como “ativa e altiva”, as migrações internacionais durante a

administração de Lula da Silva ganharam uma retórica de direitos humanos, combinadas ao próprio discurso anti-neoliberal do seu partido: o papel das crises econômicas, do desemprego e da xenofobia à desestruturação social dos imigrantes e da própria nação [...] Posto isto, os oito anos do governo de Lula da Silva se caracterizaram por uma retomada da altivez internacional e humanitária – com profundos anseios de inserção estratégica, econômica e política – e que repercutiram diretamente no *issue* migratório e fronteiriço, combinando alocações sociais e institucionais. Trata-se de um governo combativo nesta retomada, íntegro nos princípios justificadores da agenda e equivocado nas repercussões observadas e nos entendimentos políticos dissonantes que se emaranharam a posteriori. (UEBEL; RANINCHESKI, 2017, p. 84-85).

No que diz respeito ao governo Dilma pode-se dizer que houve a mesma coerência na tentativa de implementar uma lógica humanitária na pasta das migrações transnacionais, como coloca Silva (2021, p. 33), podendo-se citar como exemplo a Lei nº 12.871/2013⁸ que criou o Programa Mais Médicos, trazendo para o Brasil profissionais de saúde cubanos para que eles prestassem atendimentos médicos para localidades brasileiras onde existisse carência desse serviço. Nesse passo, ainda se pode lembrar, consoante Bianco, a respeito do I COMIGRAR (Conferência Nacional de Migração e Refúgio) que foi um paradigma positivo dessa administração:

Ao mesmo tempo, a I COMIGRAR propiciou ampla participação social dos migrantes e dos agentes que atuam junto ou estudam migração e refúgio. Por outro lado, esse governo parece ter seguido mais diretamente do que o anterior as orientações das organizações internacionais, como OIM, UNOC e ICPMD no que concerne à (dupla) proteção às pessoas migrantes e proteção às fronteiras (BIANCO, 2020, p. 28).

Além disso, essa gestão ainda lidou com a questão do início da emissão de vistos humanitários para haitianos, sírios e venezuelanos, após, respectivamente, um desastre ambiental, uma guerra civil e uma crise econômica. Outro traço marcante dessa administração foi a densificação das políticas de migrações transnacionais sul-sul. Ou seja, nesse interregno, o Brasil recebeu significativos fluxos de migrantes transnacionais vindos de países africanos, asiáticos e mercosulinos, como atestou Uebel (2018, p. 329-330).

Como percebido, esses governos que vão desde FHC, passando por Lula e culminando em Dilma foram marcados por uma interpretação mais direcionada para o modelo humanitário na agenda migratória transnacional, ainda que essas gestões não tenham sido integralmente humanitárias. Todavia, pode-se dizer que essas administrações pelo menos tentaram dar um encaminhamento mais humanitário ao tema, ainda que se estivesse sob o escudo do Estatuto do Estrangeiro de 1980.

3 COMO OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO SE COMPORTARAM PERANTE AS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS?

O governo Michel Temer teve como principal expoente da sua administração a edição da Lei nº 13.455/2017 também conhecida como Lei de Migração, sendo que esse ato normativo estava sendo gestacionado desde 2013, ou seja, em boa parte durante o governo Dilma, ainda que ele tenha sido sancionado já sob a égide do governo Temer. Desse modo, vale salientar que essa última Lei possui um espírito muito mais humanitário que o Estatuto do Estrangeiro de 1980⁹ (Lei nº 6.815/1980) que estava mais antenado com o modelo securitário. Com essa informação, Wermuth evidencia essa ocorrência em minúcias:

Durante a tramitação do projeto na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal é que se observou – como aponta Sprandel (2018) – uma articulação envolvendo a assessoria do governo Dilma Rousseff com o senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), relator do projeto, de modo que fosse incorporado ao seu parecer as sugestões formuladas pela Comissão de Especialistas que havia sido criada pelo Ministério da Justiça – por meio da Portaria nº 2.162/2013– com o desiderato de formulação de uma proposta de Anteprojeto de Lei de Migração . Esse movimento foi fundamental para se avançar na abertura da Lei nº 13.445/2017 para os Direitos Humanos que, na sua redação final, mesmo diante das investidas conservadoras e dos vetos do Presidente Michel Temer, ocupam posição de centralidade (WERMUTH, 2020, p. 2349).

Contudo, ainda que a Lei de Migração seja elogiável por tentar romper com o paradigma securitário, é importante frisar que esse ato legal foi enfraquecido, dado que o governo Temer conduziu vetos nesse diploma, como por exemplo, a anistia migratória de migrantes que estivessem informalmente no Brasil até julho de 2016.

Nesse sentido, ainda vale fazer referência ao Decreto nº 9.199/2017¹⁰ que é duramente criticado por parte dos autores, como Marciano e Brasil, que acreditam que esse ato infra-legal perdeu uma oportunidade valiosa para consolidar um escopo mais humanitário na agenda migratória transnacional brasileira, dando exequibilidade prática aos institutos previstos na Lei de Migração de 2017:

Com 318 artigos (quase o triplo dos 121 da nova lei), o texto do decreto 9199/17 não observa a maioria das sugestões dadas durante as audiências e consultas públicas e vai contra grande parte dos avanços contidos na nova Lei de Migração. O decreto ainda posterga a regulamentação de pontos importantes da nova Lei de Migração, como o caso dos vistos e autorizações de residência por razões humanitárias. O artigo 36 do texto, por exemplo, determina que um “ato conjunto dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e Segurança Pública e do Trabalho definirá as condições, prazos e requisitos para emissão do visto. (MARCIANO; BRASIL, 2018, p. 498).

Quanto a política migratória do governo Jair Bolsonaro pode-se dizer que essa gestão reprimou o ideário da segurança nacional da repulsa ao “inimigo interno” e de proteção das fronteiras nacionais contra a ameaça “estrangeira”. Essa lógica era professada durante a Ditadura Militar (1964-1985), sendo que esse regime de força se valeu do Estatuto do Estrangeiro de 1980 como principal emblema, trabalhando esse ato legal por meio de um arcabouço de salvaguarda do mercado laboral para os brasileiros e de submissão do migrante transnacional aos interesses do Brasil. Com visão complementar em relação à gestão de Bolsonaro, percebe-se as instruções do *Instituto Internacional Para La Democracia Y La Asistencia Electoral*¹¹:

No obstante, a sus detractores les preocupa que Bolsonaro, un excapitán del ejército, exprese simpatía y admiración por el anterior régimen militar del país. Se le ha criticado por su defensa de los valores patriarcales y por el desdén que muestra hacia los disidentes, la izquierda política, los grupos raciales y étnicos desfavorecidos y las minorías sexuales. La presencia de militares retirados en su gabinete también ha suscitado preocupación (INSTITUTO INTERNACIONAL PARA LA DEMOCRACIA Y LA ASISTENCIA ELECTORAL, 2019, p. 46).

Apesar de a Lei de Migração de 2017 almejar cortar com essa visão de inferioridade, que era difundida durante a égide do Estatuto do Estrangeiro de 1980, de que o migrante transnacional é uma questão de polícia, devendo ser tratado como mero objeto de direitos, o governo Jair Bolsonaro teve uma postura mais atenta a esse arquétipo, sendo que essa constatação pode ser extraída a partir de diversas falas desse Presidente da República (PR) sobre a Lei de Migração. O então mandatário do Executivo federal disse¹²:

Como essa última lei de imigração... Vê, a França aceitou algo parecido com isso, ó a desgraça que está lá. Nós somos humanos, queremos respeitar direitos humanos, mas ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa. E o Brasil é a nossa casa. Passou batido numa questão como essa.

Isso ainda é solidificado por duas afirmações de Jair Bolsonaro¹³ que, em 2015, ainda na condição de Deputado Federal, chegou a chamar os refugiados sírios de “escória do mundo” e classificou os imigrantes como “ameaça” ao Brasil. Em outro momento, o então Presidente da República¹⁴, já em 2019, assim se pronunciou sobre o tema dos imigrantes que tentam entrar no EUA: “A maioria dos imigrantes não tem boas intenções”. De mais a mais, o mesmo PR, em 2020, assim se manifestou em relação à Lei de Migração de 2017¹⁵:

A nossa Lei de Migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na Lei de Migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos.

Assim, problematiza-se se essa gestão não teria se valido de discursos baseados em desinformação (*fake news*) para conceituar o migrante transnacional, tentando colar nesse ator a pecha de criminoso, usurpador de empregos, agente transmissor de doenças, propagador de maus hábitos e de ideias negativas, além de ser um fardo para o país que o recebe.

Um exemplo icônico dessa política pública securitária foi a edição da Portaria nº 666 de 25 de julho de 2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que desdobrava conceitos como “pessoa perigosa” ou ainda “aqueles suspeitos de envolvimento” como vaticina Greco (2019, p. 5-6).

Sem contar que Ruseishvili e Chaves (2020, p. 17-18) também compartilham desse entendimento de que esse ato infra legal era de uma técnica criticável que mereceria ser reformada para se alinhar com a Constituição de 1988 que possui um caráter fortemente cidadão e inclusivo.

De mais a mais, a Portaria 666 praticamente aniquilava o direito de ampla defesa e contraditório, garantindo o exíguo prazo de 48 horas para que os profissionais jurídicos fizessem a defesa da pessoa que fosse enquadrada dentro do instituto da “deportação sumária”, que também foi outra inovação desse ato infra-legal que não encontra guarida na Constituição da República de 1988, na Lei de Migração de 2017 ou em qualquer outro ato normativo brasileiro. No que diz respeito a essa Portaria, vê-se Mendes e Menezes:

A busca por controle e vigilância do Estado aos migrantes galgou novo passo no governo Bolsonaro com a edição da Portaria nº 666 de 26.07.2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. No sentido contrário da nova Lei de Migração e da Constituição Federal de 1988, que asseguram direitos e garantias a nacionais e estrangeiros em igualdade de condições, a portaria prevê deportação sumária de migrante com base em suspeita de envolvimento em terrorismo, organização criminosa, tráfico de drogas, torcida com histórico de violência em estádios e pornografia infantojuvenil, entre outros crimes. A suspeição é suficiente para enquadramento do migrante como pessoa perigosa (MENDES; MENEZES, 2019, p. 313).

Outro tema que merece ser explorado e que pode retratar com nitidez o ideário do governo Bolsonaro foi a retirada do Brasil do “Pacto Global de Migração Segura, Ordenada e Regular” de 2018, sendo que esse foi um dos primeiros atos da nova gestão, tendo sido tomado logo em janeiro de 2019. Vale pontuar que o nosso país tinha aderido a esse documento em dezembro de 2018, ou seja, foi uma ratificação que pouco tempo durou. Quanto a esse Pacto, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, chegou a dizer¹⁶:

O governo Bolsonaro se desassociará do Pacto Global de Migração que está sendo lançado em Marrakech [Marrocos], um instrumento inadequado para lidar com o problema. A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país.

Por tudo que se viu, talvez não seja exagero declarar que a administração Temer aparentou, por suas atitudes acima elencadas, estar mais ajustado aos modelos securitário e utilitarista. E o governo Bolsonaro quiçá tenha verticalizado essas bases lançadas pela gestão imediatamente anterior, podendo-se, talvez, ver uma lógica de ideias entre essas duas posturas e ao mesmo tempo um aprofundamento em direção a um modelo securitário mais flagrante na segunda administração.

Em resumo, por essas iniciativas dos governos Temer e Bolsonaro se teria indícios de que a inclinação natural dessas duas gestões foi pelo uso de ideias securitárias e utilitaristas quanto ao modelo migratório transnacional, ainda que se estivesse sob o manto de uma Constituição Cidadã de 1988, do Estatuto do Refugiado, de 1997, e da Lei de Migração de 2017 que, na sua essência, são textos progressistas e garantidores de Direitos Humanos.

Desse modo, as administrações Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) talvez tenham sido exceções a essa regra não escrita que tinha sido inaugurada desde o governo FHC, passando por Lula e chegando até Dilma, que foram governos que estavam mais abertos para concepções humanitárias quanto ao modelo migratório transnacional.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas colocações apresentadas nessa redação, pode-se retomar a provocação que se fez no início desse material. Será que governos menos democráticos, estariam mais afinados com o ideário utilitarista e securitário? E em contrapartida será que as administrações mais democráticas possuiriam uma inclinação para discutir as migrações transnacionais de maneira mais humanitária?

À luz do caso brasileiro e em apreço ao nosso recorte metodológico estabelecido, talvez seja difícil responder de maneira cabal e incontestável essas duas indagações acima expostas. Entretanto, por meio das ações, discursos, políticas públicas (ou ausência delas), das legislações, incorporação de documentos internacionais, pode-se extrair um conteúdo que talvez nos direcione para algumas conclusões que podem associar o nível de maturidade democrática de alguns governos e a melhor atenção com a agenda das migrações transnacionais e o mesmo raciocínio a *contrario sensu*, outrossim, poderia ser usado.

Como comentário curioso pode-se enunciar que os governos FHC, Lula e Dilma, pelo menos, tentaram desenvolver o modelo humanitário dentro da questão das migrações transnacionais, como pode-se inferir a partir das suas atitudes durante as suas gestões, apesar de possuírem um arcabouço

legal, a saber, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 que remontava aos tempos da Ditadura Militar e que tinha um âmago eminentemente securitário, vendo o migrante transnacional ora como um inimigo ou espião, ora como um criminoso em potencial, ora como um usurpador de empregos, ora como alguém que deve ser tratado de forma submissa aos interesses do Brasil e dos brasileiros ou ainda como uma pessoa dotada de todas essas características ao mesmo tempo.

Em giro correlato, os governos Temer e Bolsonaro já tinham um instrumentário que estava em harmonia com valores humanitários, pois a Lei de Migração de 2017 foi aprovada durante o governo do primeiro. E, talvez, de maneira paradoxal, essas duas gestões se orientaram mais para os modelos utilitarista e securitário, sendo que chegou-se a esse reparo após a explanação das atitudes dessas administrações no quesito das migrações transnacionais.

A conclusão, mesmo que parcial, a qual se pode chegar é que a norma legal, por si só, ainda que ela seja garantista ou retrógrada, não vai, sozinha, alterar a realidade social e tampouco obrigar os gestores públicos e chefes do Executivo federal a cumprir os comandos humanitários que estão insculpidos naquele texto legal, internacional ou constitucional e, da mesma forma, eventuais regras securitárias e utilitaristas também podem ser contornadas, dentro da institucionalidade, por governos mais zelosos com o tema das migrações transnacionais.

Como observação para o futuro, talvez se tenha, pela primeira vez, quando se leva em conta o decote temporal de 1994 até o ano de 2023, ao mesmo tempo, um governo que teria uma aptidão mais humanitária e um substrato legal mais consentâneo com a salvaguarda dos Direitos Humanos dos migrantes transnacionais. No entanto, somente ao término do governo Lula III é que se poderá fazer um balanço final para que se perceba quais foram as políticas públicas, iniciativas, programas e ações concretas dessa gestão na agenda das migrações transnacionais.

Em suma, fez-se esse percurso lógico-histórico pela natureza das principais políticas migratórias transnacionais dos governos federais do Brasil desde 1994 até 2022. Assim, pode-se arrematar esse artigo com a concepção que ainda se precisa amadurecer nessa seara e, ao mesmo tempo, edificar uma cultura que seja de Estado e não de governo, tendo em vista que nesse íterim analisado existiriam mudanças, muitas vezes abruptas, no que toca aos programas destinados para as migrações transnacionais.

NOTAS

¹ BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 24 abr 2023.

² BRASIL. Lei nº 13.455, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 24 abr 2023.

³ Agência Brasil. Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos. Atualmente 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/numero-de-novos-imigrantes-cresce-244-no-brasil-em-dez-anos>>. Acesso em: 24 abr 2023.

⁴ Em uma tradução livre: “A migração é um fenômeno global que impacta a vida da maioria das pessoas. Estima-se que 258 milhões de pessoas sejam migrantes internacionais (UN DESA, 2017) e, em nosso mundo cada vez mais interconectado, outros milhões são afetados por laços familiares, intercâmbios econômicos e conexões culturais. A migração é um poderoso motor do desenvolvimento sustentável, para os próprios migrantes e suas comunidades nos países de origem, trânsito e destino”.

⁵ Em uma tradução livre: “Além disso, menos atenção foi dada à compreensão e avaliação dos danos causados por desinformação. Uma abordagem baseada em danos requer olhar para o impacto das campanhas de danos. desinformação sobre aqueles que visam e afetam, bem como os impactos mais amplos na sociedade. E no caso da migração, os danos da desinformação estão associados ao discurso de ódio e à xenofobia, que incentivam a hostilidade e a discriminação contra os migrantes, o que, por sua vez, pode contribuir para legitimar políticas anti-imigração. Ao mesmo tempo, a desinformação e a ausência de informações confiáveis podem prejudicar os migrantes influenciando negativamente suas decisões e conhecimento de seus direitos”.

⁶ ACNUR. Convenção Internacional dos Refugiados de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

⁷ BRASIL. Lei nº 11.961 de 2 julho de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11961.htm>. Acesso em: 02 maio 2023.

⁸ BRASIL. Lei nº 12.871 de 22 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm>. Acesso em: 02 maio 2023.

⁹ BRASIL. Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 02 maio 2023.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm>. Acesso em: 02 maio 2023.

¹¹ Em uma tradução livre: No entanto, os críticos estão preocupados com o fato de Bolsonaro, um ex-capitão do exército, expressar simpatia e admiração pelo antigo regime militar do país. Ele foi criticado por defender os valores patriarcais e por seu desdém pelos dissidentes, a esquerda política, grupos raciais e étnicos desfavorecidos e minorias sexuais. A presença de oficiais militares aposentados em seu gabinete também levantou preocupações.

¹² Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>>. Acesso em: 26 de abr de 2023.

¹³ Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ouca-entrevista-em-que-bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-e-sugere-infarto-a-dilma-46313/>>. Acesso em: 27 de abr de 2023.

¹⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>>. Acesso em: 27 de abr de 2023.

¹⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>>. Acesso em: 27 de abr de 2023.

¹⁶ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/futuro-chanceler-diz-que-brasil-vai-deixar-pacto-global-de-migracao>>. Acesso em 26 de abr de 2023.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BIANCO, Bela Feldman. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**. Dossiê - migrações e políticas de acolhida: o direito à acolhida e o caráter securitário das leis de migração. Ano XXXI, N 83 - Maio - Agosto, 2018.
- CANDIDO, Mônica Tse. Política Externa, Direitos Humanos e Refugiados de - FHC a Dilma -. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 22 / 26 jul. de 2013, Belo Horizonte. **Multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial**. anais. Belo Horizonte, p. 1 – 19, 2013.
- GRECO, Pedro Teixeira Pinos. A análise jurídica da portaria nº 666/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública: conceitos abertos, garantias processuais, deportação sumária e os refugiados. **Revista Digital do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)**. Disponível em: < <https://digital.iabnacional.org.br/revista-digital-no-41/a-analise-juridica-da-portaria-no-666-2019-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-conceitos-abertos-garantias-processuais-deportacao-sumaria-e-os-refugiados/>>. Acesso em: 03 maio 2023.
- INSTITUTO INTERNACIONAL PARA LA DEMOCRACIA Y LA ASISTENCIA ELECTORAL. **El estado de la democracia en el mundo y en las Américas 2019**. Confrontar los Desafíos, Revivir la Promesa. 2019.

- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Migration and the 2030 Agenda (2018) A guide for Practitioners**. Geneva, 2018. Disponível em: <[https://environmentalmigra on.iom.int/sites/g/files/tmzbd1411/files/documents/sdg_en.pdf](https://environmentalmigra.on.iom.int/sites/g/files/tmzbd1411/files/documents/sdg_en.pdf)>. Acesso em: 23 mar 2023.
- MARCIANO, Fernanda Campos e BRASIL, Deilton Ribeiro. Do tratamento conferido ao emigrante pela Lei brasileira de migração: Avanços e desafios. **REPATS**, Brasília, V. 5, nº 2, p. 488-506, Jul-Dez, 2018.
- MATOS, Ralfo e LOBO, Carlos. Migração como indicador de democracia, sobrevivência econômica e necessidades básicas especiais. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 38, p. 213-232, jan./jun. 2012.
- MCAULIFFE M., TRIANDAFYLLIDOU A. (eds.) **World Migration Report 2022. International**. Organization for Migration (IOM). Geneva. Chapter 1: p. 1-17. Disponível em: <<https://publica ons.iom.int/books/world-migra on-report-2022>>. Acesso em: 23 mar 2023.
- MENDES, José Saccheta Ramos e MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 247, p. 302-321, mai./ago., 2019.
- PEREIRA, José Carlos. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e desafios para a democracia no Brasil. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**. nº 79 - julho – dezembro. 2016.
- REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 2011.
- RUSEISHVILI, Svetlana; CHAVES, João. Deportabilidade: Um novo paradigma na política migratória brasileira?. **Plural, [S. l.]**, v. 27, n. 1, p. 15-38, 2020.
- SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. **A política migratória brasileira: as migrações no governo Bolsonaro**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. João Pessoa, 2021.
- UBEL, Roberto Rodolfo Georg e RANINCHESKI, Sonia. Pontes ou muros? As diferentes ações dos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em relação às migrações internacionais para o território brasileiro. **OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 16, n. 2, p. 79-100, 2017.
- UBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2018.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 11, nº 4, 2020.

RESUMO

Este artigo objetiva examinar como os governos federais do Brasil, desde 1994 até 2022, se comportaram perante o fenômeno migratório transnacional. Assim, será feito um levantamento sobre algumas das principais ações, políticas públicas, legislações e iniciativas de cada gestão dentro desse recorte temporal para que se possa melhor compreender qual foi a inclinação de cada administração pública federal dentro dessa seara. Com isso, a metodologia utilizada será o raciocínio lógico-histórico, tendo como justificativa melhor entender como cada governo se colocou perante os modelos migratórios que estão à disposição (securitário, utilitarista e humanitário). Desse modo, o marco teórico será Hannah Arendt que versa com igual versatilidade sobre migrações transnacionais e regimes políticos. Pelo exposto, será ventilado a respeito da relação existente entre o nível de maturidade democrática e a sua maior ou menor propensão para adotar o padrão migratório securitário ou ainda o molde migratório utilitarista ou ainda humanitário.

Palavras chave: Governos brasileiros; Migrações transnacionais.

ABSTRACT

This article aims to examine how the federal governments of Brazil, from 1994 to 2022, behaved in the face of the transnational migration phenomenon. Thus, a survey will be carried out on some of the main actions, public policies, legislation and initiatives of each administration within this time frame so that one can better understand what was the inclination of each federal public administration within this area. With this, the methodology used will be the logical-historical reasoning, having as a better justification to understand how each government placed itself before the migratory models that are available (security, utilitarian and humanitarian). Thus, the theoretical framework will be Hannah Arendt who deals with equal versatility on transnational migrations and political regimes. Based on the above, it will be ventilated regarding the existing relationship between the level of democratic maturity and its greater or lesser propensity to adopt the security migration pattern or even the utilitarian or even humanitarian migration pattern.

Key words: Brazilian governments; Transnational migrations.

A Pastoral do Migrante como meio de ressocialização dos migrantes em Salvador-BA

*Aline Veiga Moita**

1 INTRODUÇÃO

Desde 2017 o Brasil, em função da crise econômica na Venezuela, vem recebendo inúmeros venezuelanos que saem do seu país com a esperança de encontrar no país vizinho melhores condições de vida. As fronteiras brasileiras com a Venezuela, Pacaraima e Boa Vista, foram alguns dos territórios que receberam esses migrantes, entretanto, nenhuma delas estava preparada para abarcar a grande quantidade de pessoas. A Pastoral do Migrante, iniciativa da Igreja Católica em Roraima, foi uma das instituições da sociedade civil que acolheram venezuelanos e tentaram sanar as dificuldades da situação.

Nessa conjuntura, o norte do Brasil não comporta e não consegue atender as necessidades as quais aqueles migrantes buscam sanar. Tendo em vista essa situação, órgãos federais, estaduais, municipais e organismos internacionais iniciaram o processo de interiorização de migrantes venezuelanos (ou seja, de criação de estratégias para a melhor sociabilidade e acolhimento no contexto nacional). Diversos estados brasileiros, como Ceará, Bahia, São Paulo e Santa Catarina receberam os venezuelanos. A Pastoral do Migrante na Bahia, por exemplo, foi uma das instituições que colaboraram no acolhimento das pessoas.

Esse campo problemático nos faz indagar qual a importância da Pastoral no acolhimento da população migrante. São inúmeros os órgãos envolvidos na recepção, tanto nacionais como organismos internacionais, mas a demanda social envolvida e a característica multifacetada do fenômeno fazem com que coloquemos atenção no objetivo da importância da Pastoral do Migrante no processo de interiorização em contexto brasileiro. Além disso, compreende-

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), especialista em Sustentabilidade e Responsabilidade Social pela Universidade Salvador (UNIFACS), pós-graduada em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e-mail: aline.moita@edu.pucrs.br

se importante analisar como a Pastoral do Migrante identifica, avalia e atende as necessidades de migrantes; exemplificar o impacto dessa Pastoral na vida dos acolhidos; e identificar quem são os migrantes que dependem especificamente dela no processo de ressocialização.

Para esse estudo foi estabelecida uma abordagem qualitativa, tendo como procedimento o estudo de caso da Pastoral do Migrante do Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton em Salvador-BA. Nesse processo investigativo, para além das buscas bibliográficas, trabalha-se com o relato do processo de acolhimento de migrantes e entrevistas com os mesmos (garantidas as relações de sigilo e a anuência de entrevistados na utilização das informações recolhidas), de modo a identificar suas necessidades e os desafios encontrados na vivência em outro país.

Considera-se, neste trabalho, que a demanda de migração justifica a existência da Pastoral do Migrante em diferentes partes do país, estabelecendo uma relação de proximidade com aquele que pede auxílio, e que muitas vezes não é orientado a contento por órgãos públicos. De toda forma, esse olhar de solidariedade também necessita de constante análise crítica e reflexiva sobre o que se produz enquanto acolhimento por parte dessas instituições – o que foi o motivo da presente proposta investigativa.

2 MIGRAÇÕES

Mesmo no contexto de pandemia, pessoas de diversas nacionalidades buscaram encontrar em outro país a esperança de dias melhores. Esse movimento, para além de todas as implicações contextuais complicadas que podem lhe abarcar, tem por base psicossocial o fato de que o direito de migrar é um direito humano legitimado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No artigo XIII da referida Declaração estabelece-se que todo o ser humano tem o direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, e que, também, todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a este regressar.

Em termos subjetivos, considera-se que a decisão de sair do próprio país é muitas vezes dolorosa, tendo em vista que a migração forçada (um dos tipos de migração possível, quando não é voluntária) é consequência de desestabilizações políticas, econômicas e ambientais. Segundo Pereira (2019), os migrantes forçados são todos os indivíduos que, por força alheia ao seu desejo, vontade ou interesse, são obrigados a deixarem o seu local de moradia habitual. O caso da Venezuela em que diversas pessoas decidiram sair do seu país devido a questões econômicas e sociais trouxe uma imensa massa de venezuelanos tentando encontrar nos países de sua fronteira melhores condições de vida, alguns até buscando o básico, alimentos e moradia, estes em sua maioria são os migrantes econômicos.

Ainda existem os migrantes ambientais, que migram por catástrofes ambientais, os apátridas, que são àqueles que não possuem nacionalidade estabelecida, os asilados políticos, que migram para preservar sua vida ou liberdade em virtude de injusta perseguição devida à circunstâncias políticas, e pessoas em situação de refúgio. Este último, de acordo com Pereira (2019), como indivíduos que têm suas vidas ameaçadas, fundado temor de perseguição étnica, religiosa, política, cultural, orientação sexual, violência de gênero etc. que põe em risco suas sobrevivências em um determinado Estado ou região, necessitando migrar forçadamente para defender suas vidas.

Por meio da fronteira com Roraima no Brasil, os venezuelanos iniciaram a viagem ao desconhecido, mas trazendo dentro de si a esperança de que no Brasil não seria pior do que em seu país de nascimento. Entretanto, o município de Pacaraima, o mais próximo da fronteira brasileira com a Venezuela, com seus 19.305 habitantes segundo CENSO IBGE 2022, não tinha condições de abrigar a tantos venezuelanos, cerca de 7.082 num período de 20 dias. Esta constatação foi feita pelas gestores públicos do município e pelos gestores da Operação Acolhida, força tarefa do Governo brasileiro em resposta ao grande fluxo migratório de venezuelanos. Essa Operação, além de procurar equilibrar as demandas dos imigrantes por saúde, moradia, educação, trabalho etc. com a efetiva capacidade de respostas do município, vislumbrava a possibilidade de oportunidades de trabalho – um dos principais desejos dos imigrantes – em outros municípios e regiões brasileiras, como mostram algumas pesquisas e, também, o trabalho de campo desenvolvido nesta investigação.

A Operação Acolhida consistiu no envio de imigrantes venezuelanos, com o devido consentimento destes, para outros municípios e estados brasileiros dispostos a acolhê-los.. A Operação Acolhida foi comandada pelo Exército brasileiro com o apoio de diversos órgãos públicos nacionais, ONGs e Organismos internacionais. Desde 2018, essa Operação viabilizou a interiorização de 84 mil venezuelanos em 887 municípios brasileiros. A Bahia é um dos estados de acolhida dos migrantes que, segundo a Organização Internacional para Migrações, em 2019 acolheu cerca de 1,3% (1.092) deles.

Mesmo sendo um número pouco expressivo, após serem recepcionados pelo Governo do estado da Bahia, os migrantes foram acolhidos por diversas instituições, e receberam apoio de órgãos públicos e de instituições da sociedade civil dispostas a ajudar, como a Pastoral do Migrante, presente em algumas paróquias da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Uma das equipes dessa Pastoral que já acolheu mais de 120 migrantes desde o processo de interiorização é o Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton - CCMJH.

O centro é uma iniciativa da Paróquia Ascensão do Senhor, localizada no Centro Administrativo da Bahia, e as atividades pastorais realizadas nesta comunidade são mantidas pelos paroquianos.

Os atendidos pela Pastoral do Migrante do CCMJH chegam até a instituição por indicação de outros migrantes ou núcleos de acolhimento como o da Universidade Federal da Bahia. Os migrantes e suas famílias estão residindo no município de Lauro de Freitas, localizado na região metropolitana, a 27 km de distância de Salvador. Em Lauro de Freitas as crianças têm acesso a educação, podendo frequentar as aulas junto com a comunidade local.

3 PASTORAL DO MIGRANTE: A ACOLHIDA, A PROTEÇÃO, A PROMOÇÃO E A INTEGRAÇÃO

A Pastoral do Migrante é uma iniciativa da Igreja Católica que, segundo o documento *Orientação Pastoral Migratória (2022)*, Seção Migrantes e Refugiados do Vaticano, sugere que sejam trabalhadas ações concretas com a perspectiva de acolher, proteger, promover e integrar. A Pastoral do Migrante da CCMJH surgiu com o objetivo de acolher migrantes e refugiados que buscam apoio humanitário e material para sua nova vida na Bahia. Inicialmente, os imigrantes venezuelanos que chegaram a Salvador, através do processo de interiorização, encontraram inúmeras dificuldades de inserção social, pois os órgãos públicos locais ainda não estavam adequadamente preparados para atender as suas demandas básicas. Nesse contexto, o CCMJH teve a iniciativa de arrecadar cestas básicas e roupas com o intuito, a princípio, de garantir a alimentação e aliviar o sofrimento dos migrantes.

Das 73 pessoas acolhidas até fevereiro de 2021, entre elas homens, mulheres e crianças, muitas se encontravam sem emprego e sem recursos financeiros para manter a própria família, sendo que alguns tiveram que dormir na rua porque não encontraram vagas em abrigos.

Então, a Pastoral do Migrante iniciou o atendimento fraterno, escutando as necessidades apresentadas pelos migrantes, dando suporte básico, oferecendo a alimentação, e auxiliando com a mediação para emprego, assistência jurídica e atendimento médico. Segundo dados do atendimento social do CCMJH, a maior demanda apresentada pelos migrantes atendidos é o emprego. A garantia do emprego para eles é mais importante que qualquer outra necessidade elencada, como a moradia. Esta se apresenta como a segunda maior demanda. A grande maioria reside de aluguel, e como muitos estão desempregados ou em trabalhos informais, eles tem dificuldades

para pagar o aluguel. Além destas duas maiores demandas apontadas pelos migrantes, surge as demandas de alimentação. Esta, inclusive, nos dois primeiros anos de pandemia foi uma das principais necessidades, além de móveis, roupas, utensílios domésticos e acesso a serviços públicos para emissão de documentos.

A Pastoral do Migrante do CCMJH já acolheu migrantes provenientes de Cuba, Haiti, Senegal, Chile, Iêmen, e Venezuela em sua maioria. Os migrantes atendidos são jovens, adultos e idosos, com escolaridade até o ensino médio completo. Inicialmente, eles passam por um atendimento com a assistente social do CCMJH, com a finalidade de conhecer a realidade, encaminhá-los para emissão de documentos como Registro Nacional Migratório - RNM, CPF, Carteira de Trabalho e cartão do SUS. Ademais, são encaminhados para a rede socioassistencial do município e orientados a realizar o Cadastro Único. Assim, eles têm a possibilidade de acessar o Programa Bolsa Família.

Os migrantes, para fazerem parte do Projeto da Pastoral dos Migrantes, primeiramente são atendidos pela assistente social. Ao ser realizada a escuta sensível e qualificada, a depender da situação, o usuário é orientado, conforme explica a assistente social Priscila Freitas. Nesse processo, o CCMJH oferece serviços médicos, psicológicos, jurídicos e de fisioterapia com algumas instituições parceiras. Além de distribuir, mensalmente, cestas básicas para 92 famílias cadastradas, oferece atendimento com terapeuta uma vez por semana, mantém um canal direto no What'sApp com a assistente social, realiza ações pontuais de doação de vestuários, móveis, e utensílios domésticos, como a doação de ventiladores a todos os assistidos, assim como realiza mensalmente palestras e cursos de interesse geral. Em 2022, como capacitação profissional, foi oferecido curso de empreendedorismo, como usar a ferramenta do WhatsApp Business, marketing digital e de precificação. E em 2023, novas turmas do curso de artesanato já iniciaram com a proposta de capacitá-los nesta nova atividade. A proposta é sempre buscar cursos que possam se transformar em oportunidades de trabalho remunerado para os migrantes.

De acordo com José Carlos Pereira (2016), no artigo Acolhida a migrantes e refugiados, os migrantes chegam com muitas demandas, mas as instituições governamentais não conseguem atender agilmente. E são justamente os leigos integrantes das equipes da Pastoral dos Migrantes que fazem a intermediação para o atendimento das necessidades. A assistente social do CCMJH relata que, muitas vezes, é necessário que haja a intermediação do CCMJH em matrículas de crianças e jovens, dos quais o histórico escolar de determinados países não é aceito por Secretarias de Educação no Brasil ou em casos nos quais a família não consegue nem acesso ao histórico escolar em seus países.

Mesmo sem receber recursos públicos, as ações da Pastoral dos Migrantes se mantêm com doações dos paroquianos da Paróquia Ascensão do Senhor, localizada no Centro Administrativo da Bahia, para continuar com os projetos sociais. Um dos projetos é a Feira Solidária, onde expositores, tanto brasileiros como migrantes, vendem seus produtos aos domingos, após as missas. Segundo o padre Manoel Filho, pároco responsável, o processo de inserção é lento e gradual, e uma das ações na linha da geração de meios de subsistência é a Feira Solidária. A Pastoral já ofereceu como iniciativa o curso de espanhol, que era ministrado pela professora venezuelana Alejandra Escalona. O CCMJH também já fez divulgação nas redes sociais dos perfis profissionais dos migrantes com o intuito de conseguir a imersão destes no mercado de trabalho.

Várias ações como aquelas são iniciativas de pastorais e movimentos sociais. Isto porque o poder público não consegue atender satisfatoriamente as necessidades apresentadas pelos migrantes. A insuficiência do atendimento se agrava, principalmente, quando não há organismos internacionais e consulados na região onde estão localizados os migrantes, para contribuir na inserção e integração social.

Esse olhar humano sobre o outro só é possível quando se tira as amarras da burocracia. A Pastoral dos Migrantes olha o migrante como pessoa que tem seus direitos além de tratados, legislações, acordos e convenções; olha para a cultura do migrante; procura se aproximar e somar esforços com outras instituições como o CCMJH que organizou, por algum tempo, a missa em espanhol como uma forma de acolhida aos migrantes atendidos. Essas missas não acontecem mais, entretanto, aqueles que professam a fé católica costumam vir a missa juntamente com os locais, e frequentar as atividades sociais da paróquia. Segundo a assistente social do CCMJH, Priscila Freitas, os migrantes se sentem bem acolhidos pelos brasileiros, mas às vezes chegam relatando casos de exploração, como diárias de limpeza não pagas ou pagas com valores irrisórios.

Conforme Dornelas (2018) referencia Abdelmalek Sayad no artigo “Migrações contemporâneas...”, a integração nunca será completa num contexto de relações de dominação cada vez mais complexa, em que se misturam diferentes fatores de deslocamento e referenciais de pertencimento étnico e nacional. Portanto, a integração do migrante à sociedade ainda é muito difícil. Mesmo havendo a Pastoral do Migrante, movimentos sociais, ONG’s que propõem e realizam ações de acolhimento, a xenofobia ainda está presente na sociedade, e os poderes públicos, nesse quesito, têm se mostrado muito distante da proteção dos migrantes. Para César Henrique, paroquiano da Paróquia Ascensão do Senhor, a iniciativa da Pastoral dos Migrantes é um acolhimento humanitário. Ele afirma que “há espaço para todo mundo (...) não tem essa de roubar nossos empregos”.

A intensificação das migrações, entre outras coisas, passou a informar sinais de lutas por uma cidadania global, como afirma Rosane Costa Rosa (2019) no artigo “Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande-MS”. Todos os atores envolvidos, principalmente o poder público, precisa estar preparado para acolher o migrante de forma completa em todas as regiões brasileiras. Não basta somente interiorizar, é preciso disponibilizar infraestrutura e subsídio aos municípios acolhedores para que possam dar atenção e acolher, adequadamente, o migrante.

Assim como qualquer brasileiro, o migrante tem papel econômico relevante na força de trabalho no país acolhedor. Conforme afirmou o Papa Emérito Bento XVI, os trabalhadores estrangeiros, não obstante as suas dificuldades de integração, prestam um contributo significativo para o desenvolvimento econômico do país de acolhimento e do país de origem com as remessas monetárias, além das diversas contribuições no campo da cultura.

Segundo a Comissão Internacional Migratória Católica, as evidências não só demonstram que migrantes e refugiados não roubam empregos, mas são propensos a criar novos postos de trabalho ao lado de outros grupos de migrantes ou de pessoas nativas, como foi possível constatar junto as pessoas acolhidas pela Pastoral dos Migrantes do Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com os documentos divulgados pelo Papa Francisco, como a Carta Encíclica Fratelli Tutti e as mensagens do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, a Pastoral dos Migrantes tem feito um trabalho de acolhida humanitária que vai além da regularização de documentação e interiorização, sobretudo, com capacidades de de olhar e escuta sensíveis ao outro, animando-o e o apoiando nas suas travessias.

Mesmo reconhecendo que as migrações foram importantes para construção de países, a batalha pelo reconhecimento dos direitos dos migrantes é desafiadora e longa. Parafraseando Vera Chueri e Heloísa Câmara (2010), no artigo “Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade”, o reconhecimento pode ser considerando uma prática de amor e sacrifício, principalmente quando (i)migramos ou nos refugiamos, experimentamos o sofrimento e a falta de reconhecimento.

Portanto, a Pastoral dos Migrantes, como agente não integrante oficial do processo de interiorização da Operação Acolhida, tem participação efetiva na ressocialização dos migrantes no processo de interiorização. E mesmo a Bahia, sendo um dos estados com menor percentual de migrantes acolhidos

neste processo, a Pastoral dos Migrantes do Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton tem considerável importância na acolhida, na promoção e na integração dos migrantes. Não foi possível evidenciar a proteção dos migrantes em sua totalidade como afirma o documento de Orientação sobre a Pastoral Migratória Intercultural, entretanto, dentro do seu arcabouço o CCMJH tem articulado com outras esferas públicas.

E como instituição conduzida e mantida por leigos da sociedade civil, a Pastoral dos Migrantes tem realizado um papel social de importância intercultural nas comunidades dos migrantes acolhidos pelo CCMJH. A ética desse serviço pastoral prima pela cidadania de todas as pessoas, independente de sua nacionalidade, etnia, estatuto jurídico ou fronteiras geográficas. Como diz o Papa Francisco na Carta Encíclica Fratelli Tutti, os migrantes são construtores de um novo vínculo social. Deste modo, a Pastoral dos Migrantes tem aproximado a comunidade dos migrantes, dando-lhes dignidade de viver como seres humanos, com acesso à moradia, alimentação, trabalho, educação e saúde, e permitindo-lhes construir uma nova vida e colaborando na construção de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. **Em entrevista, padre Manoel Filho fala sobre o tema escolhido para o Dia Mundial do Migrante e Refugiado e sobre o atendimento na Paróquia Ascensão do Senhor.** Salvador, 11 de mar de 2021. Disponível em: <<https://arquiocesalvador.org.br/em-entrevista-padre-manoel-filho-fala-sobre-o-tema-escolhido-para-o-dia-mundial-do-migrante-e-refugiado-e-sobre-o-atendimento-na-paroquia-ascensao-do-senhor/>>. Acesso em: 25 de jan de 2023.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. **Migrantes, atendidos pela Paróquia Ascensão do Senhor recebem doação e carinho.** Salvador, 5 de fev de 2021. Disponível em: <<https://arquiocesalvador.org.br/migrantes-atendidos-pela-paroquia-ascensao-do-senhor-recebem-doacoes-e-carinho/>>. Acesso em: 25 de jan de 2023.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. **O amor, me ensina que...: conheça o trabalho da Pastoral do Migrante.** Salvador, 28 de set de 2020. Disponível em: <<https://arquiocesalvador.org.br/o-amor-me-ensinou-que-conheca-o-trabalho-da-pastoral-do-migrante/>>. Acesso em: 25 de jan de 2023.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. **Pastoral do Migrante oferece curso de espanhol na Paróquia Ascensão do Senhor.** Salvador, 28 de jan de 2019. Disponível em: <<https://arquiocesalvador.org.br/pastoral-do-migrante-oferece-curso-de-espanhol-na-paroquia-ascensao-do-senhor/>>. Acesso em: 25 de jan de 2023.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. **Pastoral do Migrante oferece curso sobre Marketing Digital para migrantes e refugiados**. Salvador, 23 de set de 2020. Disponível em: <<https://arquiocesosalvador.org.br/pastoral-do-migrante-oferece-curso-sobre-marketing-digital-para-migrantes-e-refugiados/>>. Acesso em: 25 de jan de 2023.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados - Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**. 1951.

BRASIL. **Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

CHUERI, Vera Karan; CÂMARA, Heloísa Fernandes. Direitos Humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. **Direito, Estado e Sociedade**, São Paulo, volume 1, n.36 , p. 158-177, Janeiro - JUNHO de 2010.

DORNELAS, Sidnei Marco. Migrações Contemporâneas: Desafios para acolhida e a integração social a partir da Pastoral do Migrante. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, volume 1, n.82 , p. 121-144, Janeiro - Abril de 2018.

FRANCISCO, PAPA. **Carta Encíclica Fratelli tutti**. Sobre a fraternidade e a amizade social (FT). Roma: Librería Editrice Vaticana, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

PEREIRA, José Carlos. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da Pastoral do Migrante e desafio para democracia no Brasil. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, volume 1, n.79 , p. 101-126, Julho - Dezembro de 2016.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **Direitos Humanos e Migrações Forçadas**: Introdução ao Direito Migratório e do Direito dos Refugiados no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 2019.

ROSA, Rosane Costa. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande-MS: Desafios, conquistas e perspectivas. **Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, volume 27, n.55 , p. 199-206, Abril de 2019.

SANTIN, Terezinha Lúcia. A dor se transforma em solidariedade: A Pastoral do Migrante em Roraima. **Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, volume 29, n.63 , p. 233-237, Abril de 2019.

SECÇÃO MIGRANTES E REFUGIADOS. **A contribuição econômica dos migrantes nos países de acolhimento.** Vaticano: Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Boletim 2022, #4, 2022. Disponível em: <https://migrants-refugees.va/pt/recursos/documentos/>. Acesso em: 24 de março de 2023.

SECÇÃO MIGRANTES E REFUGIADOS. **Orientação sobre a Pastoral Migratória Intercultural.** Vaticano: Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, 2022. Disponível em: <https://migrants-refugees.va/pt/recursos/documentos/>. Acesso em: 24 de março de 2023.

RESUMO

A Pastoral do Migrante tem participação ativa no processo de acolhimento dos migrantes que escolheram o Brasil para iniciar uma nova fase de vida. Como parte do processo de cuidado com as pessoas migrantes, a Pastoral tem se empenhado na socialização dos sujeitos no contexto brasileiro. Em um estudo de caso da Pastoral do Migrante do Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton, em Salvador-BA, foi possível analisar a importância desta Pastoral não somente como uma instituição de atividade assistencialista, mas como um braço de poderes públicos, organismos internacionais e movimentos da sociedade civil na ressocialização do público atendido. Portanto, o presente estudo visa demonstrar a importância da Pastoral do Migrante na ressocialização dos migrantes no processo de sociabilidade em um novo contexto nacional, assim como identificar e exemplificar o impacto desta iniciativa na vida dessas pessoas.

Palavras-chave: migrante; pastoral; migração; ressocialização; Brasil.

MIGRANT PASTORAL SERVICE AS A MEANS OF RESOCIALIZING MIGRANTS IN SALVADOR-BA

ABSTRACT

The Pastoral do Migrante actively participates in the process of welcoming migrants who have chosen Brazil to start a new phase of life. As part of the process of assisting migrants, Pastoral has been committed to the socialization of subjects in the Brazilian context. In a case study of the Pastoral do Migrante at the Monsenhor José Hamilton Community Center, in Salvador-BA, it was possible to analyze the importance of this pastoral not only as a welfare activity, but as an arm of public power, international organizations and civil society movements in resocialization of this target audience. Therefore, the present study intends to demonstrate the importance of the migrant's pastoral in the resocialization of the migrants in the process of sociability in the new national context, as well as to identify and exemplify the impact of this initiative in the lives of these people.

Keywords: migrant; pastoral; migration; resocialization; Brazil.

O imigrante ideal: uma análise da política imigratória de Getúlio Vargas (1930 – 1945)

*Bruno Iury dos Reis Basílio**

1 INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno recorrente em todo o mundo há milhares de anos. O sentido do verbo e da palavra migrar vai além de um deslocamento de povos e populações, ele possui alguns polos de abordagens, dentre os quais estão o instintivo e o coercitivo. O primeiro aborda, motivado por uma força maior, a vontade própria do indivíduo ou da população, esse é caso mais comum, uma vez que, a migração é normalmente vinculada com a busca de melhores condições de vida. No segundo, o uso da força é empregado para promover a migração. No mundo, milhões de pessoas foram e são retiradas de seus locais de origem, seja pelo tráfico de pessoas, pela violência ou pela perseguição.

Essas duas visões estão presentes na construção da sociedade brasileira. Desde o período colonial, o país recebeu algumas ondas migratórias, seja de colonos portugueses, seja de outros europeus que tentaram se estabelecer ao longo da costa. Porém, destaca-se o principal e mais contínuo fluxo migratório da época, o tráfico de africanos. Segundo Starling e Schwarcz (2015, p. 102) “foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro. Desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil”. Esses números apresentam a maior migração forçada da história do país.

A relação entre os africanos e os colonizadores era somente de senhor e escravo, ou comprador e mercadoria. Tal tratamento pode ser resumido a uma palavra: subumanidade. As maneiras às quais foram submetidos reverberaram por séculos na sociedade que estava em formação, desde as limitações impostas – como possuir terras –, até o racismo imposto violentamente em todos os meios sociais, políticos e culturais.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. E-mail: brunobasilio.aluno@unipampa.edu.br

Em 1808, a chegada da Corte às terras brasileiras provocou profundas mudanças na sociedade, muitas delas motivadas pela chegada de inúmeros imigrantes europeus, dando um ar de “novo descobrimento”, acompanhando um aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro, de aproximadamente 15 mil pessoas. Segundo o historiador João Daniel de Almeida (2013, p. 120), a mistura generalizada de brancos, negros e mestiços em um mesmo espaço, causava repulsa aos europeus que aqui chegavam, claramente um o profundo preconceito racial. Nesse período começava a surgir uma preocupação em elevar o número de brancos na proporção geral da população, a fim de europeizar a cidade.

Com o avanço das políticas protecionistas e abolicionistas – como a Lei de Terras (1850) e a Lei Áurea (1888) –, tomavam forma outras políticas que visavam a atração de imigrantes europeus. A necessidade de substituição da mão-de-obra vinculou-se à opção de “importar” pessoas brancas. Na elite brasileira, era comum a ideia de que o branqueamento¹ seria uma alternativa para resolver duas questões: a mão de obra e a civilização do país. A esta última estava ligado o ideal de progresso sob uma ótica positivista que começava a ser difundida². Cabe destacar que houve tentativas, durante o período joanino, de estabelecer colônias europeias com certo nível de autonomia. (ALMEIDA, 2013, p. 206 e STARLING; SCHWARZ, 2015, p. 353).

Porém, essa política de imigração de mão de obra estrangeira passou a ser custeada por fazendeiros e viria a se formar um o modelo de escravidão por dívida. Os donos de terra bancavam a viagem, moradia e a manutenção, e os trabalhadores pagavam todos esses gastos com seu trabalho, tendo seu salário retido para pagamento ao proprietário. Em suma, os imigrantes eram iludidos com as falsas promessas de melhores condições de vida e propriedade. (STARLING; SCHWARZ, 2015, p. 353)

A implementação de legislações próprias para regular o trabalho dos estrangeiros data desde 1830 - a entrada já era pedida desde a abertura dos portos -, porém, ao fim da década de 1860, o Império passa a financiar a vinda de imigrantes europeus. Starling e Schwarz (2015, p. 353), como citado anteriormente, afirmam que:

[...] segundo a lógica dos governantes, traria “novo benefício”, como o branqueamento da população, apregoado pelas teorias científicas da época. Afinal, não era possível esquecer o receio que pairava, nesse momento, com relação ao “futuro de um país de raças mestiças”, e o persistente medo do haitismo, num país de maioria escrava. Em 1849, contabilizavam-se no Rio de Janeiro 110 mil escravos para 266 mil habitantes, o que dava à corte a impressão de uma “pequena

África”, sendo este, aliás, o apelido do bairro vizinho ao Paço onde d. Pedro morava (STARLING; SCHWARZ, 2015, p. 353).

Em 1879, foram regulamentados “diversos tipos de parceria em um momento em que havia enorme demanda de mão de obra para a cafeicultura no contexto de fim da escravidão” (ALMEIDA, 2013, p. 207), tendo destaque o financiamento da transmigração de um amplo contingente de italianos a província de São Paulo, a fim de minimizar a dependência da mão de obra escrava nas lavouras de café.

Esse processo migratório, iniciado durante o período monárquico, se intensificou durante o início da República. Em grande parte, o destino era o campo, bem como a formação de ambientes coloniais, principalmente nos estados do Sul. Porém, com o desenvolvimento dos centros urbanos, surgiam maiores ofertas de emprego - que não tinham dívidas eternas como no campo. Assim, engano motivado por propagandas que propagavam o mito da abundância de terras e emprego impulsionou as migrações de poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e japoneses. (STARLING; SCHWARZ, 2015, p. 413)

Por vezes, as imagens e percepções estereotipadas em que “alguns segmentos dos brancos europeus se faziam distintos por seus ‘ares de civilidade’, outros eram apontados como elementos perigosos para a composição da população brasileira” (CARNEIRO, 2018, p. 117), reverberavam nos discursos das autoridades brasileiras, que persistiram na imagem preconceituosa de um “trabalhador ideal”. Sendo ideal, para o recém poder republicano, quem não fosse originário da Ásia ou África, segundo o art. 1º do Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890:

E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. [sic] (BRAZIL, 1890)

Assim, até os anos 1930, viu-se na sociedade brasileira uma dinâmica de reconfiguração social, efeito a curto e médio prazo do crescimento da população e da política agressiva de incentivo à imigração (STARLING; SCHWARZ, 2015, p.417). Com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, a imigração foi, ao longo dos anos, ganhando amplo debate e novas legislações,

as discussões passaram a avaliar e a selecionar quais nacionalidades seriam ideais para o país, fazendo surgir o conceito de “imigrante ideal”. (DEBASTIANI, 2018, p.103)

Os debates estavam envoltos por ideias eugênicas, que perdurariam durante todo o governo. No decorrer da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934), diversos políticos apresentaram emendas baseadas nessa ideologia. Uma discorria sobre a necessidade de proibir a entrada de analfabetos, uma vez que no país já eram maioria³, outra expunha proibir ou permitir a imigração baseando-se nos interesses nacionais, porém isso estaria voltado para uma seleção “etnológica, higiênica e psicológica” do imigrante. (DEBASTIANI, 2018, p.104)

A defesa do trabalhador nacional tomava conta do meio político, encabeçado pelo próprio presidente. Com essa pauta, os intelectuais visavam meios para culpar os imigrantes pelo desemprego entre os brasileiros. Dentre os imigrantes, os nipônicos eram os que mais sofreram com a desconfiança e depreciação. A discussão e as ideias seletivas tomaram forma na aprovação da Lei de Cotas na Constituição de 1934:

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. [sic] (BRASIL, 1934)

Tudo isso provocou uma queda no número de entradas de estrangeiros no país. A partir de então, teria início um novo marco na política imigratória do país. O Brasil passaria, além de selecionar o imigrante ideal, repelir o imigrante indesejável. (DEBASTIANI, 2018, p.107)

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de esmiuçar o passado da seletividade das imigrações para o Brasil sob uma visão crítica e concisa. Levando em consideração as heranças cruéis da imigração forçada de africanos, do conceito inadequado de imigrante “ideal” e da errônea busca por uma sociedade pura.

Assim, tem-se como objetivo destrinçar a política imigratória durante o governo de Getúlio Vargas, em seus aspectos históricos, ideológicos e discriminatórios. Em primeiro momento, buscar a origem dos elementos e

os fundamentos presentes nos discursos e nas práticas. Ademais, analisar como os princípios eugenistas foram aplicados no meio social e político. E, por fim, investigar como essas políticas afetaram os grupos locais que não se encaixavam no ideal humano, perpetuando a exclusão e a opressão.

Ao compreender-se por um estudo histórico e análise documental, a metodologia da pesquisa se dará sob a perspectiva de fontes oficiais e da academia, investigando aspectos da política migratória da Era Vargas, bem como, as inúmeras mostras de ostracismo aos estrangeiros à época.

2 A IDEOLOGIA POR TRÁS DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA

No momento em que a Europa se depara entre duas guerras, uma nova ideologia começa a se desenvolver, o fascismo. Os movimentos fascistas que se ergueram, baseando-se na organização da sociedade e do Estado sob bases dirigistas e, posteriormente, totalitárias, usufruindo da crise econômica e do descrédito político da época. Assim, na falta de um projeto nacional, passaram a, metodicamente, implementar soluções fáceis e rápidas para problemas complexos.

É possível observar tais movimentos na Itália, em Portugal e na Alemanha. Ambos tinham seus pontos de convergência, como o totalitarismo e o projeto nacional, e os de divergências, baseando-se nos interesses próprios de seus líderes.

Durante seu governo, Getúlio Vargas almejava uma nova identidade brasileira que passasse a caracterizar um novo modelo social. Seitenfus (1985) descreve que ao contrário do salazarismo, do fascismo e do nazismo, que tiveram uma evolução doutrinária, a Constituição do Estado Novo é o resultado do trabalho de uma única pessoa, Francisco Campos, mas que se baseou nas experiências italianas e portuguesas.

Segundo Cervo e Bueno (2011, p.264), a reação de Berlim e Roma com o advento do Estado Novo foi de contento, muito pela identidade ideológica de seus governos com o novo regime. Por outro lado, em Washington, em um primeiro momento, houve apreensão. Porém, ao contrário do que se imaginava, o Brasil não mostrou atitudes de que se alinharia ao Eixo.

A Constituição de 1937, bem como as posteriores legislações, foram guiadas pelo sonho de grandeza nacional dos regimes fascistas. Assim, o nacionalismo de Vargas passava a tomar corpo e rigidez.

A dimensão nacionalista assume - todo seu peso. Getúlio Vargas sempre proclama a necessidade da 'coesão nacional' na defesa do 'poder soberano da Nação, representada, permanentemente, no culto

sagrado do pavilhão, diante do qual os jovens brasileiros prestam solene juramento de servir e honrar a Pátria, mesmo com sacrifício da própria vida'. (SEITENFUS, 1985, p. 152-153)

A partir dessa orientação, o governo de Vargas passou a implementar políticas específicas para minorias de outras nacionalidades. Assim, para que houvesse a unidade e a independência nacional, foi proposto como solução a assimilação forçada das minorias, bem como a interrupção das atividades de organizações políticas estrangeiras em solo brasileiro. (SEITENFUS, 1985, p.178)

Para Cervo e Bueno (2011), o projeto de nacionalização que Vargas começava a implantar, como a proibição da propaganda e da organização de partidos políticos, agitou as relações entre o Estado e o III Reich.

[...] contrariando, assim, expectativas geradas pela identidade de regimes. A simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, o aumento considerável das trocas comerciais entre Brasil e Alemanha e a aproximação dos dois países também no referente a armamentos e colaboração policial não impediram o Estado Novo de cercear as atividades da seção brasileira do Partido Nazista. As atividades políticas foram, aliás, proibidas a estrangeiros. Essas medidas perturbaram tais relações, pois a penetração da propaganda nazista era acentuada nos estados do sul do Brasil, em razão do forte contingente imigratório de origem alemã e do número elevado de brasileiros dessa origem. (CERVO; BUENO, 2011, p. 265)

Com esses ordenamentos políticos e jurídicos em vigor, a elite local, que desde a década de 1920 tinha uma preocupação com “a regeneração do homem brasileiro”, inflada pelo discurso nacionalista, passou a reverberação do discurso eugênico. Convencidos pela ciência, entendiam que a ideia de estabelecer uma nova ordem por meio da eugenia desempenharia um “papel importante na formação da nacionalidade brasileira, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado processo civilizador.” (SOUZA, 2012, p. 7)

Ademais, a concepção de que a eugenia seria o meio que promoveria a civilização do país era um consenso entre políticos. A forma como se daria na prática começaria com uma “ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na

educação intelectual e nos valores morais ligados à sexualidade” (SOUZA, 2012, p.7), fazendo com que se alcançasse o cerne da questão, o indivíduo e suas características físicas e morais.

Essa preocupação com um projeto nacional focou na construção física e moral da população, definindo, a partir disso, o que era ser brasileiro (SILVA, 2019, p.14-15). Com isso, a promoção de políticas para a saúde pública e o saneamento começaram a surgir condizendo com as ideias dos sanitaristas. Ademais, a propaganda foi um meio encontrado pelo governo de fazer reverberar a ideia de um povo doente que precisava se cuidar. Almeida (2013, p. 412), lembra que “o próprio Jeca Tatu [...] é resgatado por seu autor que reescreve sua história depois que descobriu que sua preguiça e falta de disposição eram frutos de doenças”.

Ao apontar o povo brasileiro como um povo doente e analfabeto, os sanitaristas e o governo viam que apostar em saúde pública e educação seria a forma de deixar o atraso social em favor do progresso. Contudo, as mudanças pretendidas visavam criar uma sociedade predominantemente branca e alfabetizada, aos moldes sociais europeus - uma ideia que vimos durante a monarquia, em que buscava transformar o Brasil em uma Europa dos trópicos, continua viva nas mentes da elite nacional. (SILVA, 2018, p. 14-15)

Assim, esse modelo político e ideológico que usufruía da eugenia para a formação de um projeto nacional, utilizou de políticas sanitárias para iniciar uma classificação de imigrantes que tinham o Brasil como destino. Tomava-se forma uma política imigratória seletiva que, em vários âmbitos, foi legitimada pelo Estado, por sanitaristas e pela população. (SILVA, 2018, p. 16-17)

3 A EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA IMIGRATÓRIA EUGENISTA

Segundo alguns autores, como Silva (2018) e Carneiro (2018), Getúlio Vargas fez o uso indiscriminado das ideias eugenistas quanto a classificação de imigrantes que seriam bons para o melhoramento do país. Essa ciência, amplamente questionada atualmente, criada por Francis Galton no fim do século XIX, estudava o “melhoramento biológico da espécie através da hereditariedade”, tal tese era baseada em características que visavam inferiorizar e superiorizar indivíduos. Assim, selecionava-se populações aptas e que se encaixavam no projeto nacionalista para reproduzirem-se e auxiliassem no desenvolvimento do progresso brasileiro. (SILVA, 2019, p.17)

Em suma, Schneider e Meglhioratti (2012) apontam que “muitos cientistas defendiam a ideia e divulgavam o discurso ideológico de estimular a reprodução entre pessoas com características desejáveis – eugenia positiva

– e desestimular a reprodução entre os doentes e incapacitados – eugenia negativa”, e essa sandice ajustou-se com o patriotismo vislumbrado pelos políticos da época.

No fim da década de 1930, o governo lançou uma Revista de Imigração e Colonização, propagando a ideologia do governo, segundo Debastiani (2018, p.58-59), a ideia seria tentar explicar o porquê da seleção de imigrantes.

Ao ler a revista fica claro a seleção que se devia ocorrer em relação aos imigrantes, muitas vezes mencionada com base em critérios étnicos e não raciais. Imigrantes japoneses eram vistos no periódico como perigosos para a segurança nacional, mas isso não ocorre com os judeus que, em determinados artigos, foram vistos como inassimiláveis, mas, não eram taxados como comunistas que poderiam ameaçar a segurança do país. (DEBASTIANI, 2018, p. 58-59)

De acordo com Carneiro (2018, p.118), a política imigratória restritiva e racista do governo “vetou a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses”, sempre transformando as minorias citadas em seres indesejáveis ao país.

Em particular, não interessava ao Brasil receber os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – eles colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. Essa posição, radical em sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação, que deveria incentivar apenas a entrada de “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos. (CARNEIRO, 2018, p.118)

Já no exterior, os diplomatas brasileiros faziam uma primeira seleção. A burocracia usada pelo Itamaraty teve nítido objetivo de controle, visando impedir a saída de indesejáveis da Europa para o Brasil, em sua maioria, apátridas e judeus. Em abril de 1941, em plena guerra, o governo, por meio de um decreto-lei, elencou as qualidades que um estrangeiro deveria ter para pretender o visto brasileiro:

§ 1º Para esse fim, a autoridade consular, depois de entrar em contacto com o interessado e concluir que ele reúne os requisitos físicos e morais exigidos pela legislação em vigor, tem aptidão para os trabalhos a que

se propõe e condições de assimilação ao meio brasileiro, encaminhará o pedido ao Ministério das Relações Exteriores com suas observações sobre o estrangeiro e a declaração de que este apresentou os documentos exigidos pelo art. 30 do decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois de examinar o pedido e ouvir, se julgar conveniente, outros órgãos do Governo, concederá ou não a autorização para o visto, a qual será comunicada à autoridade consular pelo Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL, 1941)

O mesmo Decreto-lei restringia a imigração com maior abrangência a diversos estrangeiros, incluindo os refugiados da guerra, excluindo, em alguns casos, os portugueses e nacionais americanos.

Art. 1º Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Executam-se os vistos concedidos:

- 1) a nacionais de Estados americanos,
- 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência.

§ 1º Em qualquer caso, é indispensável que o estrangeiro esteja, de direito e de fato, autorizado a voltar ao Estado onde obtém o visto, ou ao Estado de que é nacional, dentro do prazo de dois anos a contar da data de sua entrada no território brasileiro. (BRASIL, 1941)

Porém, algumas “circulares secretas que vigoraram desde 1937 até 1953” barraram a entrada de judeus no território, por conta disso, esses refugiados políticos, sendo ou não judeus, não tinham garantidos um refúgio seguro pelo Estado, e a sua sobrevivência⁴. Nas revistas e jornais brasileiros, as imagens dos imigrantes expressavam os conflitos étnicos, mesmo com discurso oficial “alimentar o mito da democracia racial e do homem cordial brasileiro”. Porém, “o imigrante ou refugiado judeu era descrito como desumano, imoral e violento”, nas mesmas práticas da Alemanha Nazista, em que a imagem do antissemitismo era “reforçada pela fotografia e pela charge que lhes davam forma” (CARNEIRO, 2018 p.118-121)

Ademais, não somente os diplomatas tinham a missão de impedir a chegada de “indesejáveis” ao país. Cabia também às autoridades policiais classificar um indivíduo, principalmente quanto ao seu passado, buscando-se indícios que poderiam comprovar a sua nocividade à sociedade. (CARNEIRO, 2018, p.119)

Para condizer com todas as atitudes, Carneiro (2018) apresenta uma teoria que teria sido aplicada: o etiquetamento ou *labelling approach*. Essa é uma teoria que se baseia na demonização e animalização de um indivíduo já tachado como indesejado ou inferior. Assim, as autoridades agiram de forma preventiva, se aproveitando do temor popular. Tal temor e aversão à minorias foi propagado pelo próprio governo, desde as Revistas até as campanhas de caráter nacionalistas envoltas de eugenia.

Para mais, é possível observar nos documentos oficiais que as condições expostas para se emigrar para o Brasil tinham, claramente, a intenção de disseminar a aversão a certas condições físicas e a características étnicas e culturais dos pretendentes.

Art. 38. Não será apostado o visto si o estrangeiro não satisfizer as exigências dos artigos anteriores; for aleijado ou mutilado, inválido, cego, surdo e mudo; for inadmissível em território nacional a juízo da autoridade consular; apresentar passaporte viciado; tiver sido anteriormente expulso do Brasil, salvo si já revogado o ato de expulsão; ou si a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerá-lo indesejável.

Parágrafo único. As condições relativas a lesões orgânicas - insuficiência funcional, aleijão (deformidade) ou mutilação, invalidez, cegueira, surdez, mudez - serão dispensadas si o estrangeiro vier ao Brasil em caráter temporário.

Art. 39. Recusado o visto por se tratar de indivíduo indesejável ou nocivo à ordem pública, a autoridade consular anotarà o nome, idade, nacionalidade e profissão indicados no passaporte e imediatamente comunicará o motivo da recusa às autoridades consulares próximas, no mesmo país, ou nos países limítrofes que tenham meios de comunicação direta com o Brasil, e, ao mesmo tempo, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (BRASIL, 1938)

Com isso, as ideias passadas de que somente o imigrante branco e europeu traria progresso ao Brasil continuavam sendo reforçadas, “interpretados como racialmente superiores em oposição aos chineses –, os africanos e os mestiços brasileiros, avaliados como descendentes de raças não viris e pouco inclinados ao trabalho” (CARNEIRO, 2018, p.123)

Segundo Bueno (2013, p. 43), Ribeiro Couto, um dos mais influentes diplomatas, e autores romancistas da época, chegaram a descrever as características que estavam constantemente presentes nos discursos sobre a política imigratória. Dentre elas, estava a preferência por alguns grupos étnicos em detrimento de outros, a ideia de ameaça dos quistos étnicos⁵ e a assimilação dos imigrantes, que já estavam no Brasil e dos que chegavam, bem como de seus descendentes.

Quanto a essa última característica, tinha-se uma discussão sobre as possibilidades de assimilação dos imigrantes e seus descendentes, que chegou a ser tratada como necessária nos Decretos-leis que elencavam as imposições para imigração. A nacionalização e o abasileiramento dos grupos que aqui chegavam, mesmo passando pelas restrições, tornaram-se ações baseadas na política nacionalista de Vargas. (BUENO, 2013, p.36)

De fato, Vargas defendeu um projeto étnico, centrado numa concepção de higienização da sociedade brasileira, se inspirando nos regimes nazifascistas que em seu cerne propagavam e praticavam o racismo e a xenofobia. E, junto a isso, a narrativa de uma democracia racial - que nega o racismo no país -, da cordialidade brasileira e da falsa crença de uma conspiração judaica e comunista impuseram ao país uma desumanização e negação da realidade, haja vista o antissemitismo e o anticomunismo nos meios de comunicação e nas ruas. As campanhas tinham como objetivo “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país”. Assim, o governo varguista encontrou um método eficiente para encobrir suas atitudes autoritárias e segregacionistas, sem animosidades da sociedade. (CARNEIRO, 2018, p.126-127)

4 EUROPEUS COMO PRIORIDADE

Como visto, as políticas públicas implementadas pelo governo nas décadas de 1930 e 1940 focaram em uma ideia de “melhoramento” social, estimulando-o na educação e na saúde pública. Os ideais eugênicos contestavam a realidade brasileira, impondo que somente melhorando a “raça brasileira” e selecionando os indivíduos com melhores características o Brasil chegaria ao tão sonhado progresso.

A miscigenação racial brasileira formada, há séculos, por negros, povos nativos e portugueses era vista como motivo da inferioridade brasileira, pois isso ia de contramão com o ideal de pureza que o europeu tinha. Para tanto, os grupos de imigrantes mais pretendidos eram os europeus latinos, optando por incentivar a imigração de ibéricos e italianos, tanto pela proximidade linguística, quanto pelos traços étnicos brancos, ocidentais e cristãos. (SOUZA, 2012, p.4-5 e BUENO, 2013, p.36)

A intenção de favorecer a entrada de brancos em detrimento dos negros que aqui estavam era clara. Basta recordar as legislações que restringiam a chegada de emigrantes da África e da Ásia. Como destaca Octavio Ianni em seu livro “Pensamento Social no Brasil”, as elites brasileiras quiseram dar prioridade a imigração de europeus com traços que lhes agradassem no olhar, repelindo as populações nativas, africanos e orientais. Ianni (2004) destaca, também, que a política imigratória brasileira foi de cunho arianista, influenciada pelo darwinismo social.

A perspectiva de Ianni (2004) vai além, para ele, a hierarquização histórica, promovida pelas elites, faz com que sempre tenhamos um povo desunido.

[...] foi a questão racial que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É assim que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes. Mas na sociedade de classes o trabalho “livre” está hierarquizada em branco e negro, imigrante europeu e escravo, índio, asiático, africano e ibérico; todos distribuídos desigualmente na estrutura da sociedade, participando desigualmente do produto do trabalho coletivo [...] as elites, os donos do poder estão sempre empenhados em manter o povo disperso, desunido, fragmentado em termos sociais, étnicos, gêneros, religiosos, regionais e outros aspectos (IANNI, 2004, p.146).

Assim, mesmo quando se trata de um projeto nacional, como de Getúlio Vargas, a ideia não era promover algo amplo que abarcasse todas as culturas, povos e ideias, mas sim somente um projeto moldado por uma única ideia predominante entre as elites, a população que antes era inferiorizada não deixou de ser.

Ademais, a visão de um país inferior ou doente - como retratado na literatura analisada - se dá desde a colonização do Brasil pelos europeus e reverberou nas elites e na sociedade. Samuel Pinheiro Guimarães, em sua obra “Quinhentos anos de periferia”, diz que “as sociedades periféricas se encontram isoladas entre si e se veem umas às outras pelos olhos vigilantes dos países centrais” (GUIMARÃES, 2001, p.17), demonstrando que entre nós - habitantes de países periféricos - buscamos nos ver pelo olhar dos Estados mais influentes e importantes ao invés de vermos dentre os que se parecem conosco, que foram explorados e passaram por eventos semelhantes - a colonização europeia.

O fato de se verem umas às outras pelos “olhos de terceiros” é patente quando se verifica a escassez e até a inexistência de estudos de nacionais de um país periférico sobre aspectos de outro, mesmo quando vizinhos, como no caso da Argentina em relação ao Brasil e vice-versa. Enquanto isso, é notório o esforço permanente dos países centrais em estudar a periferia e formular sobre ela suas próprias visões, como herança das necessidades de controle do período colonial, visões que são difundidas e absorvidas pela própria periferia. (GUIMARÃES, 2001, p.17)

Assim, quando um país deixa sua história ser escrita por outrem, nada se assemelha a ele, permite uma visão envolta de eufemismo e inverdades. Vejamos, o Brasil durante Vargas esteve sob a áurea da política da Boa Vizinha promovida pelos Estados Unidos, uma nítida interferência no modo de vida brasileiro. O impacto cultural chegou próximo a uma aculturação moderna. Com isso, a visão que os Estados Unidos passavam a ter do Brasil era a do samba, da alegria, da cordialidade, e de um certo progresso, pois, ele deixou o “american way of life” ser difundido. Porém, ainda era um país periférico e pobre. (ALMEIDA, 2013, p. 410)

A mesma visão que os Estados Unidos da década de 1960 tinha do Brasil, era a visão das elites brasileiras. As elites sempre viram um país doente e cheio de problemas étnicos e populacionais, antes foram os escravos, depois a miscigenação, e na década de 1940, os imigrantes não-europeus.

Por fim, mesmo com as grandes desigualdades de renda, organização fundiária e cultura, para Guimarães, “o Brasil é um grande Estado periférico que se distingue em especial por ser uma sociedade de origens plurirraciais, [...] ausência de conflitos territoriais, tanto internos quanto externos” (GUIMARÃES, 2001, p.18). Assim, o Brasil sempre possuiu a possibilidade de progresso sem caracterizar quem seria melhor ou pior para a formação da sociedade brasileira pois, desde a origem, o Brasil é multiétnico, e isso deveria ser empregado como valor social e não como problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração é sempre uma tomada de decisão difícil. Na maioria das vezes, se faz por necessidade e não por opção, ou então sendo forçado a isso. Partindo dessas afirmações, ao observar as práticas das autoridades que coordenaram as migrações para o Brasil desde o período colonial até o Estado Novo, nota-se que elas tiveram um objetivo em comum: modificar algo que não se encaixava nos anseios das elites. No primeiro momento, a

necessidade de mão de obra escrava africana para suprir a acumulação de capital da Metrópole. Séculos à frente, surge a necessidade de se parecer mais com a Europa, e branquear a sociedade brasileira, dando um ar europeu às cidades do país. Por fim, nesse recorte histórico, fazer uma seleção de imigrantes, ditando quais nacionalidades ou origens étnicas seriam benéficas ou maléficas para o progresso e a saúde da sociedade brasileira.

Entende-se que as políticas imigratórias sempre tiveram um viés econômico ou social que agradasse as elites do país. Durante o governo de Getúlio Vargas, o eugenismo esteve à frente ditando motivos infundados para classificar grupos étnicos como perigosos ou valorosos à uma formação da nacionalidade brasileira. Com isso, Vargas permitiu que se perpetuasse a discriminação e o racismo aos povos nativos, aos negros e aos seus descendentes, bem como que sufocassem as tentativas de abrigo e emprego no Brasil às populações minoritárias, como os judeus que fugiam do nazismo.

NOTAS

¹ Foi um conjunto de políticas para tentar “branquear” a população brasileira, tida pelos que a promoviam como uma população não pura, miscigenada com brancos, negros e nativos. A intenção dessas políticas era nitidamente fazer crescer, demograficamente, a quantidade de pessoas brancas na sociedade brasileira.

² Os ideais darwinistas spencerianos viam entrave para o progresso: a marca racial. Essa ideia racista e xenofóbica de branqueamento racial afetou futuras gerações de intelectuais e políticos brasileiros que achavam que o Brasil só iria se desenvolver com imigrantes que promovessem, a médio ou longo prazo, o branqueamento da população. (ALMEIDA, 2013, p. 218)

³ A emenda n.841 de Walter James Gosling, representante dos empregadores na Assembleia Nacional Constituinte, mostrava-se contra a entrada de analfabetos, alegando que o país, em sua maioria, sendo formado por analfabetos, não poderia receber mais pessoas que não fossem alfabetizadas. (DEBASTIANI, 2018, p.103)

⁴ Olga Benário, esposa de Carlos Prestes, inimigo declarado de Vargas, por ser judia, foi deportada a Alemanha Nazista, sendo morta ainda grávida, tornando-se um símbolo da perseguição varguista.

⁵ A origem pejorativa da palavra, pois quisto é um pequeno tumor, se deu quando os membros do Conselho de Imigração e Colonização estavam debatendo sobre a assimilação de núcleos de colonização, a preocupação desses membros se dava pela organização dessas colônias, uma vez que muitos tinham escolas, igrejas e impressas com a intenção de preservar a língua e os costumes. (GERALDO, 2009)

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João Daniel de. **Manual do Candidato: História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2181814>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938**. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. 1928. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941**. Restringe a imigração e dá outras providências. 1941. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRAZIL. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. 1890. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/388093>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BUENO, Alexandre Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Estudos Semióticos**. vol. 9. n. 2. 2013. p.35-43. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/69531>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**. n.119. São Paulo: USP, 2018. p.115-130. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151581>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Ed.UnB, 2011.

- DEBASTIANI, Jesiane. **A Política Imigratória do Governo Vargas (1940-1945):** teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/158267/debastiani_j_me_assis_int.pdf?sequence=4>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. Juiz de Fora: **Revista de História**, 2009. vol. 15. n.1. p.171-187. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/31799/21095/126996>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/ Contraponto. 3.ed. 2001.
- IANNI, Octávio. **Pensamento social do Brasil.** Bauru: EDUSC, 2004. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/8ec1cc8>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. **IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** 2012. p. 1-12. Disponível em: <https://www.academia.edu/34599629/A_INFLU%C3%8ANCIA_DO_MOVIMENTO_EUG%C3%8ANICO_NA_CONSTITUI%C3%87%C3%83O_DO_SISTEMA_ORGANIZADO_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_P%C3%9ABLICA_DO_BRASIL_NA_D%C3%89CADA_DE_1930>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930. 1942:** o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Editora Nacional, 1985. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/470/1/GF%2022%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SILVA, Daniela Teles da. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. **Em tempo de Histórias.** n. 33. Brasília: UnB. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23679>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As Idéias Eugênicas No Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Dourados: **Revista Eletrônica História em Reflexão.** UFGD. vol. 6. n. 11. jan./jun. 2012. p. 1-23. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/As_ideais_de_Eugenia_no_Brasil.pdf?1599239058 >. Acesso em: 26 jan. 2023.
- STARLING, Heloisa Murgel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil:** uma biografia. Companhia das Letras, 2015.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar a política imigratória adotada durante o governo de Getúlio Vargas, bem como suas origens, fundamentos ideológicos e consequências para os imigrantes e para a população local. Fez-se uso de uma metodologia voltada para um estudo histórico e análise documental, utilizando fontes primárias e secundárias. Destaca-se que a imigração é um fenômeno que sempre foi constante para o Brasil, sendo o tráfico de africanos um dos maiores eventos de imigração forçada já visto. Ademais, o histórico migratório brasileiro é repleto de nuances, a princípio se desejava estrangeiros para o trabalho, porém, a preferência por europeus, brancos e cristãos estava em primeiro lugar nos desejos das elites brasileiras. Assim, começava a surgir a imagem de imigrantes ideais para o Brasil. Durante o governo de Getúlio Vargas, a ideologia eugenista, que era influente nos regimes nazifascistas da Europa, também esteve presente nos decretos, nas circulares secretas e nas propagandas do regime brasileiro, fazendo-se presente nas classificações de grupos étnicos que seriam bons ou ruins para a formação social, moral e sanitária brasileira. Em suma, observou-se que no Brasil houve uma ampla política imigratória segregacionista, fundamentada no eugenismo, classificando grupos étnicos como perigosos ou valorosos à uma formação da nacionalidade brasileira. Assim, as autoridades e as elites perpetuaram a discriminação e o racismo às populações já marginalizadas do país, como os nativos e afrodescendentes, e as que tentavam refúgio e emprego nas lavouras e indústrias brasileiras, como nipônicos e judeus.

Palavras-chave: Política imigratória; Getúlio Vargas; Eugenismo.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar la política de inmigración adoptada durante el gobierno de Getúlio Vargas, así como sus orígenes, fundamentos ideológicos y consecuencias para los inmigrantes y la población local. Se utilizó una metodología centrada en el estudio histórico y el análisis documental, utilizando fuentes primarias y secundarias. Cabe destacar que la inmigración es un fenómeno que siempre ha sido constante para Brasil, siendo el tráfico africano uno de los mayores eventos de inmigración forzada jamás vistos. Además, la historia migratoria brasileña está llena de matices, al principio los extranjeros eran deseados para trabajar, sin embargo, la preferencia por los europeos, blancos y cristianos estaba en primer lugar en los deseos de las élites brasileñas. Así, comenzó a surgir la imagen del inmigrante ideal para Brasil. Durante el gobierno de Getúlio Vargas, la ideología eugenista, influyente en los regímenes nazi-fascistas de Europa, también estuvo presente en los decretos, en las circulares secretas y en la propaganda del régimen brasileño, haciéndose presente en las clasificaciones de grupos étnicos que serían buenos o malos para la formación social, moral y sanitaria brasileña. En suma, se observó que en Brasil existía una amplia política segregacionista de inmigración, basada en la eugenesia, clasificando a los grupos étnicos como peligrosos o valiosos para la formación de la nacionalidad brasileña. Así, las autoridades y las élites perpetuaban la discriminación y el racismo contra poblaciones ya marginadas en el país, como los nativos y los afrodescendientes, y contra los que buscaban refugio y empleo en las haciendas e industrias brasileñas, como los japoneses y los judíos.

Palabras clave: Política de inmigración; Getúlio Vargas; Eugenesia.

Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil

*Márlio Lourenço Fernandes**

1 SOCIOANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA

Antes de descrever a problemática inerente à tese da qual nasceu este artigo**, a escolha do tema de pesquisa deve ser explicitada e analisada dentro de uma perspectiva reflexiva. A predisposição e a constituição desta pesquisa se devem ao meu percurso, ao meio social e aos diferentes contextos em que se inscreve a minha trajetória. Trata-se de uma história de migração estudantil comum para milhões de jovens de todo o mundo. A escolha de um campo de pesquisa se faz por razões diversas, tais como o percurso de vida, o percurso acadêmico, a possibilidade de financiamento, uma demanda exterior etc. No meu caso, a escolha é justificada pelo cruzamento de esferas profissionais, universitárias e privadas.

Meu percurso migratório estudantil teve como primeira etapa a capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, destinação inicial comum a milhares de jovens do interior do país. A segunda etapa do percurso foi mais incomum para os jovens da minha origem social, a saber, a migração internacional para a França, que levou a uma ruptura na vida profissional, social, cultural e econômica anterior. Ruptura, todavia, não pensada no ato de migrar, mas como processo vivenciado ao longo dos anos. Migrar é romper, expor-se, é “correr perigo”, é sentir-se duplamente ausente. É ao mesmo tempo sentir vontade de libertar-se e ser prisioneiro de um passado. A minha trajetória

* Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne Nouvelle.
Contato: lourenco.marlio@gmail.com

** O presente artigo é uma síntese da tese de doutorado defendida em janeiro de 2022

obviamente influenciou na escolha do tema de pesquisa, mas ao preço de um necessário trabalho de reflexão descrito nesta investigação. O interesse por analisar a migração dos meus conterrâneos camponeses, para além da reflexão sobre minha trajetória migratória e interdisciplinar da área de saúde para a de ciências humanas, passa pelo desejo de compreender as questões que determinam uma classe urbana e a rural de recantos do Brasil, tais como o Vale do Jequitinhonha. Pensar as trajetórias e destinações de acordo com a origem das classes urbana e rural do Vale do Jequitinhonha foi a interrogação social embrionária que se transformou na problemática sociológica inicial desta pesquisa. O entrelaçamento de minha formação e pesquisa contribuiu para o fato de que o interesse em desenvolver um primeiro problema - cuja finalidade era analisar as consequências do trabalho sobre a saúde dos migrantes cortadores de cana-de-açúcar - fosse posteriormente direcionado à compreender as consequências socioeconômicas do processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes e suas famílias do Vale do Jequitinhonha. Este tema tem, entre outras razões, a repercussão social, na região pesquisada, da mecanização da agroindústria brasileira de cana-de-açúcar.

2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O estudo empírico evidencia a afinidade entre as questões do Nordeste do Brasil e de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, guardadas as proporções em relação aos temas que envolvem a população rural e sua condição socioeconômica e ambiental de existência. A realidade desse Vale, porém, é distinta, pois no Nordeste de Minas, a plantation açucareira não se fez presente, como na Zona da Mata Nordestina. O Vale é uma região de ocupação diversificada onde a mineração teve lugar primordial, o que levou posteriormente a uma forma de povoamento específica, sobretudo nas grotas, porque elas possuíam a maior parte da água corrente, e comporta uma agricultura de pequeno porte posterior à falência da exploração mineral. Essas grotas são os vales profundos, às margens dos rios e córregos onde se tem agricultura de pequeno porte em oposição às chapadas, planícies altas, antigas áreas de uso comum. As grotas são áreas de cultivo de mantimentos, de onde sai o sustento da família e produtos para comercialização em feiras e pequenos estabelecimentos comerciais nas áreas urbanas. Nas chapadas, os agricultores extraíam recursos naturais, como madeira para construção e lenha, plantas medicinais, além de criar animais como cabras, equinos e algumas vacas etc. no sistema de “criação à solta” ou nas “áreas de uso comum”.

Se a migração estava anteriormente ligada ao fator econômico, à pobreza histórica e arraigada do Vale do Jequitinhonha, à falta de emprego regional e à seca recorrente, a mudança climática emergiu como um fator estruturante para a sua alteração. Nossa investigação revela até que ponto a mudança climática agrava a degradação ambiental que afeta a atividade agrícola nesta região semiárida de Minas Gerais: ela é, portanto, um determinante adicional da migração. Isso nos leva a descrever uma metamorfose da migração que se revela como uma alternativa aos trabalhadores migrantes para se adaptarem à fase atual do desenvolvimento brasileiro. Diante dessa configuração, formulamos a seguinte questão que norteou a tese: em uma época de mudanças econômicas e ambientais, rápidas e profundas, qual o impacto da associação entre a mudança climática e a modernização do trabalho sobre a migração de trabalhadores rurais?

Com o tempo próprio da construção do objeto de pesquisa, aprofundamos essa problemática inicial e analisamos as questões migratórias no Vale do Jequitinhonha associadas às mudanças climáticas e ao processo de modernização do mercado de trabalho na plantation canvieira. Para tanto, analisamos a história da exploração das riquezas dessa região, sistematicamente representada pelo estigma miserabilista, e pela política desenvolvimentista que diminuiu as fronteiras agrícolas dos camponeses, confiscando os recursos da terra. Principalmente, interligamos as questões ambientais à modernização do mercado de trabalho com fatores estruturais determinantes de uma nova configuração migratória. Analisamos os impactos da mudança climática, a crescente escassez hídrica regional, o processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, a monocultura de eucalipto, a migração temporária, a precarização gradativa das condições de emprego e trabalho dos migrantes e as políticas públicas assistenciais que atenuam as formas de dominação dos trabalhadores rurais, sem, contudo, contribuir efetivamente para a emancipação socioeconômica dos beneficiados. Enfim, buscamos articular a adaptação da migração temporária de pequenos agricultores, sob o impacto da mudança climática, ao universo modernizado e precarizado das grandes plantações, do mercado de trabalho rural e urbano. Assim, colocamos a importância central nas questões do clima e da mecanização, analisando uma complexidade de fatores para a mudança estrutural dos padrões de migração.

O principal objetivo deste estudo é entender a migração temporária ou, em nossos próprios termos: migração adaptativa, que, correlacionada à mudança climática e a modernização do mercado de trabalho, leva uma maior mobilidade dos trabalhadores. Para tal objetivo, este estudo relacionou de modo multidimensional as circunstâncias históricas, geográficas, sociais e econômicas que construíram a realidade social contemporânea local:

a dominação sofrida pelo camponês no Vale do Jequitinhonha. O objetivo não é construir uma teoria de migração estável, mas entender como, em um território de migrantes cercado de questões históricas e contemporâneas controversas sobre “desenvolvimento”, o camponês, trabalhador temporário, adapta-se à nova era do desenvolvimento capitalista e da mudança climática, alterando sistematicamente seu padrão migratório. Não é objetivo deste trabalho construir uma “teoria de migração”, mas estudar as lógicas sociais que contribuem para a reprodução das desigualdades.

3 PROBLEMÁTICA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

O Brasil é um país cheio de controvérsias, com riquezas das quais somente um punhado de brasileiros tem o direito de usufruir plenamente. Essa desigualdade na distribuição de recursos é naturalizada graças a uma estrutura de poder que atravessa as relações sociais e não se limita à dimensão econômica (renda, riqueza), mas também determina a constituição de esferas culturais. De acordo com Souza (2009), apenas 20% da população são realmente privilegiados, sendo que, destes 20%, apenas 2% constituem a chamada elite, os demais 80% formam os mais variados níveis da classe trabalhadora, seguida da classe precária e, abaixo de todas elas, a “ralé”. Piketty (2013) mostra que o Brasil é um dos piores países do mundo em termos de desigualdade, ficando atrás apenas de países do Oriente Médio e da África do Sul.

Em meados de 2010, durante o período confuso para os migrantes em que se discutia a ameaça de desemprego, estive no Brasil para passar férias com minha família no Vale do Jequitinhonha. Em minha cidade natal, Minas Novas, comecei a ouvir as conversas e dialogar com pessoas concernidas por essa situação, aparentemente preocupadas com a “catástrofe” que seria para a região a mecanização da colheita da cana nos canaviais paulistas, até então a principal destinação dos migrantes locais. A sociedade civil, políticos, comerciantes e, sobretudo, os migrantes alertavam sobre o período pós-mecanização. O que seria do futuro da região, visto que o processo de mecanização iria inevitavelmente desenvolver o desemprego, o que, por sua vez, acometeria a população e a economia regional? Diante desse fato, surgiram vários questionamentos: poderíamos realmente falar de uma “explosão” de desemprego em nível regional no Jequitinhonha? Quais seriam as novas estratégias de migração? Haveria alguma medida preventiva tomada pelas autoridades públicas, nacionais e regionais para antecipar esse potencial drama social? Silva, no final do século passado, alertava: “qual será o

destino dos milhares de migrantes sazonais que, todos os anos, permanecem nesta região durante oito meses ou mais?” (SILVA, 1999, p. 309). A condição socioeconômica regional, expressa nos baixos índices de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, tem historicamente pressionado a população rural a migrar em busca de trabalho fora de seus municípios, em um setor de atividade ligado ao *habitus*¹ de operário. Isso não é um fenômeno novo, mas o fluxo migratório torna-se de mais a mais vital para uma população tornada progressivamente vulnerável devido à expropriação territorial, à modernização do mercado de trabalho, expressa na mecanização da colheita de cana-de-açúcar, e à mudança climática e seus efeitos, notadamente sobre a produção agrícola familiar local.

Se em um período anterior à massificação da mecanização e ao aumento dos efeitos da mudança climática era possível para o camponês cortar cana em São Paulo durante a safra e, na entressafra, voltar a trabalhar na região de origem, fazendo lavoura na roça, atualmente essa associação de trabalhos está sendo inviabilizada. Por conseguinte, o cerne das questões abordadas nesta análise são as seguintes: que mudanças no mercado de trabalho estão levando a novos e complexos circuitos de migração e de trabalho precário? Em que medida o acesso da população às políticas de renda social é crucial? E como as mudanças climáticas e a degradação do sistema hídrico regional dificultam as estratégias produtivas agrícolas e o acesso às políticas públicas de agricultura familiar? Desse emaranhado de questões emerge a principal problemática desta tese: como as mudanças climáticas, a migração, a desagregação familiar dos camponeses e a precarização do trabalho estão interligados em um processo crescente de dominação de indivíduos vulneráveis? Essas questões cristalizaram uma problemática geral relativa à vulnerabilidade de camadas sociais dominadas. Dessa problemática surgem várias hipóteses que o desenrolar da tese irá validar ou invalidar à medida que serão confrontadas com o material coletado no campo e na literatura. As duas principais são referidas a seguir:

Hipótese 1

Historicamente o período de migração dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha coincidia com o pretense período de seca na região de origem e com o aumento da demanda por trabalhadores na região de destino, notadamente na indústria canavieira em outras regiões do Brasil, principalmente o estado de São Paulo. Essa combinação de fatores permitiu cunhar a migração temporária local como sendo principalmente sazonal. Entretanto, nós consideramos que a migração contemporânea expõe os trabalhadores rurais migrantes a condições de trabalho e emprego cada vez mais precárias.

Hipótese 2

Acreditamos que a nova dinâmica migratória tende a desestruturar as comunidades rurais, com graves consequências sociais para a região, e destacamos o impacto sobre o grupo familiar da sociedade de origem. A migração temporária continua a perpetuar o desenraizamento social, comunitário e familiar, sobrecarregando física e mentalmente homens e mulheres e gerando problemas de saúde invisibilizados no seio da sociedade local, sem mencionar a perda de direitos previdenciários sofrida pelos trabalhadores rurais.

4 A PESQUISA DE CAMPO: ESCOLHA DOS PARTICIPANTES, METODOLOGIA, OBJETIVOS

A população envolvida em meu trabalho de campo é composta por migrantes, ex-migrantes e suas famílias, bem como por agentes sociais da região do Vale do Jequitinhonha. Os proprietários de terras, da região de origem, estão localizados nas áreas rurais desses três municípios: Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas. O recorte regional dos municípios pesquisados foi determinado a partir da associação do fenômeno migratório à seca e à natureza irregular do clima semiárido. Além disso, a condição de familiaridade do pesquisador com o terreno e os laços sociais decorrentes inegavelmente influenciaram a delimitação geográfica da pesquisa de campo. Esses municípios também foram selecionados devido à proximidade geográfica e uniformidade social, econômica e cultural, além do fato de que todos estão caracterizados pela forte migração. Todos possuem suas sedes cercadas por distritos satélites e inúmeras e dispersas comunidades rurais que formam a maioria populacional. Assim, estive, somente entre dezembro de 2012 e março de 2013, em 25 comunidades rurais. Outras observações ocorreram, anteriores e posteriores a essas datas, distribuídas entre os anos de 2012 e 2017. Foi particularmente a partir de uma abordagem temporal e geográfica multilocalizada que busquei apreender a realidade por trás da migração, objetivando compreender a migração regional contemporânea e, sobretudo, as estratégias de reprodução social do camponês migrante e suas interrogações. O intuito foi também conhecer a diversidade migratória dentro da relativa homogeneidade socioeconômica local.

O estudo sociológico realizado nesta pesquisa foi adaptado ao estado das relações sociais previamente estabelecidas, mas também à competência de um pesquisador principiante. A metodologia aplicada foi objeto de constante vigilância, devido à visão familiar. Particularmente, o que devia fazer era esquivar-me de discussões de senso comum e concentrar sobre

as problemáticas e hipóteses norteadoras deste estudo. A abordagem considerou, sobretudo, o registro da observação direta, método por excelência que define a prática sociológica, empenhada em observar e analisar as comunidades, as famílias, os migrantes e o meio ambiente, uma abordagem sociológica que permite a análise do fenômeno migratório local como um processo em transformação contínua. Sem seguir um manual preconcebido, a abordagem foi adaptada ao contexto específico de cada comunidade e família frequentada, bem como adequada à existência ou não de um intermediário.

A investigação aconteceu conforme dupla inserção, no campo e na cidade. Nas cidades, foram envolvidas, sobretudo, as instituições (hospitais, sindicatos, prefeituras, ONGs e associações diversas). A atenção foi voltada para as diversas instituições, governamentais ou não, e representantes sociais que interagem com a vida do migrante. No campo, o trabalho era observar, conviver e entrevistar os camponeses *in situ*. Algumas comunidades e famílias foram visitadas de forma recorrente, uma análise etnográfica comprometida com o uso documental a partir de imagens, áudios, depoimentos e anotações no caderno de campo. Para encontrar os migrantes, o trabalho foi organizado de duas maneiras: eu os procurava, com ou sem intermediários, em suas comunidades ou nas instituições públicas. Frequentava o Sindicato de Trabalhadores Rurais, participava de reuniões e seminários nos quais haveria migrantes participando das atividades. Esta poderia ser a ocasião de um primeiro contato com vistas a uma visita domiciliar posterior. Ao organizar as visitas, apelei para minha familiaridade com o povo local. Para visitar as casas dos migrantes nas regiões rurais eu ia, sempre que possível, acompanhado por alguém que já conhecia as comunidades e os migrantes.

Este estudo buscou construir uma amostra coerente com a população analisada e com as posições teóricas e metodológicas da pesquisa qualitativa. Ao total, foram realizadas 54 entrevistas, sendo que a maioria dos entrevistados eram homens migrantes. Em menor número, mulheres, profissionais liberais, políticos locais, representantes sociais etc. Metodologicamente, a escolha pelo número maior de homens justifica-se por ainda ser predominantemente masculina a emigração local, sobretudo para a usina de cana-de-açúcar, mas também para a colheita de café e laranja, além da construção civil. Cabe ressaltar, porém, que a mulher migra cada vez mais. As mulheres entrevistadas eram mães, irmãs ou filhas de migrantes. Os dados analisados estatisticamente buscam elucidar algumas características dos 35 homens migrantes entrevistados. Os entrevistados tinham média de 40 anos e iniciaram a migração ainda muito jovens. Com alto índice de matrimônio, cerca de 75% eram casados e tinham filhos. Eram em sua maioria negros e mestiços; 34 homens declararam que seus ancestrais eram

também migrantes. As terras em que vivem foram heranças dos pais. Mais de 50% afirmaram ter mais de 20 anos de migração temporária. O tempo médio de ausência é de oito a nove meses, mas alguns migram por quatro meses, outros podem ultrapassar um ano.

Do ponto de vista metodológico, tentamos compreender o emaranhado de fenômenos e situações que envolvem a migração, a partir da observação e análise das entrevistas realizadas, sobretudo nas casas, nas comunidades rurais da região. Pois, como lembra Comerford, a migração no Jequitinhonha “gera muito assunto” no fim do ano, momento de maior retorno de migrantes à região natal. “Fala-se muito também de deslocamentos aos lugares com oportunidades de trabalho, combinam-se viagens em busca de trabalho ou fazem-se convites para que uma pessoa acompanhe a outra onde haja serviço certo” (COMERFORD, 2014, p. 127).

5 O ESTUDO DO MEIO RURAL: DA MODERNIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO À MUDANÇA CLIMÁTICA

O estudo do meio rural cresceu no Brasil no período inicial do processo de modernização da agricultura. O processo de modernização conservadora da agricultura implementado nos períodos ditatoriais foi objeto de estudos para a compreensão da natureza do desenvolvimento brasileiro. O crédito subsidiado, os incentivos fiscais e a alienação de terras públicas foram os principais instrumentos estatais desse processo. Tal modernização incentivou a expansão do latifúndio, mas, no seu aspecto social, acentuou o êxodo rural, iniciado antes desse processo, e manteve a agricultura de pequeno porte como principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. Definida como “modernização dolorosa” por Graziano (1982), foi também um processo desigual de desenvolvimento da agricultura entre regiões em um país de dimensão continental. Por não ser uniforme, a modernização do mundo rural atinge de forma desigual as regiões brasileiras e suscita diferentes correntes migratórias. Contudo, não pretendemos fazer aqui uma análise detalhada da Sociologia e Antropologia rural brasileira. Gostaríamos simplesmente de sublinhar fatos sociais relacionados à *plantation*, desde os primeiros estudos na década 1970, para situar os impactos de sua modernização sobre os trabalhadores rurais em uma era em que se discutem os efeitos adversos da mudança climática sobre o mundo social. Aqui retomamos a noção de “vulnerabilidade” (CASTEL, 1995) para mostrar que são os desfavorecidos os que mais sofrem com os efeitos da mudança climática: esta mudança atua sobre um sistema de dominação entre as classes econômicas. Ser vulnerável nesse contexto é estar exposto a um mercado de trabalho “modernizado”,

instável, que submete reações ajustadas dentro de um espaço delimitado para os trabalhadores rurais migrantes. A vulnerabilidade também corresponde à fragilização das relações de emprego e das ligações sociais primárias que provocam instabilidade familiar e comunitária (CASTEL, *ibid.*). Essa “modernização” sempre existiu, e dá sinais de que voltou a existir, cada vez mais, no Brasil, haja vista a reforma trabalhista aprovada em 2017. Sua face espoliadora, desburocratizada, de ideal escravagista remete a padrões anteriores às legislações trabalhistas.

Analisar o mundo rural contemporâneo é um imperativo para compreender a notória questão das desigualdades socioeconômicas no Brasil, que também se reproduzem entre suas diferentes regiões. O país vive um processo de desenvolvimento desigual, quando se discute a concentração territorial, a situação socioeconômica, as relações de trabalho, emprego e renda. Há significativa desigualdade entre ricos e pobres, de renda, fiscal, de acesso à educação, entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre condições de empregos formais e informais. A migração interna de trabalhadores rurais, como resultante dessas desigualdades, é um fato social histórico, dinâmico e diversificado. Analisar a situação do meio rural brasileiro pelo prisma dos camponeses que se proletarizam temporariamente não é tarefa nova no meio acadêmico, mas segue pertinente dada a grandeza e diversidade da problemática da economia da *plantation*² em um país de dimensões continentais. Partiu-se dos questionamentos do impacto da redução da demanda de mão de obra, provocado pela modernização da *plantation* canavieira, sobre uma economia de uma região e população fornecedora de mão de obra migrante para, com base na construção do objeto sociológico, vir a analisar as implicações do processo de proletarização e precarização crescente dos trabalhadores rurais migrantes. Essa análise sociológica do mundo rural envolto pelas questões da economia da *plantation* demonstra não só a importância da observação etnográfica, como um dos procedimentos da metodologia comum da Sociologia rural ou Antropologia, mas também esclarece as formas diversificadas e complexas de dominação do campesinato.

Nas últimas duas décadas, as ciências sociais analisaram as transformações do mundo rural, mas atualmente o estudo das questões agrárias, na hierarquia dos temas acadêmicos da área, tem perdido seu valor. O interesse pela pesquisa de grupos sociais rurais tem sido menor do que pelo estudo dos grupos sociais urbanos. Contudo, regiões distantes dos grandes centros e ainda com altos índices de moradores rurais, tais como o Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, têm sido um campo de pesquisa etnográfica com importante produção bibliográfica. Souza (2003) observa

que o Vale entrou na rota das pesquisas científicas, tendo sido produzidas significativas quantidades de artigos, monografias e teses. Assim sendo, não se pode dialogar sobre o processo de dominação no Vale do Jequitinhonha sem mencionar o livro “Os Deserdados da Terra” (MOURA, 1988), que nos aproxima da compreensão sobre as “disputas de terra e trabalho” (MARTINS, 1986) na região e leva a entender as motivações do conflito pela terra e o direito ao trabalho a partir da segunda metade do século XX. Ao ler o trabalho de Moura, compreende-se a questão da propriedade da terra no Vale e como grande parte dos camponeses perde suas propriedades, seus “situs”. Outro trabalho fundamental que explicita, entre outros fatos, a dominação sofrida pela população camponesa do Vale é o de Silva (1999), “Errantes do fim do Século”. É no contexto dessa “modernização trágica” (SILVA, 1999) ou “modernização retardatária” (LEITE, 2013) que a migração se intensificou na região. Milhares de homens começaram a migrar para trabalhar nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. O processo histórico de expulsão da população carente nos municípios brasileiros forjou, assim, a proletarização dos camponeses. “O processo de expropriação precede logicamente o processo de proletarização dos trabalhadores” (GARCIA, 1989, p. 190).

Pereira (2020), aborda a contribuição do pensamento de Sayad à compreensão da migração contemporânea a partir da emigração de camponeses do Vale do Jequitinhonha. Para ele, o progresso chegava e: “Ruía-se um modo de vida baseado em costumes, na posse da terra e na economia de autoprovisionamento para entrar em outro modo de vida baseado em letras de leis, migrações e trabalho assalariado, apropriação privada dos meios de produção, todos estranhos à lógica camponesa de reprodução social”. (PEREIRA, 2020, p. 272). Há décadas a migração definitiva de alguns membros da família tem sido uma estratégia importante para garantir a permanência de outros membros, pois evita subdivisão acentuada das unidades de produção familiar que inviabilizaria a sua reprodução como camponeses (GALIZONI & RIBEIRO, 2003). De outro lado, a migração temporária tornou-se uma das principais fontes de renda para importante parcela de famílias camponesas e estratégia de reprodução social local. Para Galizoni, estudiosa das questões agrícolas do Vale do Jequitinhonha, “a exaustão dos recursos ambientais e o crescimento demográfico estão presentes como fatores que podem provocar uma ruptura entre as famílias e o meio, criando desequilíbrio e deteriorando a qualidade de vida” (GALIZONI, 2007, p. 17).

As abordagens do mundo rural regional pelas ciências humanas são as mais diversificadas. Elas incluem temas como: migração, trabalho, meio ambiente, a seca recorrente, a agricultura familiar. Mas elas não incluem

em uma perspectiva que associe os impactos da modernização do mercado de trabalho à mudança climática. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo abordar as repercussões dessa associação sobre migração de camponeses, trabalhadores rurais, nos tempos atuais. Para tanto, o trabalho de campo segue uma corrente de investigação teórica para a construção do objeto de estudo. A pesquisa de campo realizada no lugar de origem dos migrantes se deu por causa da grande e crescente diversidade dos fluxos migratórios, o que dificulta a análise e observação nos mais diversificados pontos de chegadas. Uma parcela desses trabalhadores vive, há décadas, o sentimento de “dupla ausência” (SAYAD, 1999) dentro do seu próprio país. Há uma multiplicação das destinações migratórias, principalmente geográficas, mas também em termos de atividades de trabalho. Leite Lopes reafirma o que observamos em relação aos trabalhadores migrantes temporários: “O que tem acontecido nos últimos anos, à semelhança do que ocorre na parte agrícola da plantation açucareira, é o fato do trajeto geográfico dos trabalhadores temporários ter aumentado, com deslocamentos para estados mais distantes” (LEITE LOPES, 2011, p. 3).

O corte de cana manual é reconhecidamente um trabalho árduo, remunerado por produção, que chega a provocar mortes em decorrência do esforço. Contudo, antes da predominância da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, o migrante tinha assegurado um emprego nesse trabalho temporário. O salário proveniente das usinas canavieiras associado aos ganhos provenientes da pequena agricultura ajudava o camponês a manter a sua família nas comunidades rurais e contribuía para aquecer o comércio no Vale do Jequitinhonha no período de entressafra. Atualmente, sob os efeitos da mudança climática (aumento do calor, diminuição dos recursos hídricos e alteração dos ciclos das chuvas) e da acelerada modernização do agronegócio e da mecanização das colheitas, o elo entre o trabalho na roça e nos canaviais está se desfazendo. O dinâmica de alternância sazonal entre o trabalho na roça e nos canaviais está sofrendo modificações profundas que chegam a descaracterizá-la. O desfazer da complementação entre a renda salarial do destino da migração e o ganho material com o trabalho nas roças dificulta a gestão econômica das famílias camponesas, altera e diversifica os padrões de produção e consumo ao longo do ano. A dissociação entre períodos de ausência assalariada e de presença no Jequitinhonha, na época das chuvas regulares, das colheitas, não mais concentradas, como antes, no verão, mas imprevisíveis, tem provocado alteração no paradigma migratório sazonal. A imprevisibilidade do “tempo-das-águas”³ tem dificultado a associação das estratégias de produção e migração alternadas.

6 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM TERRITÓRIO EXÓTICO

Desde o povoamento da região, no século XVIII, a atividade mineradora foi praticada até o esgotamento do ouro e diamante. Hoje, essa mineração é praticamente extinta na região. Foi em decorrência da ocupação resultante dessa exploração econômica extrativista de Minas Gerais que ocorreu a aglomeração de populações na vasta região hoje conhecida como Vale do Jequitinhonha. Essa ocupação ocorreu principalmente nas margens dos rios. “Foi a partir das fontes de água que as famílias rurais organizaram seus sistemas de vida, produção e ocupação das terras” (GALIZONI, 2013, p. 35). Ribeiro (2013) descreve que, no começo do século XIX, a população daquele Vale teve que começar a ocupar a mata. Nesse início dos anos 1800 os camponeses mais pobres buscavam uma via de emancipação frente ao poder dos fazendeiros do Vale do Jequitinhonha, a quem tinham que se submeter para conseguirem o trabalho que assegurasse a sua sobrevivência, período em que acabou o ouro fácil e os moradores começaram um movimento migratório e povoador para as regiões próximas por mais de um século. As cidades que se formaram em torno das atividades de mineração de ouro têm parte de sua população convertida em agricultores. Uma vez que a mineração deixou de ser a principal atividade econômica, ela foi substituída pela agricultura de pequeno porte. Essa prática agrícola impera na região ao longo de gerações de homens e mulheres que cultivaram as terras durante os dois séculos seguintes, até a chegada das políticas desenvolvimentistas da década de 1970, que em nome do “progresso” contribuiu para que a pobreza sustentada começasse a ser implantada no Vale (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p. 87).

A expansão do campesinato é, no Alto Jequitinhonha, barrada pela monocultura de eucalipto, como aconteceu com as cercas das fazendas no Nordeste do país, fenômeno mais antigo, que constituiu o padrão de colonização de amplos setores na região, caracterizado pelos senhores de engenho do litoral e os coronéis do gado do sertão. Para explicar o início do processo de expropriação no Vale do Jequitinhonha, é necessário se referir a dois processos de apropriação pelo capital das terras na região. Cronologicamente, a apropriação dessas terras foi realizada primeiramente por fazendeiros na década de 1960 e, na década seguinte, por empresas de reflorestamento com a chegada do eucalipto. Por meio de sua política desenvolvimentista da década de 1970, o Estado ditatorial aprofundou a secular exploração de recursos e ocupação de áreas exploradas pela lavoura tradicional, que contribuíram para acentuar a transformação de camponeses em migrantes proletários. Como a imigração argelina na França, planejada por parte do Estado colonizador, promoveu a expulsão de milhares de

camponeses argelinos de suas terras em benefício de empresas francesas que promoveriam o desenvolvimento na Argélia, no Alto Vale do Jequitinhonha ocorreu um processo de expropriação de terras camponesas coordenado pelo Estado em nome de um suposto desenvolvimento. “Fica claro aí o caráter da violência explícita e o monopólio da violência exercida pelo Estado” (SILVA, 1999, p. 44). Efetivamente, há grande proximidade entre os trabalhadores argelinos desapropriados para a colonização de suas terras expropriadas e os camponeses do Alto Jequitinhonha, que viram as terras de uso comum, as chapadas, sendo tomadas pela implantação da monocultura de eucalipto em um processo de expropriação patrocinado pelo Estado.

A atividade de empresas multinacionais de eucalipto, fazendas de café, mineradoras e usinas hidroelétricas presentes na região atualmente segue expatriando a riqueza, degradando o meio ambiente e escasseando os recursos hídricos, assim, contribuindo para a expulsão do homem do campo que, pressionado pela falta de terra e emprego, tornou-se um migrante “errante” (SILVA, 1999) Brasil afora. Esses acontecimentos socioeconômicos e políticos passados, principalmente a política desenvolvimentista, influenciaram o presente e fizeram da estigmatização do Vale do Jequitinhonha uma forma de violência simbólica deletéria à representação do Vale como uma entidade cultural personificada aos olhos da população exterior ao universo desse estudo. Ou seja, um processo impositivo de inculcação de uma inferioridade identitária que insiste em naturalizar o subdesenvolvimento da região, sistematicamente estigmatizada por representações de atores políticos, midiáticos e, muitas vezes, acadêmicos. Alguns desses atores chegaram a dizer que a monocultura de eucalipto era a “vocaçãõ” econômica da região. Naturalizaram assim a violência e a dominação política, social, econômica e institucional que a ciência denuncia e desvela suas arbitrariedades para ajudar em suas transformações. Alimentaram falsas verdades que, além de naturalizarem a desigualdade socioeconômica fomentada pela secular expropriação de riquezas naturais, contribuíram para ocultar a responsabilidade do Estado na política desenvolvimentista que trouxe danos irreparáveis ao meio ambiente, à sociedade e à economia da região.

A *plantation* de eucalipto alterou profundamente as relações locais entre terra e trabalho e contribuiu para acentuar o número de migrantes. Esses migrantes, “errantes” (SILVA, 1999), aumentaram o número de proletários no mercado de trabalho das grandes plantações. Desde então, os camponeses dessa região integraram massivamente o exército de reserva nacional de trabalhadores proletarizados no Brasil. Eles sobrevivem há décadas por meio de um elo de atividades, cada vez mais ameaçado, a saber: a de assalariado, migrante sazonal e a de camponês autônomo, migrante potencial, e contribuem assim para a reprodução social e familiar

da população rural no Vale do Jequitinhonha. Nessa região, a relação de presença e ausência, própria da vida de migrante temporário, permitiu aos camponeses retardarem o desenraizamento comunitário e familiar no campo decorrente do processo crescente de urbanização. Esses tempos de presença e ausência foram mediados pelo mercado de trabalho no setor do agronegócio na região de destino e pela agricultura de pequeno porte na região de origem. Atualmente, as alterações no padrão das chuvas têm causado efeitos sobre a agricultura local, dificultando as plantações, colheitas e a criação de animais. Durante décadas, o ciclo das chuvas ou “tempo-das-águas”, como dizem os camponeses, foi o tempo de ser agricultor familiar, com plantio de roças de feijão, milho, mandioca, arroz, etc. O período da seca, por outro lado, correspondia à época da migração sazonal. Nesse tempo em casa, à medida que o cultivo agrícola torna-se inviável, por causa das questões ambientais, climáticas e do esgotamento da fertilidade das terras, e que o dinheiro recebido na migração anterior diminui, partir novamente torna-se inevitável.

7 RESULTADOS

Ao analisarmos os dados da pesquisa de campo, observações e entrevistas, encontramos-nos em condições de correlacionar as estruturas históricas, econômicas, sociais e ambientais às disposições migratórias da população local. Por meio de uma abordagem geográfica multilocalizada na zona rural dos três municípios analisados, procuramos compreender a realidade por trás da migração contemporânea e as estratégias de reprodução social do camponês migrante. Conforme os dados de campo e dos procedimentos da ciência, buscamos retratar as formas de adaptação da economia capitalista à nova realidade ambiental, especialmente por meio da desregulamentação do mercado de trabalho, a precarização crescente e o aumento do ritmo de trabalho. Relacionamos os efeitos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre o emprego e a mobilidade do migrante com o déficit hídrico crescente em sua região de origem. Analisamos a alteração do ciclo das chuvas, observamos a degradação ambiental, o esgotamento da terra, dos recursos hídricos, expresso na seca crescente das lagoas, dos rios e córregos, e o uso de tecnologias sociais para o convívio com a seca: cisternas de captação de água de chuva, barraginhas, barreir-trincheira e poços artesianos. Projetos de conservação das nascentes de rios e córregos tentam também mitigar o processo avançado de degradação. Para demonstrar as mudanças climáticas observadas pela população rural do Vale do Jequitinhonha, realizou-se levantamento de dados mensais obtidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) referentes à temperatura

média compensada e à precipitação para o período de 1o de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 2020, ou seja, nos últimos 60 anos. A análise estatística, baseada em dados sobre a temperatura média ponderada e a quantidade de precipitação, revelou uma distribuição anômala e uma diferença significativa entre os três períodos comparados.

O Vale do Jequitinhonha possui excedente mão de obra barata, sem qualificação profissional, que com a marginalização socioeconômica regional é estimulada a migrar. Há várias formas de contratar um trabalhador rural da região. A oferta de emprego chega à região, em sua maior parte, por intermédio de representantes do agronegócio, que vêm em busca do baixo custo da mão de obra. Outros representantes, empresários intermediários, selecionam e contratam os trabalhadores para empreitadas na construção civil, obras com duração determinada. Eles organizam os grupos de migrantes para diversas empresas e empregos, tanto no setor do agronegócio, como na indústria civil. Esses agenciadores recrutam os trabalhadores por intermediários locais. A região em questão contém um exemplo do tipo de mão de obra proletária “que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p. 731), esse exército industrial de reserva, indispensável ao sistema capitalista, produzido ao longo dos anos pela exploração territorial e a exclusão socioeconômica do campo. Assim, o excesso de oferta de mão de obra, devido à concorrência excessiva, é mais sentido do que a condição econômica subalterna ou o subemprego em si. Habitados a uma situação de vulnerabilidade na região de origem, semelhantes na subserviência, trabalhadores *bon marché*, os migrantes temporários são os menos custosos e mais desamparados. Se o trabalho análogo ao escravo, a perda de autonomia e o acelerado ritmo de trabalho são essenciais para compreender a realidade do trabalho, o desemprego mergulha indivíduos numa tal alienação que os impede de pensar na sua dominação.

7.1 Questões migratórias e trabalho

A mudança das estratégias migratórias é um dos alvos importantes da análise do desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil, considerando-se a vastidão territorial do país, que encerra estágios de desenvolvimento econômico, tecnológico e social muito diversos, a transformação dos modos de produção e das relações de trabalho. Assim, procuramos analisar a migração do ponto de vista da família do migrante, mas situando-a historicamente em seu contexto e em suas transformações contemporâneas. O ponto de vista do camponês é o prisma pelo qual se pensa o emaranhado de questões históricas, econômicas e políticas que caracterizam a modernização do meio rural brasileiro em geral, notadamente a mecanização do setor canavieiro paulista e do Vale do Jequitinhonha em particular.

A sazonalidade e instabilidade do emprego contribuem para que o migrante, solteiro ou casado, sempre retorne à sua região de origem. Com o passar do tempo, devido às dificuldades de se formar lavoura ao modo antigo, a duração da estadia na terra de origem é cada vez mais ditada pelo calendário da oferta de emprego nos locais de destino. Woortmann (1990) salienta que, ao restringir-se o espaço “natural” da reprodução camponesa (como acontece no caso da implantação da monocultura no alto Jequitinhonha), outros espaços sociais são construídos, entre eles, aquele decorrente da migração, como forma de manter o espaço fundamental, o sítio. Como ocorria para com os sergipanos estudados por Woortmann, por vezes, no Jequitinhonha, as melhores oportunidades de emprego podem coincidir com o cultivo agrícola, quando é mais necessária a presença do migrante em suas roças.

A migração nos últimos anos, vem ganhando contornos de uma migração adaptativa que se caracteriza por novas estratégias sociais em face das transformações climáticas e econômicas. O termo de migração adaptativa é usado para diferenciá-la da migração sazonal. Essa nova configuração, a organização temporal da vida dos migrantes, molda-se, para além das questões econômicas, ao ciclo de chuvas, à seca e à diminuição dos recursos hídricos. A migração é analisada aqui a partir do local de origem, onde são organizados os vários tipos de deslocamento. Objetivou-se analisar a problemática do papel da mobilidade do trabalhador como instrumento de ajustamento à modernização da economia e à mudança climática.

As categorias: sazonal, temporária e permanente são altamente alternadas entre si nas práticas migratórias dos trabalhadores entrevistados. A migração é representada de forma dinâmica, mutável e reversível entre suas diferentes categorias. O tempo migratório é cada vez mais incerto a julgar pela crescente diversidade de atividades de trabalhos e destinações geográficas. Conceituar a migração em lugar onde ela se metamorfoseia sistematicamente para adaptar-se ao período de acelerada modernização da plantation e aos impactos negativos da atividade econômica predatória sobre o ambiente - e isso reverte na vida da população local - é tentar emoldurar uma realidade migratória extremamente mutável e incerta. Difícil definir uma única categoria de migração que abranja integralmente tal realidade. Daí a preferência por descrever suas diferentes formas a se apegar a uma categoria, pois esta acabaria se distanciando da percepção dos próprios agentes da migração. A realidade da migração está em constante mutação, e a teoria desenvolvida aqui, de uma migração adaptativa, metamorfoseada, com características diferentes, visa acompanhar essa mudança.

É uma migração temporária que historicamente seguiu o calendário das safras do agronegócio brasileiro, mas que tem se transformado nos últimos anos, devido a fatores econômicos, sociais e ambientais. Atualmente há

mais flexibilidade nas datas de saída e retorno dos migrantes de suas regiões de origem, concomitantemente à alteração dos destinos geográficos e das atividades exercidas por eles nas destinações. A mudança climática, a seca e a diminuição dos recursos hídricos são forças que acentuam a migração atual, mas somente as justificativas ambientais não são suficientes para explicar as metamorfoses da migração. É necessário, para tanto, interpretar a migração contemporânea e seus novos fluxos para os mais diversos mercados de trabalho, desde o tradicional e regressivo emprego na colheita de cana-de-açúcar até os demais agrícolas, como a colheita de café e laranja, além do trabalho na indústria de construção civil, comércio, mineração, entre outros. Esse “inventário de ocupações” (SIGAUD, 1979, p. 187) acentua-se com a mecanização como alternativa ao corte de cana manual pelos migrantes. A emigração recente tem grande e progressiva diversidade de destinos e atividades. A realidade migratória diversificada que deveria, de certa forma, ser celebrada, pois a diversificação poderia oferecer melhores alternativas, é na verdade consequência, entre outros fatores, da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, e não uma opção deliberada do trabalhador. O migrante local é submetido às transformações do mercado de trabalho e por isso sujeito a constante alteração de seus deslocamentos, de sua atividade e ciclo migratórios. A insegurança de ter que escolher a cada ano destinos diversos, uma vez terminado um contrato de trabalho distante de casa, é a regularidade migratória deste início de século para os habitantes da região. Assim, como exemplo, um trabalhador pode iniciar uma migração sazonal na colheita de cana-de-açúcar, voltar ao ponto de partida, passar para a construção civil no ano seguinte ou permanecer alguns anos “fora” nos grandes centros e voltar à região de origem para estar com a família. Portanto, é necessário estudar esta combinação migratória de tempos, atividades e destinos. Um ciclo migratório pode durar alguns meses, alguns anos e dentro dele pode haver ciclos longos ou curtos em que o migrante exerce uma mesma atividade ou as alterna. Outrossim, ele pode permanecer um não migrante na região durante anos e voltar a migrar depois. Quase sempre se é um potencial migrante. Se o trabalho do sociólogo define grupos sociais, populações-alvo ou categorias de trabalho, nesta análise trabalhamos com o camponês que se torna proletário temporariamente.

No mercado feminino, as mulheres têm seus fluxos migratórios direcionados para o comércio, para as colheitas mais “leves” do agronegócio (café e laranja) e para trabalharem como empregadas domésticas. Ouvi relatos de mulheres que trabalham em empresas de fabricação de calçados no Triângulo Mineiro ou no comércio em São Paulo. Outras que migraram para a colheita de café em Minas e São Paulo, solteiras ou com os maridos. A atividade que simboliza a migração feminina, especialmente das mulheres

jovens, é a de empregada doméstica. Esse mercado leva as jovens do meio rural tanto para as sedes das cidades locais da região quanto para as grandes metrópoles. Há considerável dispersão de destinos, mas São Paulo é o estado de mais destinação. No ano de 2013, houve, enfim, o reconhecimento, pela lei brasileira, do trabalho de empregada doméstica, estendendo a essa classe profissional os direitos já existentes para as demais classes de trabalhadores. A partir da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, inúmeros direitos trabalhistas foram assegurados às empregadas, o que contribuiu para consolidar esse mercado de trabalho migrante para as mulheres da região. Mesmo sem termos conhecimento de um estudo local sobre os impactos dessa lei na migração feminina e seus efeitos socioeconômicos para emancipação da mulher regional, ficou evidenciado que as mulheres têm aumentado, por meio da emigração, as possibilidades de trabalho. A mulher casada migra com menos frequência e acompanha o marido principalmente na colheita de café e laranja. Aquelas que ficam são frequentemente esposas dos migrantes, responsáveis pela gestão familiar durante a ausência do marido. As mais novas e solteiras migram cada vez mais.

Durante a migração masculina, as mulheres que ficam se ocupam das coisas da casa, do lar, o que inclui o trabalho de casa e na roça, o cuidado das crianças, a gestão econômica dos recursos da família, provenientes do Estado (bolsa família) e do trabalho masculino e feminino. Muitas vezes, quando o homem retorna da migração, a roça já está pronta. Na região, o roçado não é atividade exclusivamente masculina. Durante o período em que os camponeses ali permanecem, não se percebe “a clássica divisão entre trabalho masculino e feminino, no que diz respeito ao trabalho na lavoura e na lida como o gado” (GALIZONI, 2007, p. 34). Ademais, como o trabalho do homem é feito principalmente durante o pretense período chuvoso e como este está incerto, o trabalho da mulher no roçado torna-se ainda mais imprescindível para o cultivo agrícola, pois é ela quem vai roçar as terras quando do sinal das primeiras chuvas. A mulher chefe da família tem suspensos os papéis masculinos que ela exercia provisoriamente na ausência do marido. Para os camponeses migrantes beneficiados, o bolsa família, gerido pela mulher que faz as compras e não faz “conta” no comércio local, como outrora, para que o homem pague quando retorna da migração, auxilia os investimentos. Assim, a mulher na qualidade de titular do Programa Bolsa Família participa mais das decisões sobre a renda e o lar e experimentam mais reconhecimento social.

Há um entrelaçamento constante entre atividades formais e informais que se apoiam reciprocamente. A atual e dinâmica diversidade de fluxos, ciclos e redes de migração é testemunha da histórica concentração latifundiária brasileira. Uma variável migratória no Vale Jequitinhonha

é exatamente a dificuldade de se medir a diversidade de destinos e atividades a que estão sujeitos os trabalhadores. Nesse sentido, a migração é, “sobretudo, o lugar da multiplicidade dos ‘tempos’” (ALMEIDA & PALMEIRA, 1977), mas também das atividades. A flexibilidade forçada do emprego é tal que o período de tempo em que se é um migrante é incerto. Após passar por diferenciados e concorridos processos de seleção, nada assegura ao trabalhador, contratado durante uma safra, uma obra ou outra atividade qualquer, que ele será recontratado uma vez terminado o trabalho. Atualmente, a saída de migrantes das áreas rurais locais, com destino a empregos e trabalhos cada vez mais instáveis, precários, contribui para criar desequilíbrios nas estruturas sociais e familiares da sociedade de origem. A distanciação do camponês de sua terra de origem está, principalmente, subordinada à instabilidade do mercado de trabalho no mundo rural modernizado e à volatilidade do mercado de construção civil. A consequente insegurança do emprego sujeita os trabalhadores temporários às mais diversas estratégias adaptativas de migração.

7.2 Relações de dominação

Além da metamorfose migratória, o que constatamos é a contínua dominação socioeconômica e proletarização dos trabalhadores rurais em situações de trabalho em constante precarização. Os trabalhadores temporários, já sofrendores de más condições históricas de trabalho e emprego, submetem-se ainda mais às transformações do regime capitalista cada vez mais agressivo. O que está acontecendo, na verdade, com a modernização do setor sucroalcooleiro, com o fim da regularidade migratória para esse setor decorrente da mecanização e diminuição dos postos de trabalhos é a precarização das condições de migração e do emprego fragiliza mais ainda os trabalhadores temporários migrantes que se encontram na base da pirâmide social. A migração atual leva inevitavelmente a condições de trabalho e emprego ainda piores, se podemos ousar dizer, do que o trabalho sobre-humano, mas regular e até pouco tempo de oferta considerável e economicamente importante, no corte de cana-de-açúcar.

A noção de dominação, explorada por Marx (1989), Weber (1922) até Bourdieu (1998a), tem em comum que o processo de dominação é desconhecido das pessoas que o sofrem. Na interpretação marxista, os dominados concordam, mesmo sem perceber, em apreender e incorporar categorias linguísticas impostas pelas classes dominantes. De acordo com a perspectiva de Weber, a dominação era percebida como o efeito de um poder que obrigava os dominados a se perceberem de acordo com as categorias impostas. Para ele, “toda dominação busca despertar e manter a crença em sua legitimidade” (WEBER, 1922: 286). A dominação, segundo Bourdieu

(1998a), é exercida através de um duplo processo de reconhecimento/desconhecimento dos dominados, que sofrem a violência simbólica inscrita nas instituições e nos corpos. Para ele, os processos sociais de dominação só são possíveis a partir da interiorização, pelos indivíduos, de uma crença na legitimidade de seu lugar no espaço social, ou seja, a distribuição assimétrica das posições sociais é baseada na crença na legitimidade dessa assimetria. A relação de dominação aqui estudada consiste na realidade que opõe posições assimétricas: por um lado, o empresariado do agronegócio e da construção civil; e por outro, os camponeses, proletários migrantes. Esses grupos sociais antagônicos do meio rural brasileiro, com valores culturais específicos, sujeitos de decisões socioeconômicas desequilibradas, contribuem para explicitar a histórica desigualdade social e econômica brasileira. Os primeiros concentram as riquezas, as benesses governamentais em forma de subsídios; os segundos, “os pobres”, recebem tentativas de compensação insuficientes para alterarem a realidade da vulnerabilidade que se faz notar por sua entrada nos programas de assistência governamental (SIMMEL, 1908). Desse modo, “o dominante é aquele que ocupa na estrutura social uma posição na qual a estrutura aja em seu favor” (BOURDIEU, 2000, p. 238). Essa dominação apoia-se menos sobre o poder ou a influência de alguns que sobre a violência simbólica, multiforme e desconhecida que permite ao sistema social reproduzir suas divisões e classificações.

O que guiou a escolha do quadro teórico foi o conjunto das relações de dominação social e econômica a que está submetida a população rural pobre do Vale do Jequitinhonha. O uso da noção de dominação aqui é ligada à ideia de submissão e a uma crescente situação de vulnerabilidade dos trabalhadores. Atualmente, no que se refere aos migrantes do Vale Jequitinhonha, contrariando as relações escravocratas baseadas em relações pessoais e de coerção direta ou envolvendo questões de trabalho, os trabalhadores estabelecem, com os contratantes mais diversos, muitos desses intermediários, relações formais e impessoais, como homens livres, mas sujeitos ao mercado de trabalho modernizado, escasso, instável e precário. Além dessas questões, houve a recente “modernização” das leis trabalhistas. Essa Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) levou a formas de contratação mais precárias, alterou as normas de saúde e segurança no trabalho, fragilizou os sindicatos e limitou o acesso à justiça, o que atingiu em cheio os trabalhadores rurais.

Na região do Jequitinhonha, a oferta da mão de obra é muito maior do que a demanda, e esta diminuiu nos últimos anos devido à mecanização da colheita de cana-de-açúcar, o que levou, conseqüentemente, a maior concorrência e submissão aos empregadores e suas exigências. A plantation canavieira paulista foi, durante os últimos 50 anos, alimentada por mão

de obra migrante dessa região em condições e relações trabalho de superexploração e escravização (SILVA, 2005). A oferta de trabalho, com base nas redes migratórias entre famílias ou comunidades rurais locais, é muitas vezes tida como dívida moral para com o empregador. O próprio momento de seleção de trabalhadores, dada a excessiva quantidade de candidatos, é intrinsecamente revelador dessa dívida moral dos escolhidos. Assim, os empregadores - os contratantes - mantêm sob o controle os trabalhadores ao lembrarem que não há vagas para todos. O emprego assume aspecto de benefício, especialmente nos processos de seleção, que fazem com que aqueles que são contratados se sintam gratos em relação ao empregador. Tudo se passa como se a região analisada fosse um grande pesque-pague repleto de trabalhadores dóceis, onde pela grande quantidade de mão de obra ofertada os empregadores pudessem selecionar os melhores homens, rejeitar muitos e pagar o baixo preço da sobreoferta. Essa situação é agravada ainda mais pela profissionalização dos “gatos”⁴, que faz com que muitos empreiteiros não sejam os verdadeiros consumidores do pescado, mas contratantes e selecionadores profissionais, uma versão moderna dos antigos aliciadores, que empregam em condições precárias e terminam por engordar as contas dos verdadeiros consumidores. Evidentemente, a sobreoferta mantém os trabalhadores selecionados reféns de uma relação de dominação em que a precariedade de condições de emprego e trabalho prevalece. O que se especifica aqui é que a região, mantida estruturalmente empobrecida, teve sempre abundância de oferta de trabalhadores migrantes e, em consequência, as empresas compram facilmente a submissão dos trabalhadores, vendedores de uma força de trabalho mal remunerada. Os contratantes buscam um comportamento servil, submisso, uma potencial sujeição à precarização das condições de trabalho em empregos instáveis. É a escravidão modernizada. Não se compra necessariamente competência, mas força e subserviência, uma particularidade das condições precárias das relações de trabalho atual. Assim, as transformações do mercado de trabalho encontram na sobreoferta de mão de obra, no Vale do Jequitinhonha, uma condição de vulnerabilidade ideal para o exercício da violência simbólica.

A tese se inscreve no questionamento sobre a interação entre a degradação da natureza, a modernização regressiva do mercado de trabalho e a vulnerabilidade social crescente do homem do campo. A problemática geral aqui exposta é a adaptação da exploração, pelo capitalismo, da natureza e do homem, em um contexto de crise ambiental e modernização acelerada da economia. A análise se interessa pela migração dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, historicamente ligada ao trabalho temporário, prioritariamente para a colheita de cana-de-açúcar, sua forma clássica, sazonal, que está se desfazendo. A mecanização da colheita provocou a intensificação do esforço

de trabalho durante o corte manual de cana-de-açúcar, uma vez que o homem busca competir com a máquina colhedeira que ameaça seu emprego. O deslocamento sistemático dos trabalhadores praticamente inviabiliza sua associação a sindicatos ou qualquer outra instituição que os represente no local de chegada. Os trabalhadores migrantes rurais são penalizados pelas condições de trabalho e emprego precarizadas que deterioram a saúde, entendida aqui pela máxima da Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades. Assim, os migrantes passam da condição de vulnerável à de dominado pelo mercado de trabalho, restrito, representado pelas indústrias, principalmente do ramo do agronegócio e construção civil. Estas, por sua vez, se beneficiam da generalização crescente da terceirização e precarização do emprego, da grande oferta da mão de obra barata e da consequente sujeição do empregado, um escravo moderno, não o escravo de um dado empresário, mas da classe capitalista como um todo. Ele é livre apenas para escolher a quem vai se escravizar. Ou, como diria Marx, (1989) livre para vender sua força de trabalho ao capital. O emprego precário não é mais uma condição transitória, mas torna-se durável. Para Bourdieu (1988b), a precariedade está em todo lugar e a existência de um exército de mão de obra, qualificada ou não, contribui para que cada trabalhador tenha o sentimento de que ele não é insubstituível e seu trabalho, seu emprego “formal”, é uma forma de privilégio frágil e ameaçado.

Em geral, na literatura, considera-se que a *plantation* é um lugar onde os trabalhadores foram aprisionados, muitas vezes escravizados. No Brasil do início do século XX, no que chamamos de *plantation* clássica, as pessoas estavam presas dentro de um território, recrutadas na condição de moradores. Atualmente, com a *plantation* moderna, ocorre o contrário, ou seja, que o empregador possa pegar as pessoas, usufruir de sua força de trabalho e devolvê-las, desgastadas, à sua região de origem, sem ter que se preocupar com as condições de vida dos trabalhadores. Milhares são descartados depois de consumidas suas forças, permanecendo longos períodos desempregados, na maioria das vezes ainda longe de atingirem a idade mínima para se aposentarem. Assim, na *plantation* açucareira modernizada, presume-se que a dominação não é mais ter as pessoas dentro de um território fixo, mas ter, ao contrário, uma mão de obra migrante, errante, cada vez mais submetida ao mercado de trabalho. Se, para Garcia, “refletir sobre o campo brasileiro, sobretudo a propósito das transformações do século XX, significa necessariamente tomar por objeto o mundo da *plantation*” (GARCIA, 2003, p. 155), para nós significa refletir, no início do século XXI, sobre os efeitos da evolução e modernização da *plantation* sobre a migração de trabalhadores.

A *plantation* é uma ordenação da paisagem, no sentido da sua simplificação, em territórios antes marcados pela vasta dispersão de espécies vegetais, micróbios, animais e seres humanos. Assim também ocorreu na homogeneização e simplificação da paisagem nas chapadas no Alto Vale do Jequitinhonha, quando da desapropriação das terras de posseiros e da implantação da monocultura de eucalipto. Marx (1989) dizia, já no século XIX, que a Era Industrial é só o ápice do processo e que isso nada tem a ver com a espécie humana em si, mas com os “modos de produção”, notadamente aquele, descontrolado, que se deixa guiar pela lógica da acumulação de capital. A *plantation* não é um objeto independente das circunstâncias, não é um território atribuído, ela é todo o sistema de trabalho ao seu redor: de migração, de movimentos e fluxos. Este trabalho e, mais especificamente, a ligação que estamos estabelecendo entre migração e mudança climática, pretende ser uma contribuição para a análise das transformações atuais referidas sob o termo cada vez mais difundido de plantacionoceno. Não estamos analisando a dinâmica estudada em termos do conceito de uma era geológica - que se aplica à antiga *plantation*, entendida como um território específico - mas sim em termos de fluxos (de materiais, recursos econômicos ou pessoas).

O Vale do Jequitinhonha é um exemplo a mais de que a desigualdade no acesso aos recursos naturais está fortemente ligada a formas de desigualdade social e econômica. Essa desigualdade exprime o fato de que os indivíduos não são iguais na exposição aos riscos nem no acesso a recursos ambientais. A mudança climática, a extração histórica de recursos naturais e as secas recorrentes e a escassez hídrica crescente em uma área de transição para o semiárido estão levando a um processo de desertificação inexorável, que inviabiliza, de mais a mais, a pequena agricultura local. A pressão ambiental vem ganhando proporções, gerando consequências sociais e políticas maiores no Vale do Jequitinhonha. Essas questões são, entretanto, envoltas em um processo de mudança climática global que vem alterando as formas de vida do homem e não tem fronteiras. De acordo com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2016), as alterações no padrão das chuvas terão importantes efeitos sobre a agricultura latino-americana e caribenha. Será cada vez mais difícil realizar colheitas, criar animais, gerir florestas e pescar nos mesmos locais e da mesma forma que anteriormente.

Os trabalhadores rurais têm um *habitus* de operário fortemente marcado por um sentido de necessidade e pela dureza da realidade da pobreza e do trabalho braçal. Este trabalho domina a existência do homem do campo, compreendendo a dupla condição de proletário e camponês em períodos alternados, impondo trajetórias herdadas e padronizadas na base da pirâmide social. Suas práticas estão relacionadas à sua condição:

como empregados, eles vendem a sua força de trabalho. As classes sociais populares sociais despossuídas tanto de capital cultural, quanto econômico social e simbólico, são incapazes de questionar a ordem estabelecida, e são levadas à “escolha necessária” (BOURDIEU, 1979), imposta pelas pressões e limitações de todas as ordens e à aceitação de sua dominação. No caso dos trabalhadores rurais migrantes, a dominação é impessoal e multifacetada. Atualmente, a cada ano, o contratante, o empreiteiro, o empregador podem mudar e, por consequência, as atitudes, por parte do empregado, de gratidão e reconhecimento pela oportunidade de trabalho também mudam. A impessoalidade está no fato de que a dívida de gratidão, contraída em razão da conquista do emprego por meio do processo de seleção extremamente concorrido dos tempos atuais, não é mais associada a um mesmo patrão durante longos anos, como antes, mas relacionada à inconstância dos novos contratantes. Hoje, no lugar do “gato” que intermediava a contratação antes da massificação da mecanização das colheitas de cana-de-açúcar, quando uma única usina empregava centenas de migrantes, entra o empreiteiro que leva pequenos grupos de trabalhadores para as mais diversas destinações. O distribuir dos migrantes em pequenos e inúmeros grupos, cada vez mais dispersos, faz com que o patrão mude constantemente. Conseguir uma vaga de trabalho no processo de seleção extremamente concorrido atual deixa sempre subentendido uma aceitação prévia das condições de trabalho desconhecidas.

Na década de 1970 não havia vínculo formal entre o trabalhador migrante e o empregador. Esse não vínculo era então intermediado pelo “gato”, o atravessador que, com o passar dos anos, foi substituído pelo empreiteiro, um eufemismo para designar o gato moderno, com o qual os trabalhadores têm, na maioria das vezes, uma proximidade maior do que a empresa contratante. Muitos empreiteiros são os agentes da terceirização das relações de trabalho, prática recorrente no mundo atual globalizado, que já vem acontecendo há várias décadas na agricultura canavieira, “desde o surgimento do processo de volatilização da força de trabalho a partir da década de 1960” (SILVA, 2005, p. 19). A terceirização no mercado interno brasileiro, nos ramos de construção civil, mas, sobretudo, no agronegócio, associada aos gatos ou empreiteiros, atinge em cheio os trabalhos temporários.

A precariedade, segundo Bourdieu (1998), está inscrita em um “novo modo de dominação”, baseado na instituição de um estado generalizado e permanente de insegurança que obriga os trabalhadores a aceitarem a exploração. O autor, em relação a tal fenômeno, forja o expressivo termo *flexploitation* para designar um capitalismo selvagem e sem precedentes. Essa palavra, segundo ele, muito bem evoca a “gestão racional de insegurança” que, instaurando a concorrência entre trabalhadores de países com ganhos

sociais mais importantes e trabalhadores de países menos avançados socialmente, rompe as resistências e obtém obediência e submissão por meio de mecanismos aparentemente naturais, que se justificam por si mesmos. Essas disposições de submissão produzidas pela precariedade são a condição prévia para uma exploração cada vez mais “bem-sucedida”, baseada na divisão entre aqueles que, cada vez mais numerosos, não trabalham e aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas estão trabalhando cada vez mais. A precarização das condições de trabalho no Brasil tem múltiplas faces que evidenciam a terceirização como forma principal de flexibilização das condições do trabalho. Todas as transformações políticas e econômicas contemporâneas no sentido da precarização das condições de emprego e trabalho associadas às questões de alterações climáticas estão levando a mais vulnerabilidade social da população mais desfavorecida, como é o caso da população do Vale do Jequitinhonha. Notadamente, tais transformações impõem aos migrantes uma flexibilidade forçada para adaptar-se ao mercado de trabalho desregulamentado e hiperexplorador. Em relação ao emprego nos canaviais, inúmeras pesquisas⁵ revelam as terríveis condições de trabalho, às quais são submetidos os migrantes e problematizam a falta de direitos, a falta de tratamento médico adequado, a jornada de trabalho intensiva e a exploração da força de trabalho. Está ocorrendo aumento precariedade das condições de sobrevivência de uma população vulnerável, o proletariado rural, habituado há muito tempo com a falta de proteção social.

As políticas públicas assistências são de extrema importância para os problemas sociais do povo do Vale do Jequitinhonha. O conhecimento e estratégias por parte do camponês para acesso a essas políticas em articulação com suas estratégias produtivas e de migração-mercado de trabalho-trabalho informal são de suma relevância para sua sobrevivência. Se antes o Vale era o da “miséria”, com a implantação dos Programas Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Um Milhão de Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros programas de apoio à agricultura familiar, a fome se foi na história. Isso permitiu que o salário do trabalhador, antes utilizado principalmente para a compra de alimentos, correspondente ao custo de reprodução e manutenção da força de trabalho, fosse utilizado redirecionado para o consumo de bens materiais. Antes havia as dívidas, contas feitas pela família do migrante no comércio (supermercado, farmácia), para ser quitada quando do regresso. Essas despesas vitais agora são cobertas pelo Bolsa Família.

Os sinais desses tempos são o “desenvolvimento” (crescimento do comércio, fomento da construção civil em geral, aumento da circulação de veículos) e urbanização dos pequenos centros populacionais locais. Dessa forma, as políticas públicas assistenciais atenuaram as formas de dominação

dos trabalhadores rurais sem, contudo, mudar o estado de coisas que levavam à migração. Essas políticas combatem a pobreza, mas não a desigualdade estrutural brasileira. Elas são um avanço em termos de assistência social, mas não deixam de ter, em contrapartida, a função de manterem a reprodução da força de trabalho explorada pelo mercado nacional. Elas tentam compensar a precarização das relações de trabalho e emprego em expansão do processo de modernização. Atualmente, o baixo salário dos migrantes não é mais para a família se alimentar como antes, nos tempos da “miséria” no Vale, mas permitir ao trabalhador comprar, construir, mobiliar sua casa, ao mesmo tempo em que degrada sua saúde física e mental. Para os trabalhadores temporários, precarizados, “não existe almoço grátis”. Vendem a força de trabalho não para manterem-se vivos com a compra de alimentos, mas para terem o produto de suas forças de trabalho, o seu salário, investido na aquisição de bens de consumo modernos básicos. O trabalho condiciona, ainda mais, as condições de vida, de representação social, do eu e do mundo em um contexto em que o emprego torna-se cada vez mais precário e vulnerabiliza as condições de existência dos seres humanos, principalmente os de baixo da hierarquia social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, aumentam as grandes explorações agrícolas construídas em torno do princípio da dissociação entre capital e trabalho, integradas numa economia de mercado predominantemente internacional e criadas pela proximidade estreita entre as elites econômicas e políticas. Hoje em dia, o fenômeno da apropriação da terra marca o crescente desenvolvimento de grandes organizações capitalistas que desviam o uso da terra para a monocultura intensiva. Nesse período ultraliberal que viveu o país, em um novo momento do capitalismo nacional, do ponto de vista social, sobretudo sob o impacto do governo Bolsonaro, discutem-se a falta de política ambiental, a agressividade das multinacionais agrícolas, o uso desenfreado de agrotóxicos ou o desmatamento.

Este trabalho buscou apresentar uma visão dos que estão por baixo, os dominados, numa leitura pouco valorizada da realidade social. A assimetria cresce entre o poder econômico, político e social repressivo de uma elite dominadora e a impotência em que o trabalhador rural é lançado. E essa impotência está ligada à dissolução do emprego formal pela modernidade, à fragilização do meio ambiente e do velho estilo de vida no campo, na qual mergulham os proletários e mais ainda os subproletários em universos de constante competição por trabalho, emprego e renda. Os camponeses, trabalhadores temporários, já vivenciam há décadas o processo de

precarização avassalador, de “uberização”⁶, que afeta hoje o mundo do trabalho moderno. Historicamente desterritorializados e transformados em proletários, sem mecanismos coletivos de defesa, expostos a um mercado de trabalho explorador, desumano, os trabalhadores se adaptam, reagem, mas dentro de um espaço social e econômico delimitado e sem mecanismo de defesa coletivo.

Quanto à condição dos trabalhadores rurais migrantes no mundo do agronegócio, este absorve, nos países emergentes, a mão de obra barata. Esses trabalhadores são, de fato, parte do exército de reserva capitalista utilizado pelo modelo agrícola produtivista - que devasta a natureza - e continuam invisibilizados nas discussões sobre políticas de desenvolvimento, apesar da precariedade de suas condições de trabalho e de vida. Esses trabalhadores continuam como engrenagens do mecanismo que visa à obtenção de cada vez mais lucro, gastando a maior parte de suas vidas na busca de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. Encarnações da desigualdade de acesso a bens e recursos na sociedade brasileira, eles lutam por meio da migração temporária para sobreviver em seu local de origem, em um ambiente cada vez mais hostil e desertificado, marcado pela diminuição dos recursos hídricos e pelas mudanças no ciclo das chuvas. A falta de recursos hídricos é um fator de desintegração que amplia os riscos sociais, como a desestruturação familiar e comunitária. Produtos de uma política de desenvolvimento agrícola que exacerba a concentração territorial do Brasil, os camponeses estão sofrendo com o esgotamento dos recursos naturais e com as mudanças climáticas, que afetam seu modo de vida ancestral. No entanto, eles persistem em permanecer homens e mulheres do campo em um Brasil latifundiário cada vez mais desigual e desregulamentado. Para isso, eles enfrentam as adversidades da vida como migrantes destinados a resistir e se adaptar à modernização da agricultura e às mudanças climáticas.

NOTAS

¹ O habitus é um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a operar como estruturas estruturantes. (Bourdieu, 1972, p. 175).

² Como notou Mintz, era uma “synthesis of field and factory” (síntese de campo e fábrica), um sistema agroindustrial de empresa componente da ascensão e crescimento histórico do capitalismo (Mintz, 1986).

³ Tempo das águas é o período das chuvas, geralmente entre novembro e março, que segundo os camponeses está alterado.

⁴ É a pessoa que contrata trabalhadores braçais, como os volantes ou os conhecidos boias-frias, como mão de obra para as fazendas ou projetos agropecuários.

⁵ A exemplo de: ALVES, (2006); LEITE LOPES, (1976) et SILVA, (2006).

⁶ Uberização é um modelo que usa um aplicativo móvel para conectar motoristas “ocasionais” a clientes. Essa economia de plataforma geralmente usa empreendedores autônomos: trabalhadores que não são assalariados e, portanto, não têm um contrato de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B., & PALMEIRA, M. **A invenção da migração**. Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste (relatório de pesquisa, v. 5), Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 1977.
- ALVES, F. (2006). Por que morrem os cortadores de cana? São Paulo, **Saúde e Sociedade**, 15(3),90-98. 2006.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300008>.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Paris : Droz, 1972. Doi: 10.3917/droz.bourd.1972.01.
- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l’économie**. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Édition Seuil, 1998a.
- BOURDIEU, P. La précarité est aujourd’hui partout, Intervention lors des Rencontres européennes contre la précarité. In. : _____ . **Contre-feux**. Paris: Raisons, 1998b
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- COMERFORD, J. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 57(2), 2014.
- FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA **Cambio climático seguridad alimentaria nutricional. América Latina el Caribe** (orientaciones de política). (2016). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/docs/Cambioclimatico.pdf>. s/d/a
- GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- GALIZONI, F. M. (org.). **Lavradores, águas e lavouras**: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

- GARCIA JR, A. R. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Porto Alegre, **Sociologia**, ano 5 (10), 154-189. 2003.
- GARCIA JR, A. R. **Libres et assujettis**: marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: la Maison des Sciences de l'Homme, 176. 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO, E., & GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. São Paulo: **Perspectivas**, 6:85-100. 1983.
- LEITE, A. C. G. A produção do Vale do Jequitinhonha mineiro como uma “região” brasileira e o planejamento regional como instrumento da sua modernização retardatária. **Anais do 14º Encontro de Geógrafos de America Latina**, Lima. Peru, 2013.
- LEITE LOPES, J. S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Estudos do Trabalho**, ano V (8). 2011. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. s/d/a.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 13. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, v. 1 e 2).
- MINTZ, S. **Sweetness and power**. the place of sugar in modern history. New York: Penguin Random House, 1986.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- PEREIRA, J. C. A. (2020). Dos migrantes rurais da Argélia aos migrantes do Vale do Jequitinhonha–MG: a contribuição da sociologia de Sayad. In: DIAS, G.; BOGUS, L.; PEREIRA, J. C. A. & BAPTISTA, D. **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo (Brasil): Educ. 2020.
- PIKETTY, T. **Le capital au XXIe siècle**. Paris : Seuil, 2013. Coll. Les livres du nouveau monde, 970.
- RIBEIRO, A. E. M. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. 1. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- SAYAD, A. **La double absence**: des illusions de l’émigré au souffrances de l’immigré (Préface de Pierre Bourdieu). Paris : Seuil, 1999. 437 p.
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas: reforma agrária. Campinas, **Revista da ABRA**, 33(2), 111-41. 2006.

- SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. *Agrária* (São Paulo. Online), (2), 2-39. 2005. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p2-39>
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999 (Prismas).
- SIMMEL, G. **Les pauvres** [1ère éd. en allemand, 1908]. Paris: PUF, 1998.
- SOUZA, J. V. A. Nota científica: fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Montes Claros, **Unimontes Científica**, 5(2). 2003.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- WEBER M. **Économie et société**. Paris: Plon, 1995 [1922].
- WORTMANN, K. Migração, família e campesinato. Campinas: **Revista Brasileira de Estudos de População**, 7(1), 35-53. 1990.

RESUMO

O objetivo inicial desta pesquisa foi compreender as consequências socioeconômicas do processo de modernização da colheita da cana-de-açúcar sobre a população rural do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais, Brasil. Essa população é formada por classes populares brasileiras que passaram por um processo histórico de expropriação e exploração territorial, em grande parte realizado pelo Estado. As famílias que as compõem desenvolveram estratégias de reprodução social a partir da migração, temporária ou permanente, para trabalhar nas regiões mais desenvolvidas do país. À época inicial da pesquisa, os trabalhadores rurais migrantes temporários tinham na colheita manual de cana-de-açúcar sua fonte de renda assalariada e sentiam-se ameaçados com o inexorável processo de mecanização e o consequente fim da migração para trabalhar nas usinas canavieiras do estado de São Paulo. A pesquisa sobre o impacto desse processo no emprego de trabalhadores rurais trouxe à tona outro fator importante que condicionou a migração local, a saber, a mudança climática, pela seca e escassez hídrica crescentes, percebida pelos agricultores na alteração do ciclo das chuvas, e no aumento da temperatura. A modernização e as mudanças climáticas contribuíram, portanto, para que os agricultores ficassem mais expostos às mudanças contemporâneas no mercado de trabalho. A essas duas maiores questões acrescentam-se a desagregação familiar dos camponeses e a precarização do trabalho em um processo de dominação crescente de indivíduos em condição de vulnerabilidade social. A hipótese de adaptação dos trabalhadores a essa nova realidade, com a diversificação dos fluxos migratórios, que substitui a hipótese de desemprego avassalador, levou-nos a construir o conceito de uma “migração adaptativa” face à diminuição e precarização do emprego.

Palavras-chave: Migração; Mudança climática; Modernização; Precarização do trabalho; Desintegração familiar.

RÉSUMÉ

L'objectif initial de cette recherche était de comprendre les conséquences socio-économiques du processus de modernisation de la récolte de la canne à sucre sur la population rurale de la vallée de Jequitinhonha dans l'état de Minas Gerais au Brésil. Cette population est formée par les classes populaires qui ont subi un processus historique d'expropriation et d'exploitation territoriale, largement opéré par l'État. Les familles qui les composent ont développé des stratégies de reproduction sociale qui passent par la migration, temporaire ou permanente, pour travailler dans les régions plus développées du pays. Au moment de la recherche, les travailleurs ruraux migrants avaient pour revenu la récolte manuelle de la canne à sucre. Ils se sentaient menacés par le processus inexorable de mécanisation et la fin consécutive de la migration temporaire pour travailler dans les usines de canne à sucre de l'État de São Paulo. La recherche sur l'impact de ce processus sur l'emploi des travailleurs ruraux dans ce contexte de mécanisation a permis de faire émerger un autre facteur majeur qui a conditionné la migration locale, à savoir l'impact du changement climatique : la sécheresse et les pénuries d'eau croissantes étaient perçues par les paysans à travers l'altération du cycle des pluies et dans l'augmentation des températures. La modernisation et le changement climatique ont ainsi contribué à une plus grande exposition des paysans aux changements contemporains du marché du travail. A ces deux questions majeures s'ajoute la désintégration des familles paysannes et la précarisation du travail dans un processus de domination croissante d'individus déjà vulnérables. L'hypothèse d'une adaptation des travailleurs à cette nouvelle réalité, avec la diversification des flux migratoires, qui remplace l'hypothèse d'un chômage écrasant, nous a conduit à construire le concept d'une « migration adaptative » face à la réduction et à la précarisation du travail.

Mots clés: Migration ; Le changement climatique ; Modernisation ; L'insécurité de l'emploi ; Désintégration familiale.

ABSTRACT

The initial objective of this research was to understand the socioeconomic consequences of the modernization process of sugarcane harvesting on the rural population of the Jequitinhonha Valley in the state of Minas Gerais, Brazil. This population is formed by Brazilian popular classes that have gone through a historical process of expropriation and territorial exploitation, largely carried out by the State. The families that make them up have developed social reproduction strategies based on temporary or permanent migration to work in the more developed regions of the country. At the time of the research, the temporary migrant rural workers had in the manual harvest of sugarcane their source of paid income and felt threatened by the inexorable process of mechanization and the consequent end of migration to work in the sugarcane mills in the state of São Paulo. The research on the impact of this process on the employment of rural workers brought to light another important factor that conditioned local migration, namely the climate change, by the increasing drought and water shortage, perceived by farmers in the alteration of the rainy cycle, «the time of the waters», and in the increase of temperature. Modernization and climate change have thus contributed to farmers' greater exposure to contemporary changes in the labor market. Added to these two major issues is the breakdown of the peasants' families and the precarization of labor in a process of increasing domination of already vulnerable individuals. The hypothesis of adaptation of workers to this new reality, with the diversification of migratory flows, which replaces the hypothesis of overwhelming unemployment, led us to construct the concept of an «adaptive migration» in the face of decrease and precarization of employment.

Keywords: Migration; Climate change; Modernization; Job precarization; Family disintegration.

RESUMEN

El objetivo inicial de esta investigación fue comprender las consecuencias socioeconómicas del proceso de modernización de la cosecha de la caña de azúcar en la población rural del Valle de Jequitinhonha, en el Estado de Minas Gerais, Brasil. Esta población está formada por clases trabajadoras brasileñas que han pasado por un proceso histórico de expropiación y explotación territorial, en gran parte llevado a cabo por el Estado. Las familias que las componen han desarrollado estrategias de reproducción social basadas en la migración temporal o permanente para trabajar en regiones más desarrolladas del país. En el momento de la investigación, los trabajadores rurales migrantes obtenían sus ingresos mediante la cosecha manual de la caña de azúcar y se sentían amenazados por el proceso inexorable de mecanización y el consiguiente fin de la migración temporal para trabajar en las fábricas de caña de azúcar en el estado de São Paulo. La investigación sobre el impacto de este proceso en el empleo de los trabajadores rurales en este contexto de mecanización reveló otro factor importante que condicionó la migración local, a saber, el impacto del cambio climático, la sequía y la creciente escasez de agua, percibidas por los agricultores a través de la alteración del ciclo de lluvia y un aumento de la temperatura. Así pues, la modernización y el cambio climático han contribuido a que los agricultores estén más expuestos a los cambios contemporáneos del mercado laboral. A estos dos grandes problemas se suman la desintegración de las familias de los agricultores y la precariedad del trabajo, en un proceso de creciente dominación de individuos ya de por sí vulnerables. La hipótesis de la adaptación de los trabajadores a esta nueva realidad, con la diversificación de los flujos migratorios, que sustituye a la hipótesis del desempleo desbordante, nos llevó a construir el concepto de “migración adaptativa” frente a la reducción y la precarización del trabajo.

Palabras clave: Migración. Cambio climático. Modernización. Inseguridad laboral. Desintegración familiar.

Fronteiras simbólicas como espaços vivos *na beira do mar*, de Maria Manuela Margarido, poetisa santomense

*Edmilson Rodrigues**

*“Povo, de ti canto o movimento
teu nome, canção feita de fronteiras”
(MESTRE in FERREIRA, p. 387)*

1 INTRODUÇÃO

A palavra fronteira envolve saberes sobre a cultura e, indubitavelmente, sobre a arte. Tais conhecimentos nada mais são que diálogos interculturais que se estabelecem em espaços sociais entre sujeitos históricos e suas relações globais num conjunto de fenômenos.

Aqueles espelhando o sujeito e o objeto na vivacidade da vida, através do seu instrumento de arte, a literária que denuncia o *modus operandis* da sociedade civil. Esta com sua capacidade linguística reveladora da cultura a qual, segundo Eliot, expressa “antes de tudo, o que os antropólogos entendem: o modo de vida de um determinado povo vivendo junto em certo lugar” (ELIOT in EAGLETON, 2011, p.159).

Na categoria cultura, segundo Eagleton, “entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado” (EAGLETON, 2011, p.11). Nessa dialética entre o que o sujeito faz no mundo e o que o mundo impõe ao sujeito, o texto de Maria Manuela Margarido, poeta santomense, *NA BEIRA DO MAR*, permite a reflexão sobre a teoria do texto que, em sua criação, articula as instituições com a vida, as formas das relações humanas com a história social dos eventos, ampliando o campo específico de fronteiras geográficas para fronteiras simbólicas em suas interações e práticas sociais colaborando mutuamente à construção de suas identidades.

Nessa pesquisa bibliográfica, o texto revela uma permanente tensão entre o que existe no histórico-social e a vocação verdadeira do poeta – na totalidade de sua práxis reveladora do sujeito africano ainda aprisionado nas metáforas do mar: como “ração de combate” (ABREU in SAÚTE, 2004, p. 582).

* UFMA/Axolotl

2 FRONTEIRAS COMO ESPAÇOS VIVOS

O sentido e significado da palavra fronteira desde a concepção das Políticas Públicas envolvem muitas questões - sociais, históricas, geográficas, geopolíticas, linguísticas e econômicas. No entanto, neste texto, vamos tratar da categoria 'fronteira simbólica' como elemento que origina a quebra de paradigmas histórico-sociais do sujeito africano, através do texto poético, criando outras imagens e modos de apropriação da palavra denunciadora de fronteiras culturais e linguísticas resultante de escolhas dos repertórios literários.

A fronteira simbólica é visível nas interações e práticas sociais entre grupos, etnias, famílias e clãs que vivem e colaboram mutuamente com vistas à construção de suas identidades, seus pertencimentos, suas idiossincrasias alijadas pelo europeu, mas reconstruídas na magia do literário. "agora não tenho fronteiras,/ mas quando o exílio da memória/ me retém no espelho dos dias/ ao sentido original das coisas/ regresso" (ARTUR in SAÚTE, 2004, p. 552). Consciente de sua posição no mapa do mundo, o poeta africano está em constante sentido do retorno, como uma urgência de viver e ser sujeito de sua história.

Desse modo, o texto literário, surge como uma (re)elaboração e representação social, histórica, linguística e política de e sobre os sujeitos habitantes de espaços fronteiriços nos "mares-obstáculos,/ outrora grades da nossa prisão,/ testemunhas do nosso sofrer" (CABRAL in ANDRADE, 1979, p. 177) – prisão e fronteira decalcadas no literário.

Essas categorias, aqui no texto, ainda que comparadas com o real sentido histórico de fronteira política, já bem entendido por muitos, trazem concepções e modulações relevantes do literário como fronteiras imaginárias, divisas forjadas, separações impostas e territorialidade linguística como espaços complexos de (re)criações.

Nessa visibilidade de território linguístico, (BERGER 2015, p. 46) define como

Esferas de uso das línguas, não somente as demarcadas pelo poder exercido via instrumentos legais ou por intermédio de instâncias governamentais, mas também por outros agentes e grupos que, no campo das relações, agem sobre os usos das línguas, demarcando espaços de controle e fronteiras relacionais entre os grupos que delas compartilham, de forma descontínua.

Isso tudo porque, as relações culturais, geográficas, econômicas e literárias definem o uso da territorialidade linguística, revelando o personalismo comunitário¹ na forja da língua do dominante, como espaço de controle; no entanto, sabemos que tais partilhas são complexas quando pensadas para o continente africano ante tantas fronteiras forjadas, decalcadas e impostas por colonizadores.

O texto literário, nessa apropriação de imagens, reflete e é refletor de um imenso uso de línguas e culturas que, no uso da expressão linguística, se debruça sobre esse imenso caudal simbólico, “demarcada pelo poder exercido via instrumentos legais”: as línguas.

Poder que cria a consciência social e linguística como espaços de relações e articulações da interculturalidade – “E outros nomes da minha terra/ afluem doces e altivos na memória filial/ e na exacta pronúncia desnudo-lhes a beleza” CRAVEIRINHA in SAÚTE, 2004, p. 73).

À luz dos estudos de Luana Ferreira Rodrigues, (MENDES, STURZA e BERGER, 2023), vejamos algumas definições sobre fronteira como fator relevante para o presente texto.

Fronteiras são fator e contingência da existência dos Estados Nacionais e, antes deles, com menor precisão, de diversos tipos de ordens sociais, das tribos aos impérios multiétnicos. Marcam o alcance de um poder, permitem medir a capacidade de imposição da violência legítima, definem a inclusão e a exclusão, o dentro e o fora, são o termômetro para as mudanças na balança da hegemonia. Definem, enfim, uma grandeza essencial para a existência humana: o território (OLIVEIRA, 2016, p. 59).

Para o estudo deste texto, são destacadas, acima, três categorias cruciais aos estudos das fronteiras, quer sejam imaginário-literárias, como no nosso estudo, quer sejam geopolíticas, quer sejam fronteiras simbólicas e culturais.

Como síntese temos – simbólicas a partir do momento em que as interações e práticas sociais entre grupos que ali habitam vão colaborar para a construção de suas identidades e para a elaboração de uma representação social sobre esses indivíduos e sobre os espaços fronteiriços. Fronteiras culturais, segundo (PESAVENTO, 2006, p. 04), “implicam uma dimensão basculante entre duas realidades, em ambivalência de sentidos: ser um e ser dois ao mesmo tempo, ser si próprio e ser o outro”.

Importar por em relevo que as fronteiras linguísticas, diferentemente das fronteiras geopolíticas, não possuem limites fixados, elas se relacionam com as fronteiras simbólicas, culturais e étnicas, uma vez que se caracterizam pela sua fluidez, mobilidade e permeabilidade.

É possível destacar que as relações entre língua e fronteira são indissolúveis, visto que, as fronteiras linguísticas nos territórios fronteiriços se (re)constróem na interação social, na escolha dos repertórios linguísticos daqueles que se movem em determinado espaço (MENDES, STURZA e BERGER, 2023).

Dito isso, as autoras nos ajudam a afirmar que as fronteiras linguísticas estão diretamente relacionadas aos territórios linguísticos, posto que os limites fixados para o início e fim de um território político não irão coincidir com os limites linguísticos estabelecidos pelas fronteiras simbólicas e culturais dos grupos que vivem naquele espaço social.

Uma definição precisa e unívoca de fronteira é difícil de formular, devido a diversidade de fenômenos que expressa. Ele adquire assim, um significado muito amplo e, às vezes, de contorno indefinido.

No entanto, para esse artigo optamos por fronteiras simbólicas por possibilitarem as interações e práticas sociais entre poetas “procurando afirmar-se no espaço vivo” (MARGARIDO in FERREIRA, 1997, p. 472) da poesia que colabora à construção de suas identidades, com vista à elaboração de uma representação social nos seus espaços linguísticos fronteiriços: “a derrubar/ paliçadas e fronteiras” (MARGARIDO in FERREIRA, 1997, p. 472) outras, através do literário.

3 FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS

Nessa pesquisa, as fronteiras, como “sinais de navegação”, tangenciam as reflexões sobre o texto de Ana Mafalda Leite (1998, pp. 69 e 96) – do capítulo, *Oralidade, Escritas: Ilhas, mares, Rios, Confluências*, onde lemos:

É a partir destes “sinais de navegação” que vamos, porventura, entender as razões que levam os narradores a deslocar os antigos temas urbanos e suburbanos, em que a radicação à terra ganhou terreno e primazia, para essa “fronteira líquida” em que o mar permite entretecer, ora mais óbvia ora mais obtusamente, formas de repensar as culturas, os choques entre a modernidade e a tradição, entre o legado oral e a escrita. (LEITE, 1998, pp. 69 e 70. Aspas da autora).

Nesse entretecer, como sinais de navegação, na poética de Margarido percebemos as características, a presença e os valores dos movimentos sociais e históricos vividos durante o período de colonização. O texto literário revela a unificação das ideias, o socialismo da linguagem, o elemento

central de contestação, pois, a reinterpretação do mundo do colonizador é percebida na abordagem poética como espelho de uma época, modificando e reinterpretando-o sob os estímulos das vicissitudes históricas.

Esses valores revelam os “SERVIÇAIS”, (MARGARIDO in FERREIRA, 1997, p. 472), subordinados aos dogmas do processo da diáspora que os episódios históricos revelam. No entanto, nessa tensão de ideias, o texto literário apresenta outros eventos.

Os episódios de comportamento coletivo constituem amiúdo um primeiro estágio de mudança social, manifestam-se quando se apresentam condições de tensão, mas antes que os meios sociais tenham sido mobilizados para um ataque específico e quiçá eficaz às causas dessa tensão (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO 1992, p. 788).

Posto assim, por um lado, há, no poema de Margarido, uma desestruturação do poema singelo, pois, através da vontade racional, na intervenção do sujeito pensante, os jogos de influências ganham a conversão do dizer sensível, umedecido do sortilégio do sentir marítimo, posto que o poema, como “o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informes às realidades configuradas, uma situação de ambivalência” (CHEVALIER e GHERBRANT, 1999, p. 592), como todo texto poético que emana da pulsão dialética entre a evolução das ideias e a da realidade.

Os malabarismos da linguagem, em Margarido, se estruturam na viagem do ser poeta que navega em memórias, na tênue linha que estrutura o sensível e o perceptível, o ficcional e o histórico denunciando “comportamentos coletivos” que vincam suas narrativas de opressão em “condições de tensão social”.

Nauta onisciente do percurso de viagens, os narradores se apresentam constantemente na travessia metafísica, na qual as imagens são o autêntico vetor de simulação, vividos em estratégias linguísticas disseminadoras de outras travessias. Sua relação com os espaços geográficos dos ilhados se alonga com luz artística que ilumina e transfigura a realidade, pois os textos de Margarido exprimem uma relação imediata com a natureza, no seu intercâmbio orgânico – “ROÇA”, “PAISAGEM”, “CAMINHOS” são exemplos de títulos de poemas nos quais o processo produtivo tem um valor de uso para o consumo, na exploração do humano que “se arrasta/ até explodir/ na alta ânsia de liberdade” (MARGARIDO in FERREIRA, 1997, p. 470).

Navegante das conversões do roteiro de bordo, especula o invisível social que se faz visível na retina da memória. O milagre da criação artística se solda à dimensão do milagre da concepção de liberdade entre imagens marítimas sempre fecundando as fronteiras sociais, históricas, albergadas no literário.

Na elaboração da obra da autora santomense, as relações que aproximam o eu-poético traduzem uma intensa relação afetiva de pertencimento à oficina da opressão: do mar emanam sentidos da prisão do ser com suas histórias temperadas no contínuo da vida enclausurada pela opressão. Pois, para o poeta, a estatura do mar sonda os vazios da linguagem poética, com percursos intervalares, para se impor em signos reais prenhes de enigmas e vozes.

O espírito poético adensa o vigor das metáforas marítimas, criando laços de pertencimentos entre o processo de escrita do poeta sobre o mar como escrita que preenche os vácuos da linguagem do dominante, por não perceber que – “nas águas/ Estão acessas a esperança” (MARGARIDO in FERREIRA, p. 472).

Ante o poderoso mecanismo de invenção/simulação, o poeta mostra a potência, onde sensibilidade e desejo de evasão se confundem, qual a fronteira simbólica que se adensa entre a consciência política e a poética que conscientiza pelo vigor da palavra como, (“Geopolítica do medo: *À frente da história seguem os heróis/ os santos e os poetas*” (MESTRE in FERREIRA, 1989, p. 137 itálico do autor)) travessia sondável no percurso da linguagem.

O poema surge, pois, dentro de um quadro de referências da ação social do capitalismo que, desde sua chegada venceu, na imagem do mar, a gênese do conflito existencial africano, despertando a consciência dos que se defrontam nas fronteiras imaginárias, sociais e históricas.

NA BEIRA DO MAR

Na beira do mar, nas águas,
Estão acessas a esperança
o movimento
a revolta
do homem social do homem integral

Inclino-me para além das próprias fronteiras
varrendo com decisão
os imensos quilômetros de distância
E todos os caminhos tomam
o caminho da ilha

Nenhuma luz nos ofusca a visão
e dolorosamente nos encontramos,
acertando o passo
acertando as ideias
procurando afirmar-nos no espaço vivo

A terra é nossa,
guarda a marcha dos nossos pés,
está empapada pelo nosso suor:
eis que avistamos a hora rubra do amanhecer
quando os papagaios se lançam no espaço
desfraldando uma bandeira ardente
e no céu cru da ilha a palavra justiça
ondula.
(MARGARIDO in FERREIRA, p.473)

O texto da autora santomense doa formulações globais sobre movimentos sociais, linguísticos e, principalmente, sobre fronteiras simbólicas. Todavia, tangencia um ponto principal de reflexão, por permitir de imediato, uma visão do fenômeno coletivo que revela a consciência de um destino comum – o processo de colonização com a chegada dos navios europeus. As condições de tensão e desespero, as experiências subjetivas e objetivas revelam a dialética, centro-periferia, presente no poema.

Dessas digressões acima, metaforizando a criação entre poesia e romance, forma e conteúdo, podemos lembrar o essencial da enunciação do pensamento dialético que produz a eliminação da indiferença da forma em relação ao conteúdo. Assim, a forma romance compreenderia a afirmação do mundo burguês, enquanto que o conteúdo da poesia insere “a revolta/ do homem social do homem integral” (MARGARIDO in FERREIRA, p.473). na realidade do processo histórico.

Dessa modalização dialética, o título – NA BEIRA DO MAR – define tanto beira, no sentido de orla, margem, como pela opção da tipologia poética, negação do centro determinante do sucesso, da forma, do estilo e da temática do europeu que se insere nos espaços por tipologias canonizadas. A tipologia – poesia – confirma a práxis poética² dos africanos como canto armado “Para o alto mar e para os grandes celeiros” (FERREIRA in NEVES, 1963 p.25).

Daí surge a identidade do pensamento de rebeldia que se fundamenta no processo de criação poética. O sujeito histórico, o poeta africano, e o objeto, a palavra poética, ganham a dimensão das metáforas marítimas tradutoras de novas consciências das relações sociais. Conteúdo que aqui, aprisiona a forma para declarar a dualidade do fazer poético, NA BEIRA DO MAR surge como expressão da emancipação, ícone de reflexões sobre o passado passível de releituras em abordagens críticas.

No entanto, o caráter inovador, está no uso recorrente da palavra mar que, aparentemente, nomeia apenas o significado. Porém, para o poeta, o signo mar entra no campo das metáforas inusitadas por alcançar um

lugar significativo nas reflexões sobre o processo da diáspora. Assim, no fundamento de conhecimento que esbulha o critério de verdade, o poema ressignifica o momento devastador, o “Prelúdio”: “Quando o descobridor chegou/ e saltou da proa do escalor varado na praia (...) nessa hora inicial/ começou a cumprir-se/ este destino ainda de todos nós” (BARBOSA, in APA, BARBEITOS e DÁSKALOS, 2003, p. 128).

Sabemos, pois, que os poetas bradam – “O mar transmitiu-nos a sua perseverança/ Aprendemos com o vento a bailar na sua desgraça” (MARTINS, in APA, BARBEITOS e DÁSKALOS, 2003, p. 153). Esse elemento confirmante da presença do colonizador imprime na alma do sujeito africano – “O drama do Mar/ o desassossego do Mar,/ sempre/ sempre/ dentro de nós” (BARBOSA, in APA, BARBEITOS e DÁSKALOS, 2003, p. 125). O sujeito plural, devastado pelo salto da proa, como percebido nos excertos, consolida-se neste último exemplo – “Namorando a morabeza dos oceanos/ fraternalmente somos África” (AURIGEMMA, in APA, BARBEITOS e DÁSKALOS, 2003, p. 185).

Fraternalmente, porque, “nas águas,/ estão acessas a esperança/ o movimento/ a revolta”. A palavra morabeza traduz bem essa ideia – afabilidade, hospitalidade – dito assim, o personalismo comunitário confirma o valor absoluto do poeta africano, via opção da temática do mar, reiterando os vínculos de solidariedade com outros poetas.

Na morabeza da “esperança”, “movimento”, “revolta” são três palavras que revelam a concepção marxista da luta de classes exemplificada na síntese de Lukács, em parágrafos anteriores, e que aqui será apropriada para afirmar que: o pensamento é “a esperança”; a realidade em sua dinâmica é “o movimento”; o sujeito está expresso na palavra “revolta” que situa o poeta como conhecedor e agente do sistema opressor colonial.

Tais ideias estão unidas à autoconsciência do sujeito histórico que se identifica, no texto de Margarido, como “homem social”, “homem integral”. Na lide entre sujeito e objeto, observamos o suceder dos acontecimentos que provocam uma mudança das categorias do pensamento sobre a fronteira qual “espaço vivo” na marcha do desenvolvimento da história. Posto que, em o “homem social” o sujeito se deseja inserido nos desenhos das políticas públicas como sujeito de direitos e não mercadoria do capital.

O “homem integral” desperta pensar na gênese do desenvolvimento da relação capitalista que depende de fatores da ordem social, econômicos e institucionais historicamente variáveis. A ação literária é, aqui, nesta análise, a ação política que se integra no âmbito do sistema das fronteiras simbólicas que são ultrapassadas, via artefato linguístico, para denunciar a lógica dos modos de produção.

Os choques entre a modernidade e a tradição, de que fala Leite (1998), estão impressos nos versos – “Inclino-me além das próprias fronteiras”. O sujeito histórico busca o sentido da evasão, da partida consciente que destrói as fronteiras minadas para reconstruir no inclinar as fronteiras culturais, sendo um e dois ao mesmo tempo.

Dualidade presente no excerto que afirma. “Nenhuma luz nos ofusca a visão/ e dolorosamente nos encontramos,/ acertando o passo/ acertando as ideias”. A simbologia de acertando os passos e ideias é denunciadora do trafegar, do atravessar fronteiras porque as luzes já não ofuscam o sentido da liberdade.

O romper as fronteiras simbólicas permite a fluidez e mobilidade linguística que possibilita a reflexão sobre a própria condição que reivindica que, após acertar as ideias, os sujeitos estão “procurando afirmar(-se) no espaço vivo” (MARGARIDO in FERREIRA, p. 472). Assim, a solidariedade, a hospitalidade da produção – em conjunto com as forças produtivas – vão definir a resultante da luta de classes: o transformador das condições por eles mesmos criadas, desde “varrendo com decisão”, para finalmente declarar: “A terra é nossa”, ou seja, os meios de produção que, também, exprimem uma relação imediata com a natureza.

Relação que é revelada na atividade sensível, mas também, na intimidade do sujeito com esse espaço natural/vivo, pois, segundo ele, “A terra é nossa”, porque “guarda a marcha dos nossos pés”. O sentido de ser soldado do capital está no uso da palavra marcha, em lugar de marca.

Vale destacar que, a fronteira entre a linguística do mundo luso e a do africano é minada pela metáfora inusitada que denuncia o uso das forças sobre o sujeito que lavra a terra e não apenas pelo padrão que confirma a conquista e apropriação, através do marco divisor. Vinca, assim, a palavra marcha os conflitos históricos e sociais denunciando a falsidade de suas configurações.

O processo de exploração, perceptível no verso – “está empapada pelo nosso suor”, se converte em processo de produção dos que estão em luta interna, pois declaram – “eis que avistamos a hora rubra do amanhecer” (MARGARIDO in FERREIRA, p. 472).

No panorama da fronteira simbólica, o poeta caboverdiano, Manuel Lopes afirma: “Nunca parti deste cais/ e tenho o mundo na minha mão!” (LOPES in FERREIRA, 1989, p. 190). Tal imagem nos proporciona confirmar a frequência do trânsito de culturas ao qual foram submetidos os africanos quando da presença dos europeus, confirmando a interação e as práticas sociais ali impostas. O que é visível no verso de Margarido – “eis que avistamos a hora rubra do amanhecer”.

As evidências das conexões entre explorador e explorado, desde o texto de Margarido, demonstram os liames que ligam os eventos – simbólicos e literários, sociais e históricos, econômicos e políticos, colaborando à construção imaginária do que está posto nos dois últimos versos do poema – “e no céu cru da ilha a palavra justiça/ ondula”.

A título de conclusão, a palavra “justiça” revela o teor do sentido da práxis, pois o texto de Manuela Margarido permitiu perceber a interpretação do mundo, conseguindo ver o “verdadeiro” e o “verificado” desde a atividade produtiva do sujeito africano no real sentido da atividade prático-criativa: a palavra poética “de abandono e medo” (MARGARIDO in FERREIRA, p. 470).

4 CONCLUSÃO

O texto de Margarido possibilitou articular as instituições com a vida, as relações humanas com a história em diálogo com as fronteiras simbólicas em suas interações e práticas sociais em permanente construção das identidades dos sujeitos africanos – “Preciso ser um outro/ para ser eu mesmo” (COUTO in SAÚTE, 2004, p. 493).

As combinações e provocações culturais, simbólicas e históricas, (“dos tempos pelo medo habitados,/ ora já cindidos/ pela baioneta lacerante da liberdade” (BUCUANE in SAÚTE e MENDONÇA, p. 258)) desde a metáfora das fronteiras simbólicas, favorecem perceber estratégias cognitivas, imaginárias, estéticas e sociais no processo de criação poético/libertárias. Tais leituras, em consórcio com o que lhes cerca, o mar, tornam-se mais significativas e inovadoras do ponto de vista das metáforas inusitadas, cujo vetor da apropriação simbólica é o mar como ícone de (re)reflexão: enigma de rebeldia e libertação derrubando paradigmas fronteiriços.

O texto de Maria Manuela Margarido despertou habilidades e competências linguísticas e culturais, comprometidas, com a poética marítimo/denunciadora, através da leitura reveladora do processo de contradição social, humana e econômica, nele marcante através da mediação do literário.

A práxis, como ação que denuncia a unidade entre o sujeito e objeto, traduz a *poiesis* das relações humanas, através de NA BEIRA DO MAR que se funda no ato simbólico – o literário – de liberdade e conquista de igualdade entre os sujeitos que “sonha(m) na distância/ uma vida mais livre” (MARGARIDO in FERREIRA, p. 472).

NOTAS

¹ Personalismo designa um movimento surgido na França, por volta de 1930, em torno da revista “Espirit”, sob a guia de Emmanuel Mounier (1905-1950). Este movimento desenvolve uma concepção filosófica, chamada Personalismo comunitário, que insiste no valor absoluto da pessoa e nos seus vínculos de solidariedade com as outras pessoas. O humanismo personalista de Mounier se opõe tanto ao individualismo burguês, objeto de uma crítica intransigente, como ao coletivismo soviético, não deixando de simpatizar, todavia, com o marxismo, com o qual travou um intenso diálogo “espiritual”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO 1992, p. 925 aspas dos autores).

² A Práxis é o ato que realiza a unidade entre o sujeito e o objeto, na medida em que traduz em nova estrutura econômica a consciência das relações entre os homens. Nela coincidem as determinações do pensamento e o desenvolver-se da história. Por isso, a Práxis é a consciência da totalidade e a sua realização. A consciência, porém, não precede a ação; pelo contrário, ela funda-se no ato. O proletariado, escreve Lukács, conhece a própria situação enquanto luta contra o capitalismo e age enquanto conhece a própria situação. Em síntese, são três os termos usados por Lukács: 1) o pensamento; 2) a realidade em sua dinâmica; 3) o sujeito. A Práxis é o ato revolucionário que realiza o sujeito (o proletariado) como conhecedor e agente ao mesmo tempo que, simultaneamente, fundamenta a identidade do pensamento e da história (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO 1992, p. 989).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. **Antologia temática de poesia africana 2 – O canto armado**. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- APA, Livia, BARBEITOS, Arlindo e DÀSKALOS, Maria Alexandre. **Poesia africana de língua portuguesa (Antologia)**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003.
- BERGER, Isis Ribeiro. **Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil – Paraguai: um olhar a partir do Observatório da Educação na Fronteira**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2v. Brasília: Edunb, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2006.
- CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflito. In: Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG), 13., 2008, Cascavel. **Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG)**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/4296/3309/15714>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

- CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**: literatura e nacionalidade. Lisboa: Vega, 1994.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- FERREIRA, Manuel. **50 poetas africanos**. Lisboa: Plátano Editora, 1989.
- FERREIRA, Manuel. **No reino de Caliban II**. Lisboa: Plátano Editora, 1997.
- NEVES, João Alves das. **Poetas e contistas africanos**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, Varsóvia, n. 8, p. 9-19, jan. 2006. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/228>>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAÚTE, Nelson, **Nunca mais é sábado** – antologias de poesia moçambicana. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

RESUMO

O presente trabalho elabora uma visão do sujeito diaspórico africano através da metáfora das fronteiras simbólicas que o texto literário, “Na beira do mar”, de Manuela Margarido - santomense, através da marca do “humanismo personalista”, (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992), denuncia. A poeta santomense articula o modo de apropriação do sujeito histórico submisso ao mundo do capital desde a criação de fronteiras forjadas pelos acordos coloniais.

Palavras-chave: Fronteiras simbólicas e linguísticas; Cultura; Literatura.

ABSTRACT

The present work elaborates a vision of the African diasporic subject through the metaphor of the symbolic borders that the literary text, “Na beira do mar”, by Manuela Margarido - from São Tomé, through the mark of “personalist humanism”, (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992), denounces. The Sao Tome poet articulates the mode of appropriation of the historical subject submissive to the world of capital since the creation of borders forged by colonial agreements.

Keywords: Symbolic and linguistic borders; Culture; Literature.

Infancias migrantes y fronteras: un estado de arte poco visible

Laura Janaina Días Amato
Daniel Alejandro Cubides

1 INTRODUCCIÓN

El escrito se encuentra estructurado en cinco momentos. En un primer momento, se describe una reflexión general del sistema dominante y la forma en que engendra una sociedad acrítica, homogeneizada y miserable, normalizando con ello: la ruptura del tejido social, los espacios violentos transfronterizos y la deshumanización de las niñas y los niños que circulan por el mundo.

En un segundo momento del texto, se analizan las políticas que utilizó Estados Unidos para frenar el tránsito de niñas y niños migrantes; imponiendo al mismo tiempo, una especie de patrón a seguir para los países de Latinoamérica.

Para el tercer momento, se analiza la relación entre: infancias migrantes, fronteras y derechos de las niñas y niños migrantes. Ya que, de esta forma, es posible: 1) Comprender la circulación de un poder simbólico en las regiones fronterizas de Brasil; y, 2) Formular distintas relaciones materiales e inmateriales, las cuales evidencian los *poderes simbólicos fronterizos* y las infancias que migran.

En un cuarto momento, se evidencia el análisis y la elaboración de los gráficos 1 y 2. Pues la migración infantil, además de ser un tema multifactorial, también, exige una elaboración gráfica en **los estados de investigación exploratoria**. De hecho, y a partir de las tesis y disertaciones analizadas, se exige una ampliación en los estudios mencionados.

Por último, se logra concluir que ante el avance económico y civilizatorio del sistema imperante, se hace urgente avivar las relaciones entre adultos e infantes migrantes. Pues, la figura no considerada de las mismas sólo revela la carencia de un gran diálogo intergeneracional en el siglo XXI.

2 LA DESHUMANIZACIÓN DE LAS NIÑAS Y NIÑOS QUE CIRCULAN POR EL MUNDO

El sistema hegemónico que se impone en la actualidad se arraiga principalmente en el beneficio económico de una pequeña fracción de la humanidad. Por ejemplo: las 26 personas más ricas del mundo, ya poseían, en

el año 2019, más dinero que lo reunido por la mitad de la humanidad (MEJÍA, 2021). En ese sentido, el sistema dominante no sólo genera riqueza material; también engendra una sociedad adulta, que se hace injusta, homogeneizada y miserable (pobreza inmaterial). Tal y como lo plantea, Silveira (2020) “por conta de um crescimento ilimitado que objetiva a acumulação e apropriação capitalista, paulatinamente, permite a confluência de muito nas mãos de poucos, enquanto para a grande massa resta a miséria e a ignorância”. Aun así, el mayor peligro para la humanidad no se instaura en el binomio acumulación-miseria, más bien, se ubica en la ruptura de su tejido social. El problema con ello es que al normalizar la injusticia que evoco la reciente individualidad, se engruesan los espacios violentos para las infancias¹.

En ese orden de ideas, pareciera que el sistema actual de capitales transnacionales fuera quién más se beneficiará con la fragmentación social de la humanidad (adultos, infancias, juventudes, adultos mayores etc). De hecho, en los últimos informes publicados por *Oxfam*², se afirma que “La riqueza de los 10 hombres más ricos se ha duplicado, mientras que los ingresos del 99 % de la humanidad se habrían deteriorado a causa de la Covid-19” (PINEDA, CALLE, MEJÍA, GARCÍA, & RODRÍGUEZ, 2022, p.10). De esta forma, la migración infantil de los últimos años junto a una reflexión crítica del actual contexto heredado por el Covid-19 exhibe la hipótesis de un espacio que se hace globalmente feroz, violento y adultocéntrico. En él, se normaliza la individualidad, la injusticia, la pobreza, el desempleo, y a su vez, transforma a las niñas y los niños migrantes en seres globalmente deshumanizados. Y de hecho, nos atrevemos utilizar el término *deshumanizar*, pues concordamos con la definición del filósofo Rego (2014).

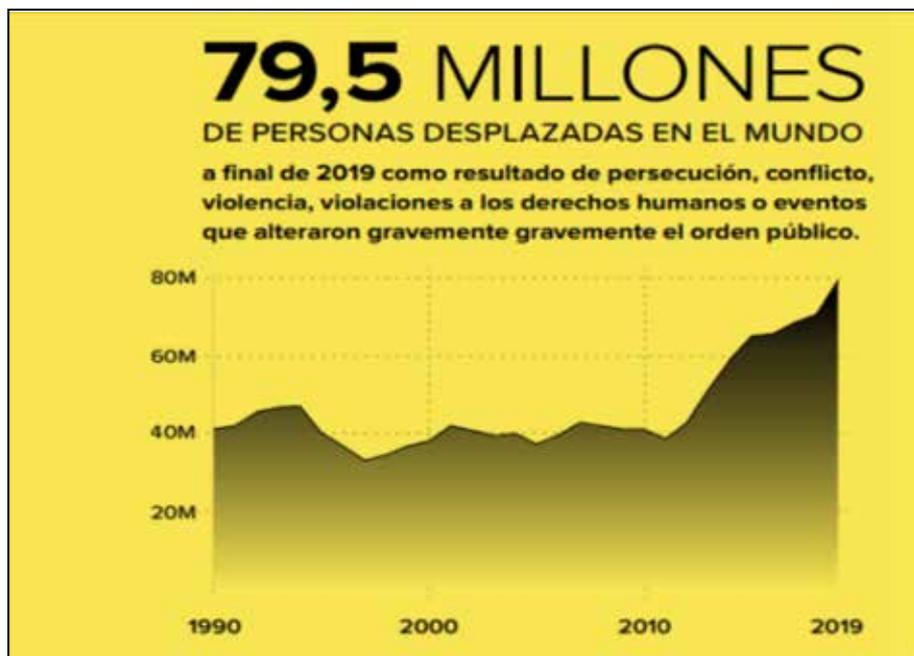
Conjunto de discursos e práticas de uns sobre outros, de opressores sobre oprimidos, por meio de ações violentas ou de descaracterizações e desconsiderações do outro como “humano”, considerando como “detentor” de outro tipo de humanidade que não aquela imposta pelo modelo vigente, com o intuito de subjugar-lo e/ou eliminá-lo, que aqui será denominado de desumanização (2014, p.44).

Lo mencionado en párrafos anteriores nos permite intuir la escala global y total del actual modelo económico-civilizatorio. Es decir, no sólo se observan configuraciones deshumanizantes en el campo político; sino también, se logran observar fragmentaciones éticas, sociales, económicas,

académicas, territoriales etc. Todo ello, a escalas locales, nacionales, regionales y globales. Lo mencionado anteriormente, se puede evidenciar en los siguientes informes:

- a) En el informe **Tendencias Globales de Desplazamiento Forzado en 2019**, se logró determinar, que el 40% de las personas desplazadas en el mundo eran niñas y niños menores de 18 años. Así mismo, el informe indica que en la década de los 1990 eran 40 millones de personas desplazadas por el mundo, mientras que, en el año 2019, la cifra ya ascendía a 79,5 millones de personas (ACNUR, 2019). Con ello, se evidencia: La falta de compromiso que poseen los gobiernos (especialmente, de las últimas décadas) por desacelerar la migración, y, por otra parte, el aumento incesante de los rostros infantiles y migrantes en el mundo.

Figura 1: Personas desplazadas en el mundo (año 2019)



Fonte: ACNUR, 2019.

- b) Otro documento publicado por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados ACNUR (2021), informó que:
- Las niñas y niños representan el 30% de la población mundial, pero equivalen al 41% del total de la población desplazada por la fuerza.

- El 42% de todas las personas refugiadas y venezolanas desplazadas en el extranjero a fines de 2021, eran niñas y niños.
- Más de la mitad (52%) de las solicitudes de reasentamiento se refieren a niñas y niños.
- El 48% de las personas desplazadas a través de las fronteras son mujeres e infancias.

Figura 2: Personas desplazadas a través de las fronteras (Año 2021)



Fonte: ACNUR (2021)

3 LA POLÍTICA MIGRATORIA: TÍTULO 42, Y SU INFLUENCIA EN LATINOAMÉRICA

Para el año 2020, el presidente Donald Trump estableció un conjunto de políticas migratorias que buscaban frenar los tránsitos indeseados. Estas acciones fueron denominadas de: **Título 42**. Sin embargo, a medida que el conjunto de políticas empezó a implementarse, también, se comenzaron a observar detenciones arbitrarias, expulsiones ilegales, prohibiciones artificiales (sin sustento científico), y otras cosas afines. Inclusive y bajo la idea de: “*representan un riesgo para la salud*”, la figura de las niñas y los niños migrantes se tornó un riesgo para la salud pública de los Estados Unidos. Frente a este hecho, Amnistía Internacional afirmó lo siguiente:

Durante el primer año de esta desastrosa y discriminatoria política (de marzo de 2020 a marzo de 2021), los gobiernos de Trump y Biden han expulsado de manera ilegítima a más de medio millón de personas migrantes y solicitantes de asilo, incluidos los más de

“13.000 menores de edad no acompañados” que fueron expulsados por el gobierno de Trump. Amparándose en una oscura disposición del “Título 42” del Código de Estados Unidos, ambos gobiernos han esgrimido falaces motivos de salud pública para negar a solicitantes de asilo su derecho humano a pedir protección ante la persecución y ante los graves abusos contra los derechos humanos por los que miles de ellos se han visto obligados a huir de sus países. La mayoría de esas personas migrantes y solicitantes de asilo fueron devueltas a México o a sus países de origen en la región del Triángulo Norte centroamericano: El Salvador, Guatemala y Honduras (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2021, p. 16).

Cabe señalar que muchos de los países que conforman la región de latinoamérica no rechazaron el patrón violento, ilegal, xenofóbico, adultocéntrico y militar que implementó el país del Norte. De hecho, y en medio de una pandemia global de Covid-19, los gobiernos latinoamericanos también utilizaron su aparato militar en contra de la comunidad migrante. Con ello, se evidencia que las políticas implementadas por los países del Norte se tornan una especie de patrón a seguir para los países de latinoamérica. Si tenemos en cuenta que el “48% de las personas desplazadas a través de las fronteras son mujeres e infancias” (ACNUR, 2021, s/p.), el último recurso a ser utilizado por un gobierno en áreas de frontera, debe ser la implementación del aparato militar. En ese orden de ideas, se visibiliza “La violación de los Derechos Humanos, infantiles y Migrantes” (ACNUR, 2021, s/p.). Un ejemplo de ello, es la siguiente cita que nos comparte la Corte Interamericana de Derechos Humanos:

En el marco del cierre total o parcial de las fronteras, las fuerzas armadas — solas o en conjunto con los cuerpos policiales — estarían participando en operativos de control migratorio y para reforzar la seguridad y vigilancia de las fronteras estatales. Ello, con el fin de impedir el ingreso, salida y el tránsito de personas que se desplazan en distintas situaciones migratorias y documentales. Adicionalmente, la Comisión nota que la participación de las fuerzas armadas en tareas relacionadas con el control migratorio de un país elevaría las denuncias sobre el uso excesivo de la fuerza en contra de población

en situación de movilidad humana. Ante este panorama, la CIDH observa con preocupación casos donde se utiliza de forma creciente a las fuerzas armadas en diferentes países de la región, tales como Brasil, Chile, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua y Perú. (ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS, 2021).

4 LAS INFANCIAS MIGRANTES, LAS FRONTERAS Y LOS DERECHOS DE LOS NIÑOS

Antes de iniciar cualquier tipo de reflexión: *Infancias migrantes - Fronteras*, consideramos prudente realizar un acercamiento al concepto de Frontera. Según Santa Bárbara & Haesbaert (2001)

A realidade de fronteira representa não só o desencontro de diferentes visões de mundo, como também, por conseguinte, a coexistência de diferentes espaço-temporalidades. Esta “contemporaneidade da diversidade” é a responsável pela definição tanto da individualidade quanto da identidade dos agentes sociais aí envolvidos (SANTA BÁRBARA & HAESBAERT, 2001, p. 1).

En ese orden de ideas, se recalca la frontera como un espacio de coexistencias, conexiones, dinamismos y panoramas diversos. A su vez, la interacción “frontera-infancias” hace visibles a las niñas y niños migrantes. A propósito de ello, Dhein (2021) indica que “a criança-migrante encontra na infância a potência para se produzir para além da - ou com - saúde, educação e segurança. Integração na comunidade de acolhida extrapola essa tríade. A infância possibilita outros encontros. Um novo território se configura” (DHEIN, 2021, p. 77).

Pensando así, vemos que la sociedad se (re) organiza en el mismo instante en que acoge a las infancias que migran. Esto es muy importante, ya que abre el debate social, sobre los derechos de las niñas y los niños migrantes. Por ejemplo y en esa misma línea, Bhabha afirma que “as crianças migrantes deveriam ser tratadas primeiramente como sujeito de direitos que necessitam de proteção do mesmo modo que as crianças nacionais que carecem de cuidados familiares, e posteriormente, como migrantes.” (BHABHA, 2014, apud GRAJZER, VERONESE & SCHLINDWEIN, 2021).

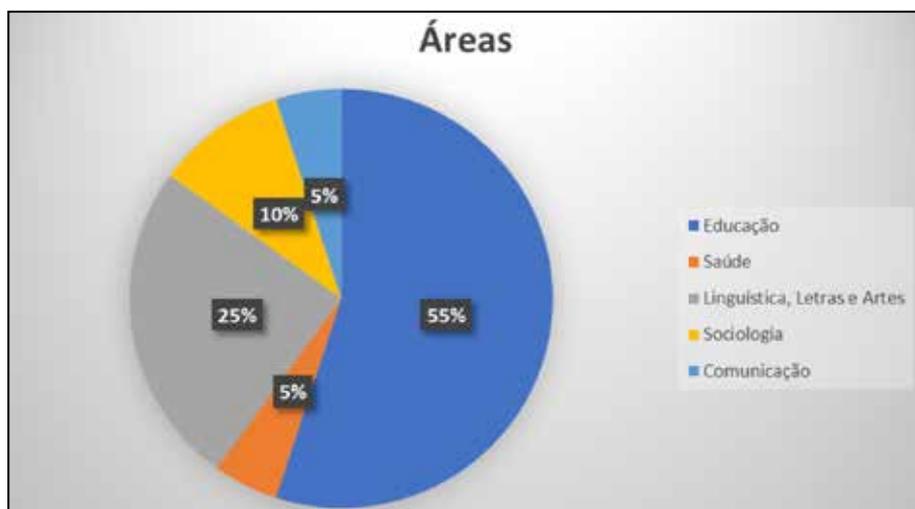
De esta forma, las fronteras se pueden transformar en espacios protectores, defensores y garantes de los derechos de las niñas y niños que

migran por el continente. Pues, la visión infantil y migrante ha desvelado la deshumanización del aparato legal, ético, académico, económico, social, etc.

5 INFANCIAS MIGRANTES Y FRONTERAS: EL ARTE DE UNA INVESTIGACIÓN EXPLORATORIA

La migración infantil es un tema multifactorial que debe ser abordado desde diferentes áreas del conocimiento. Por eso, creemos que debe existir una ampliación en los estudios. Sin embargo, a partir de las tesis y disertaciones analizadas, llegamos al Gráfico 1.

Gráfico 1: Principales áreas de estudio sobre la relación “migración – niñez – triple frontera”

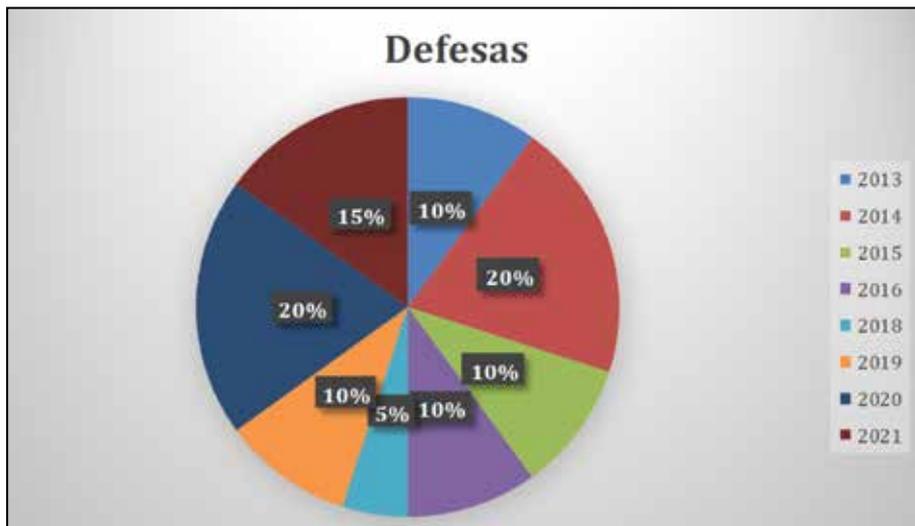


Fuente: investigación en la base de datos de tesis y disertaciones de la CAPES

Como se puede observar en el *Gráfico 1*, en las Ciencias Humanas hay un mayor foco en tres áreas, pero la suma no supera la mayor área de interés en los estudios de la relación “migración – niñez – triple frontera”, que es la Educación. Entendemos que hay una conexión clara y lógica entre el área y el tema, pero este levantamiento demuestra la falta de estudios multidisciplinarios que ayuden en la comprensión del fenómeno y que, por lo tanto, puedan ayudar en la formación y elaboración de políticas públicas efectivas. Áreas como Economía, Arquitectura y Urbanismo, Geografía, entre otras, también están involucradas en el trinomio “niñez – migración – frontera”. Se observa entonces, que es un tema que aún carece de discusión en áreas más allá de la Educación y los Estudios Lingüísticos.

En el Gráfico 2, presentamos el porcentaje de defensa de tesis y disertaciones que trabajan exclusivamente la tríada “infancia – migración – frontera”.

Gráfico 2: porcentaje de defensa de tesis y disertaciones que trabajan exclusivamente la tríada “infancia – migración – frontera” (2013 – 2021)



Fuente: investigación en la base de datos de tesis y disertaciones de la CAPES

Al observar el Gráfico 2, podemos identificar un aumento significativo en las investigaciones defendidas a partir de 2015 (año en que se inició un gran flujo migratorio fronterizo entre Brasil y Venezuela). A pesar de que las fronteras ya coexisten desde hace décadas con la migración conmutada, es decir, aquella donde hay un ir y venir de población fronteriza, fue recién, con la migración masiva de venezolanos, que el tema migratorio se convirtió en un problema a ser abordado. Por ejemplo, el 70% de las tesis y disertaciones fueron defendidas entre 2015 y 2021, coincidiendo con el flujo fronterizo por la crisis venezolana.

Algo sorprendente y que nos llamó la atención fueron las instituciones en las que se desarrollaron los trabajos. Si bien, la mayoría de las Instituciones de Educación Superior (IES), están ubicadas en la región Sudeste. También, podemos decir que la mayoría de las defensas se realizaron en instituciones ubicadas en el Medio Oeste. Lo citado anteriormente, se puede observar en el Gráfico 3:

Gráfico 3: Regiones de Instituciones de Educación Superior - IES donde se realizan investigaciones sobre la tríada “infancia – migración – frontera”, en Brasil.



Fuente: investigación en la base de datos de tesis y disertaciones de la CAPES

Como hemos observado, las regiones que tienen fronteras con otros países, son las que están más interesadas en la investigación de la tríada “infancia-migración-frontera”. Y por último, podemos decir que el hecho de que este tema se restrinja a estas regiones y no se lleve a los grandes centros, puede llevar a una falta de interés en pensar acciones y políticas públicas para dicha población. Esto convierte a Brasil en un país central, donde se diseñan planes desde y para los grandes centros, confirmando así una lógica centralizadora y también adultocéntrica.

6 CONSIDERACIONES FINALES

Por último, podemos plantear dos hipótesis fundamentales:

- La migración forzada es, mayoritariamente, un tema de género e infancia; que, a su vez, busca una reproducción infinita del actual sistema imperante (adultocéntrico, patriarcal, capitalismo voraz, injusto etc.);
- El camino que proponen los actuales Estados-nación para reducir la migración infantil continúa cimentando en la ruptura violenta del tejido social que ha construido la humanidad, pues, en la mayoría de

las ocasiones no se tiene en cuenta la visión diversa y contemporánea que las infancias y, especialmente las infancias migrantes, construyen en su tránsito por el espacio (sea un espacio local, nacional regional y/o global);

- De acuerdo con el arte de la investigación exploratoria, observamos que en el tema de la niñez migratoria, sobre todo cuando nos enfocamos en las regiones fronterizas, existen pocas investigaciones, y las que existen se concentran en los sectores educativo y/o en áreas de las lingüísticas.

Por último, consideramos que la niñez migrante del sur global puede “ser la manifestación de la creatividad de una cultura renovada no solo descolonizada sino novedosa, y basada en un diálogo intercultural” (Liebel, 2016,p.266). Por ello, consideramos necesario el planteamiento de políticas públicas transfronterizas, desde la visión de las infancias y, especialmente, desde la visión de las infancias migrantes. Pues, al trascender los límites que impone la frontera adultocéntrica, se visualizan nuevas configuraciones *socio-espaciales*.

NOTAS

¹ Queremos ejemplificar lo mencionado, con las palabras de la académica Catherine Walsh: Covid-19, herramienta para romper el tejido social. Ver más información en: <<https://www.uv.mx/prensa/general/covid-19-herramienta-para-romper-el-tejido-social-catherine-walsh/#:~:text=%2D%20La%20enfermedad%20Covid%2D19%20es,participaci%C3%B3n%20en%20el%20ciclo%20de>>.

² Oxfam es un movimiento global formado por personas que trabajan juntas para combatir la desigualdad y, así, acabar con la pobreza y la injusticia. Ver más información en: < <https://www.oxfam.org/enLA> >.

REFERENCIAS

ACNUR, **Tendencias Globales:** desplazamiento forzado en 2020. Disponible en: <<https://www.acnur.org/60cbddfd4.pdf>>. Acceso 15 de dec de 2022.

ACNUR, **Tendencias Globales:** desplazamiento forzado en 2019. Disponible en: <<https://www.acnur.org/stats/globaltrends/5eeaf5664/tendencias-globales-de-desplazamiento-forzado-en-2019.html>>. Acceso 15 de dec de 2022.

- AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Empujados al peligro devoluciones forzadas de niños y niñas migrantes no acompañados efectuadas por Estados Unidos y México**, 2021. Disponible en: <<https://www.amnesty.org/es/documents/amr51/4200/2021/es/>>. Aceso 15 de dec de 2022.
- DHEIN, G. **Uma cartografia-criança-migrante - uma entrada**: trabalho; uma condição: Vulnerabilidade; uma acolhida: Escola. Tese de Doutorado, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.
- GRAJZER, T. D. E., VERONESE, J. R. P., & SCHLINDWEIN, L. M. A proteção de crianças migrantes e refugiadas: desafios contemporâneos. **Zero-a-seis**, 23(43), 652-673, 2021.
- LIEBEL, M. ¿ Niños sin Niñez? Contra la conquista poscolonial de las infancias del Sur glob. **Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales**, 3(5), 245-272, 2016.
- MEJÍA, M. **Educación (es), escuela (s) y pedagogía (s) en la cuarta revolución industrial desde nuestra América**. Tomo III. Bogotá DC Colombia. Ediciones desde abajo. 2020.
- OEA. **La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos**. [s.i], 2021 Disponible en: <<https://www.oas.org/es/cidh/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/082.asp>>. Aceso 16 de dec de 2022.
- PINEDA, B., CALLE, M. D. C., MEJÍA, C., GARCÍA, G., & RODRÍGUEZ, E. Las desigualdades matan. **Informe de Oxfam**, 2022.
- REGO, P. L. **Caminhos da desumanização**: análises e imbricamentos conceituais na tradição e na história ocidental. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- SANTA BÁRBARA, M. D. J., & HAESBAERT, R. (2001). Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças. **GEOgraphia**, 3(5), 33-46, 2001.
- SILVEIRA, D. M.. **“Profe, tem trabalho ou a gente pode brincar?” A percepção do que é trabalho na educação infantil**: estudo de caso na fronteira Brasil/Uruguai. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo aportar en la construcción de reflexiones académicas que aborden la tríada: infancia, migración y triple frontera. Partiendo de este punto, se realizó una encuesta en el banco de tesis y disertaciones de la CAPES. Observamos cualitativa-quantitativamente los datos y verificamos el predominio de tesis y disertaciones defendidas en IES que se encuentran ubicadas en las regiones de frontera. Podemos concluir la pertinencia del escrito, pues, no sólo cuestiona las vivencias de las infancias que transitan por las regiones fronterizas; sino, también, se demuestra una gran carencia en la producción científica que equipara niñez, migración y frontera.

Palabras Clave: infancias; migración; triple frontera.

MIGRANT CHILDREN AND BORDERS: A LITTLE VISIBLE STATE OF THE ART

ABSTRACT

This work aims to contribute to the construction of academic reflections that address the triad: childhood, migration and triple border. Starting from this point, a survey was carried out in the bank of theses and dissertations of CAPES. We observe the data qualitatively-quantitatively and verify the predominance of theses and dissertations defended in HEIs that are located in the border regions. We can conclude the relevance of the writing, since it not only questions the experiences of childhoods that pass through the border regions, but also, a great lack is demonstrated in the scientific production that equates childhood, migration and border.

Keywords: childhoods; migration; triple frontier.

CRIANÇAS MIGRANTES E FRONTEIRAS: UM ESTADO DA ARTE POUCO VISÍVEL

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir na construção de reflexões acadêmicas que abordam a tríade: infância, migração e tríplice fronteira. A partir deste ponto, foi realizado um levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES. Observamos qualitativa-quantitativamente os dados e verificamos a predominância de teses e dissertações defendidas em IES localizadas em regiões de fronteira. Podemos concluir pela relevância da escrita, pois não apenas questiona as vivências das infâncias que passam pelas regiões de fronteira; mas, também, demonstra uma grande carência na produção científica que equaciona infância, migração e fronteira.

Palavras-chave: infâncias; migração; tríplice fronteira.

O ativismo de imigrantes e refugiados nos movimentos sociais contemporâneos

*Anderson Barbosa de Lima
Sintilla Abreu Bastos Cartaxo*

1 INTRODUÇÃO

O artigo dispõe como objetivo principal contextualizar os novos movimentos sociais na sociedade capitalista contemporânea, além de ressaltar o papel dos imigrantes e dos refugiados como agentes ativos nessas organizações. Para alcançar os objetivos propostos, realiza-se uma leitura sistemática de autores clássicos que exploram a temática dos movimentos sociais na conjuntura atual, relacionando-os com algumas experiências vivenciadas pelos atores centrais dessa pesquisa na América Latina.

A questão da atuante participação de imigrantes e refugiados em movimentos sociais vêm sendo inserida paulatinamente nos debates acadêmicos no Brasil. Entretanto, deve-se ressaltar a diferença entre análises que estão relacionadas à experiências e aplicações teóricas que retratam vivências produzidas a partir de uma realidade eurocêntrica, e o ativismo social de imigrantes e refugiados no contexto da América Latina. Isto, mesmo considerando que estes sejam embrionários restritos a algumas localidades específicas, como as organizações criadas e coordenadas por imigrantes latino-americanos na cidade de São Paulo, que lutam e demandam melhores condições habitacionais para outros imigrantes que residem ou acabam de chegar na megalópole.

Os novos movimentos sociais podem ser compreendidos como uma sucessão de mobilizações e confrontos exercidos no campo político, sendo ações organizadas e dirigidas por uma série de associações de indivíduos que se encontram descontentes com o modo de inserção e posição na ordem social vigente, ou que estão comprometidos com a defesa de uma pauta específica (TILLY, 1978; LACLAU, MOUFFE, 1987; GOHN, 1997; TARROW, 2009).

Logo, são geridos pela natureza do antagonismo, da insatisfação, do sentimento revolucionário e do combate do campo sociopolítico. Assim, as ações coletivas são apreciadas, planejadas e operacionalizadas

como mecanismos de resistência e de comprometimento, além de serem o principal recurso de concretização das demandas levantadas e reivindicadas pelo grupo, bem como a materialização de uma rede articulada de convívios e de solidariedade, cujos benefícios serão compartilhados entre todos que almejam tal garantia, mesmo não estando inseridos em nenhum tipo de organização ou engajamento social (TILLY, 1978; OLSON, 1999; TARROW, 2009).

As profundas recomposições e transformações na esfera sociopolítica contemporânea viabilizam a ascensão de uma maior integração de diversos grupos sociais considerados como minoritários, ou mesmo amplamente marginalizados no escopo político, econômico e cultural mundial. Elas são um resultado oriundo de séculos de repressão, exclusão e controle absoluto dos domínios constituintes do capital financeiro, cultural e político. Por conseguinte, essas mudanças, ainda vigentes, nos complexos sistemas que influenciam as hierarquias sociais permitem que esses grupos se tornem conscientes com as suas posições desvantajosas na sociedade, os estimulando a se reunirem, formando verdadeiras organizações de ativismo, denominadas aqui como movimentos sociais.

Atrelado às transformações aceleradas ocorridas no mundo, os fluxos migratórios se intensificam, crescendo e se reproduzindo de forma vertiginosa, pressionando o espaço das demandas e das pautas ativistas de imigrantes e refugiados no arcabouço dos novos movimentos sociais. A começar que estes indivíduos vêm buscando uma maior representatividade nas sociedades em que vivem, fruto da marginalização social globalmente compartilhada, buscando, assim, alcançar o seu lugar participativo nas decisões das ordens política, econômica, cultural e social dos ambientes nos quais estão inseridos e integrados.

Marinucci (2016) aponta que o ativismo social de imigrantes e refugiados, além de reivindicar pontualmente determinados tópicos exclusivos, servem para desmistificar imaginários populares referentes aos deslocamentos migratórios, ao enfrentar e indagar perspectivas reducionistas, assinalando o estabelecimento de relações e ações harmônicas relacionadas aos direitos humanos.

Dito isso, o presente texto divide-se em duas partes: a primeira se refere a um panorama histórico e teórico relativo aos movimentos sociais contemporâneos. Esses novos agrupamentos de ação social, tão relevantes atualmente, surgem e se desenvolvem à luz das intensas transformações vivenciadas pelo avanço e pela consolidação da globalização, adquirindo novas singularidades, como a maior valorização às subjetividades culturais e identitárias. Ademais, servem como resposta às demandas de grupos e de identidades historicamente encontradas à margem da sociedade capitalista contemporânea.

A segunda parte enfoca os imigrantes e refugiados como protagonistas e agentes dos novos movimentos sociais. Figuras intrínsecas da contemporaneidade, esses personagens caracterizam-se pelos seus fluxos de deslocamento em todo o mundo, simbolizando o encurtamento das distâncias e a flexibilização das demarcações. Porém, por outro lado, os imigrantes e, principalmente, os refugiados representam os percalços, os conflitos e as desigualdades socioeconômicas que persistem, e que são intensificadas pela globalização, pressionando a emigração forçada de milhões de pessoas em busca de segurança e de melhores condições de vida.

Ao chegar em um novo território, o imigrante enfrenta uma série de desafios, a começar, como na maioria dos casos, pela dificuldade de se reconhecer e de se inserir em uma nova sociedade com diferenças culturais e linguísticas. Ademais, outras adversidades sociais são apresentadas e confrontadas, como a constante ameaça de violação aos direitos humanos e trabalhistas; a discriminação, como a xenofobia, o racismo; a intolerância religiosa; a ameaça de deportação; além da escassa oportunidade de acesso à bens e serviços públicos e ao mercado de trabalho formal.

À vista disso, observa-se a alta presença de coletivos sociais procedentes e administrados por refugiados e imigrantes, principalmente nos maiores núcleos urbanos europeus, se dedicando à mitigação dos obstáculos comumente vivenciados pelos estrangeiros nas sociedades onde vivem, além de constituírem complexas e estabilizadas redes.

Tradicionalmente mais consolidados e atuantes no continente europeu, os movimentos sociais de imigrantes e refugiados começam timidamente a cruzar o Atlântico, sendo já constatados e reproduzidos em solo brasileiro. No país, são organizados e dedicados, principalmente, a grupos advindos de outros territórios em desenvolvimento, e que, majoritariamente, se deslocam para os principais centros urbanos.

Estas organizações possuem como objetivo principal amenizar o impacto das inúmeras adversidades sobrepostas e enfrentadas pelos imigrantes nas metrópoles, palcos que reproduzem e expõem, de forma explícita e severa, as gigantescas desigualdades socioeconômicas que assolam a maioria da população, afetando diretamente às camadas populacionais mais pobres e excluídas, tanto as originárias, quanto as estrangeiras.

Apesar dos avanços significativos nas políticas públicas, que ampliaram e promoveram maiores oportunidades e uma melhor inclusão, os mais variados tipos de invisibilidade e discriminação ainda persistem no hermético sistema social contemporâneo, devido às características contraditórias do capitalismo. Neste contexto são , desenvolvidas e perpetuadas constantes lutas desses grupos sociais, que exigem ações, políticas de igualdade e justiça social.

2 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

A década de 1970 marcou o início de profundas transformações nos meios de produção e na sociedade, inaugurando a ruptura nas formas tradicionalistas de representação de identidades de gênero, agrupamentos étnicos no seio da sociedade, lutas por novos arranjos, espaços e renovações contra a ordem patriarcal hegemônica.

O avanço dos processos do capitalismo contemporâneo e os seus mecanismos globalizantes exigem novas recombinações sociais e espaço-temporais, bem como a reorganização de variados dinamismos e posicionamentos políticos. Haesbaert (2013) narra que a globalização no capitalismo atual acontece pelo avanço expansivo da mercantilização da vida humana, pelo consumo exacerbado, pelo fetichismo mercantil e pelas constantes reconfigurações de barreiras e fronteiras.

Já Silva (2017) aponta que a consolidação da globalização vem intensificando os desequilíbrios sociais e econômicos, assim como a concentração das riquezas financeiras do mundo nas mãos de uma pequena parcela cada vez mais rica, exclusiva e poderosa. Sendo assim, o avanço dos processos globalizantes continuam a jogar e manter um crescente número de pessoas, em todo o mundo, a todo tipo de vulnerabilidade e exclusão social.

Na mesma via, o estabelecimento de novas práticas, comportamentos, predisposições, pautas e demandas inéditas emergem com rearranjos inéditos de ordenação nas agendas dos movimentos sociais. Acompanhando as profundas transformações sociais vigentes na conjuntura mundial, os movimentos sociais se renovam, adquirindo pautas, ações e comportamentos que atendem às necessidades e às solicitações de uma sociedade cada vez mais complexa, excluída e desigual.

Habermas (1981) indica que a preocupação central da política e, logo, dos movimentos sociais deixa de ser o trabalho e a segurança, com a superação dos conflitos no âmbito material. Ela também se reflete nos sistemas culturais, de integração e de socialização, através de protestos e manifestações sub institucionais e extraparlamentares. Por fim, o autor considera que as pautas referentes ao bem-estar social, como a qualidade de vida, a igualdade, a participação política, os direitos humanos e a emancipação individual e identitária tornam-se mais frequentes nos movimentos sociais, acompanhando as novas inquietações da política mundial.

Gohn (1997) observa que os novos movimentos sociais implicam em uma valorização constante de novas dimensões de identidade, possibilitando uma maior pluralidade nas ideias e nos valores, cujas propensões e rumos defendem profundas reformas nas instituições, amplificando a participação sistemática de seus membros nas tomadas de decisões.

Além disso, a maior distinção entre os novos movimentos sociais e os tradicionais se apresenta pelos métodos de organização. Enquanto os clássicos eram majoritariamente coordenados por partidos políticos populares, centralizados e burocratizados, os contemporâneos são descentralizados, difusos e segmentados, possuindo uma flexibilização na sua disseminação e mobilização (GOHN, 1997).

Assim, há uma maior facilidade dos novos movimentos sociais em superarem as fronteiras territoriais e as diferenças culturais, sociais e linguísticas, tornando-se verdadeiras associações, cujos repertórios são facilmente reproduzidos em diversas regiões do mundo. Estes são analisados por Thomas *et al.* (2019) como consequências e resultados legítimos dos descontentamentos com as experiências e desigualdades individuais, impulsionando a identificação psicológica social e grupal que, posteriormente, originarão processos coletivos de organizações políticas e populares, ou de qualquer outro ato ou mecanismo, que emergem no seio da sociedade, impondo a discriminação e a exclusão político-social.

A formação de verdadeiras associações coletivas, representadas aqui pelos movimentos sociais, são indispensáveis para a exigência e a efetivação de uma série de políticas sociais que compreendem e beneficiam um grande número de pessoas. Essas associações fortalecem as lutas pelos direitos humanos, a inclusão social e a liberdade absoluta, assegurando, assim, a busca e a construção da cidadania.

Marinucci (2016) assinala que o aumento dos movimentos populares de ativismo, de luta, resistência e defesa dos direitos humanos numa escala global é um claro sinal do acentuado crescimento da quantidade de pessoas que são, e possuem a consciência social de serem exploradas, prejudicadas e coagidas pelo ordenamento hegemônico assimétrico em níveis locais, regionais ou mundiais. Ao verificar a existência dos movimentos sociais, é preciso deixar claras algumas questões referentes à legitimidade das suas ações que auxiliam na autenticação de sua mobilização e organização.

Neste sentido, Gohn (1997) determina que os movimentos sociais são resultados de embates sociais, que consistem em um procedimento de resistência, e de respostas à opressão, à exclusão e à vulnerabilidade oriundas das desigualdades sociais agravadas pelo estabelecimento do capitalismo como sistema econômico hegemônico.

Logo, os movimentos sociais são a materialização da representação das disputas contínuas entre forças antagônicas. De um lado, uma organização de indivíduos que reivindicam e/ou defendem a causa de um determinado(s) tópico(s) específico(s) em comum, e, do outro, agentes que dispõem do poder de efetuar, ou não, tal demanda, geralmente personificados por instituições públicas e/ou grandes e poderosas companhias empresariais.

Tarrow (2009) argumenta que os movimentos sociais são a simbolização de conflitos puramente políticos, regulados por condutas interacionais que se alicerçam pelo espírito de oposição, baseadas por complexas redes sociais, incentivadas por expressões culturalmente intensas e que, por fim, são conduzidas para a aplicação de tais ações.

Por conseguinte, a política é o cerne da idealização e da manutenção de posicionamentos precisos similares entre os indivíduos conectados por uma constituição encadeada e ramificada de contatos, convívios e pertencimentos. Esses indivíduos, ao se inserirem na arena social, exercem embates políticos contra os seus opositores, visando mitigar ou erradicar as mazelas e as desigualdades que os afligem diretamente, alcançando então um propósito pré-definido.

Como forma de fortalecer o seu espaço diante das forças hegemônicas sociais, políticas e econômicas, os indivíduos se organizam de forma conjunta, através da implementação de ações coletivas. Olson (1999) destaca que o principal intuito desses agrupamentos é a promoção de interesses coletivos e mútuos de seus membros, almejando um benefício correspondente para todos.

Portanto, pode-se concluir que as ações tomadas de forma conjunta nos novos movimentos sociais almejam um determinado bem comum. Conforme aponta Olson (1999), os indivíduos incorporados em organizações incentivam e executam ações específicas, ao intentar um final benéfico, motivados por questões meramente subjetivas, como sentimentos de pertencimento, convicção de valores, ideologia, ou pela vontade de realizar algum desejo pessoal.

Tilly (1978) ao destrinchar a ação coletiva, a precisa em cinco componentes que envolvem: a) o interesse – a consideração dos ganhos e perdas da aplicabilidade da ação; b) a mobilização – que avalia os processos de controle coletivos, a partir dos recursos necessários para a ação; c) a organização – que define a estrutura do grupo, pois afeta a potencialização do alcance da ação coletiva; d) a oportunidade – ao abranger o relacionamento do grupo com outros grupos e o mundo exterior no geral; e e) a própria realização da ação coletiva.

Seguindo a linha de raciocínio de Tilly (1978), Melucci (1989) pondera que a ação coletiva é um processo interativo de objetivos, recursos e obstáculos, ao dispor da intenção inserida em uma estrutura heterogênea de oportunidades e imposições, e induzidas por sistemas de ação atuantes em um cenário composto por delimitações e oportunidades.

Aqui, tais sistemas são representados pelos movimentos sociais, denominados por Melucci (1989) como o ponto de partida para a modernidade caracterizada, especialmente, pela inovação, pela transformação, pela

ruptura da rigidez e a sustentação de ordens estruturais e tradicionais, vistas como defasadas, por uma parte crescente e inquieta da sociedade que clama por renovações instauradoras de novos paradigmas.

Complementando o raciocínio, constata-se que a ação coletiva nos novos movimentos sociais é comumente analisada por autores como Habermas (1981); Koca (2016) e Rosenberg, Stern, Merhaut (2018) como uma estratégia não violenta de resistência, de engajamento, de comprometimento social, de posicionamento e de confronto na arena política de grupos considerados minoritários, vulneráveis ou marginalizados.

Um aspecto da ação coletiva desses agrupamentos é alvidrar uma maior evidência destinada à indivíduos que taticamente conquistam diligências relevantes, proporcionando uma melhor comunicação entre os novos movimentos sociais e o poder político. Isso possibilita mais agilidade na criação e implementação de medidas que, posteriormente, serão usufruídas por todo o coletivo, em virtude das posições de destaque dos seus representantes em variados âmbitos institucionais e midiáticos. Cabe ainda observar que tais posições podem aumentar a pressão de seu grupo por demandas do seu interesse; contribuir para que o grupo seja ouvido e suas reivindicações sejam contempladas. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que alcançou visibilidade nacional, após a ascensão de seu organizador, Guilherme Boulos, na política nacional (CANOFRE, 2018).

Usualmente, o ativismo social engajador dos novos movimentos sociais é renovado e fortalecido após a ocorrência de eventos que escancaram os problemas, as desigualdades e as desumanidades que assolam a sociedade. Tomando como exemplos os brutais casos dos assassinatos da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes em 2018, e do refugiado congolês Moïse, em 2022, foram observadas o revigoramento e a ampliação das ações de luta e resistência dos coletivos sociais, especialmente dentro dos partidos políticos, e de grupos feministas, LGBTQIA+ e negros que dedicam a sua luta para que estes casos, e tantos outros, não sejam esquecidos e, principalmente, que todos os culpados sejam localizados e punidos de acordo com a lei.

Com isso, os novos movimentos sociais se mostram essenciais na contribuição ao debate público e na difusão entre a população sobre temas referentes ao racismo estrutural, o machismo, a misoginia, a violência política e policial, a homofobia e a xenofobia, e de como elas se apresentam na sociedade nos mais diferentes níveis e particularidades (TRIBUNA HOJE, 2022; LOPES, HARVEY, 2023).

Embora ainda existam adversidades constantes impostas a estes coletivos - como as inúmeras tentativas de opressão pelas instituições políticas e empresariais, apoiadas por uma grande parte das esferas

jurídica e midiática – é imprescindível apontar algumas de suas conquistas, justamente a partir da organização de movimentos sociais, bem como, pelo o empenho de aplicabilidade das ações coletivas que visam benefícios comuns, tanto para o(s) seu(s) grupo(s) específico(s), como para a comunidade de modo em geral.

As várias conquistas dos novos movimentos sociais sinalizam a evolução dos direitos e o crescimento da participação das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ em importantes espaços da sociedade; a inclusão paulatina das minorias étnicas, como os negros, os povos originários e os romanis na esfera acadêmica, política e econômica; a popularização do debate das questões ambientais e de um mundo mais sustentável, defendidos pelos defensores da natureza e dos partidos verdes; e a concretização de algumas reivindicações impostas pelos movimentos estudantis, como o passe livre do transporte público; de operários, como a ampliação dos direitos trabalhistas; e dos sem-terra e dos sem-teto, como a reivindicação por moradias dignas e a reformulação e a distribuição mais justa de terras e propriedades.

3 OS IMIGRANTES E REFUGIADOS COMO AGENTES ATIVOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme alerta Appadurai (1997), o constante e expressivo aumento das migrações internacionais ocorrem num contexto em que problemas enfrentados pelos imigrantes se multipliquem, como a escassez da implementação de regulamentos jurídicos de proteção e garantia dos direitos humanos e a ausência de acesso à direitos socioculturais. Assim, as adversidades encontradas nos fluxos migratórios ultrapassam demarcações subjetivas e individuais, o que exige monitoramento e providências coletivas, isto é, articuladas por organizações e movimentos sociais com o objetivo de minorá-las ou solucioná-las (PATARRA, 2006).

Entretanto, as análises e o debate a respeito da contextualização da temática migratória necessitam ser ampliadas, para evitar homogeneização e superficialidade na sua compreensão. São inúmeros os motivos que fazem pessoas saírem de sua terra natal em direção a um novo local, muitas vezes, completamente desconhecido. Entre as razões recorrentes dos deslocamentos são correntemente evidenciadas pobreza, instabilidade política, crises econômicas, conflitos armados e baixas expectativas de desenvolvimento social e pessoal, reforçando os princípios de exclusão, de desigualdade e de violência (GREGORI, 2007).

As migrações no contexto do capitalismo globalizado vêm apresentando maior complexidade do que em outros períodos da História. Aos conflitos armados e as instabilidades econômicas, têm se somado intolerâncias

e perseguições de cunho religioso, de gênero, racial e de sexualidade, ocasionando efeitos subjetivos e coletivos que motivam a migração ou o deslocamento de indivíduos, núcleos familiares ou grandes grupos.

Ao chegar no seu novo destino, o imigrante se depara com uma posição desigual perante à sociedade na qual se insere. Entre as séries de obstáculos impostos destacam-se as diferenças linguísticas, comportamentais, socioculturais e econômicas. Já em outros casos, os recém-chegados se defrontam com adversidades legais oriundas do sistema jurídico e burocrático, sobretudo para a obtenção de documentos pessoais, validação de diplomas profissionais e até para uma simples locação de imóvel.

O imigrante também vivencia dificuldades referentes ao acesso à bens e serviços oferecidos pelo Estado – educação, saúde, moradia, programas sociais, e outros serviços públicos –; na ocupação de vagas de emprego com salários defasados e direitos trabalhistas escassos, muitas vezes, informal; e no acesso a políticas públicas inclusivas ou de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família.

Nos tempos atuais, um perigo vem ressurgindo gradativamente no dia-a-dia dos imigrantes: as constantes e crescentes ameaças advindas de grupos e partidos políticos nacionalistas e conservadores de extrema direita. Ao ganharem novamente um significativo espaço na arena política mundial, os seus representantes e apoiadores declamam publicamente serem contra a imigração e as comunidades de imigrantes, bem como formulando e aprovando Portarias, Decretos e Leis extremamente retrógradas, discriminatórias, xenófobas e excludentes.

Assim, a extrema-direita mira regularmente o seu alvo nos imigrantes, culpando-os por inúmeras mazelas sociais enfrentadas pelos seus países, como o aumento do desemprego e da violência, pela “destruição da cultura e da tradição local”, além de os apontarem como primeiros suspeitos de ameaça à segurança nacional, não raro os associando a atentados terroristas. Logo, neste complexo cenário apresentado, os imigrantes se tornam alvos públicos fáceis e consecutivos dos mais variados tipos de discriminação, como a xenofobia, o racismo, a exclusão social e a intolerância religiosa, cultural e de gênero.

Deste modo, percebe-se que uma parte crescente e expressiva da classe política mundial influencia diretamente a defesa e a implementação de políticas de tolerância zero à imigrantes – com a concepção de uma série de ações jurídicas e policiais, como a deportação daqueles considerados clandestinos/ilegais; a criação de centros de triagem de imigrantes; a elaboração e a implementação de leis restritas à imigração; o levantamento de muros; o fortalecimento da segurança nas fronteiras; além da total submissão sociocultural daqueles que já se encontram documentados (ROSENBERGER; STERN; MERHAUT, 2018).

Com isso, é perceptível constatar uma série heterogênea de vulnerabilidades e atribulações nas quais os imigrantes são expostos ao se mudarem para uma nova localidade, colocando-os em uma condição de vulnerabilidade política e social, sobretudo aqueles que não falam a língua do novo país e ou neste esteja sem documentos considerados válidos. Paradoxalmente, a condição de vulnerabilidade também concorre para o surgimento e ou fortalecimento de organizações, nacionais e internacionais, que lutam por suas reivindicações e direitos, exigindo condições mais igualitárias e justas entre os imigrantes e os autóctones, em síntese, os direitos de cidadania para todos, independente de etnia, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade etc.

Após investigar a imigração boliviana para a cidade de São Paulo, Nóbrega (2013) descreve que, a partir dos anos 1990, o processo de reestruturação da indústria paulista de vestuário no mercado mundial foi sustentado, em particular, pelo trabalho precarizado e informal desses imigrantes. As experiências de exploração e opressão nas relações trabalhistas, sociais, culturais e de gênero também motivaram, paradoxalmente, a formação de uma rede de solidariedade, apoio e suporte jurídico e trabalhista entre os imigrantes bolivianos que, por conseguinte, se reuniram em associações para garantir os seus direitos trabalhistas e sociais. Cabe destacar, que tais associações contribuíram também para o acesso à políticas públicas nas áreas de saúde – agentes de saúde bolivianos para atender comunidades bolivianas –, educação e melhores condições de trabalho em confecções e oficinas de costura.

Coletivos como o “*si, yo puedo*” são um exemplo de organizações de ativismo social protagonizado, apoiado e coordenado por imigrantes bolivianos para membros de suas comunidades na cidade de São Paulo, e em toda região metropolitana. Entre as principais atividades oferecidas pelo coletivo, destacam-se a oferta de cursos de proficiência em língua portuguesa, apoio e orientação jurídica, promoção, difusão e expressão da arte boliviana, com a criação de espaços privados e públicos destinados à cultura da Bolívia.

Essa capacidade coletiva de uma atuação social mais ativa e operante dos bolivianos indica uma posição mais objetiva e organizada dos imigrantes contemporâneos. Sayad (1998) pontua que quando a população imigrante começa a pressionar e cobrar publicamente a efetivação integral dos seus direitos, o seu relacionamento com a sociedade na qual está inserida é alterado, tornando-os mais perceptíveis ao olhar público. Esta mudança de perspectiva se dá num contexto em que o imigrante é ou era, geralmente, visto como um ser unicamente voltado para o trabalho, especialmente o trabalho sujo, pesado e mal pago recusado pelos autóctones.

O quadro de adversidades imensuráveis enfrentadas pelos imigrantes também é observado entre os refugiados. Entretanto, a situação destes é considerada ainda mais crítica e emergencial, conforme destacam De

Vroome e Van Tubergen (2010) ao indicarem que os refugiados são indivíduos desprovidos totalmente de qualquer tipo de política pública concreta, necessitando de medidas instantâneas e efetivas, como um modo de suprimir suas necessidades imediatas.

Cierco (2017), ao diferenciar o refugiado e o imigrante, aponta que o primeiro necessita emergencialmente abandonar o seu país de origem, a sua residência, a sua família e o seu convívio de sociabilidade e amizade, por temer à perseguição, à morte e à insegurança. Ademais, o refugiado, com raras exceções, não dispõe de recursos financeiros, não fala a língua, tampouco seja instruído na cultura artística, jurídica, política e social do país que o acolhe. Já o imigrante pode ser alguém que disponha de uma maior autonomia na escolha do seu local de destino e tem maior liberdade de retornar à sua terra natal quando achar melhor.

Devido ao crescimento dos fluxos migratórios internacionais, bem como de refugiados nas últimas décadas – em direção especialmente aos países mais industrializados e desenvolvidos do continente europeu ou de países em desenvolvimento ao Sul do equador –, já é possível constatar a associação de grupos e movimentos sociais formados por imigrantes e refugiados, com a constituição de redes de solidariedade, apoio, pertencimento e reconhecimento, cujas realizações abrangem tanto os que já são residentes nesses países, como os recém-chegados.

As ações de inserção e incidência social efetuadas pelas organizações de imigrantes e refugiados são centralizadas em questões de visibilidade e de reconhecimento, pondo os seus atores como agentes ativos e formuladores das demandas de suas coletividades. Marinucci (2016) indica que as lutas se embasam em questionamentos públicos sobre os procedimentos juridicamente exigidos aos que migram. Os defensores desta causa esclarecem que a maioria dos que se deslocam pretendem e/ou desejam regulamentar a sua estadia no novo país. Entretanto, devido às dificuldades impostas através de políticas xenófobas, a indocumentação e a invisibilidade são realidades para muitos imigrantes.

Não menos importantes são as lutas por reconhecimento de imigrantes e refugiados como “sujeitos de direitos”, contradizendo preceitos políticos e sociais antigos que os qualificam como meras “forças de trabalho”, e destinatários de políticas assistencialistas. Outro ponto importante da causa do reconhecimento é o combate aos mecanismos de inferiorização e de desvalorização da diversidade e dos direitos culturais, individuais ou coletivos, ao apontar a relevância do enaltecimento da cultura numa perspectiva de interculturalidade (MARINUCCI, 2016).

Assim, entende-se que os imigrantes e os refugiados compartilham, entre si, símbolos de ordem cultural, dispondo-os a grupos considerados como minoritários e/ou marginalizados. Tais grupos são os destinatários

diretos e potenciais protagonistas do exercício de processos de associação e participação social, para que os seus direitos culturais, identitários, políticos, sociais e ambientais sejam reconhecidos e efetivados.

Touraine (2006) atribui essa peculiaridade a uma perspectiva mais contemporânea dos movimentos sociais, persuadidas pelos novos tipos de inquietações que se tornam predominantemente culturais. O autor altera a sua denominação para “movimentos culturais” ao sinalizar que os conflitos ocorridos no seio da sociedade foram transferidos da ordem social-política para a simbólica, cujas razões de combate e defesa são movidas pela cultura.

Koca (2016) ao analisar o movimento intitulado de “*Refugees Welcome*”, organização que acolhe e promove a inclusão de refugiados sírios no Reino Unido, aponta que a culturalidade é imprescindível no desenvolvimento dos novos movimentos sociais. Então, a valorização cultural se apresenta como um dos recursos essenciais de promoção dos direitos sociais dos refugiados e imigrantes através de sua visibilidade. Ademais, a parceria entre a população autóctone engajada e os imigrantes e refugiados faz com que as propostas principais do movimento sejam no sentido de desafiar o controle exclusivo do Estado sobre as migrações, e questionar as visões políticas anacrônicas referentes à alteridade, à interculturalidade e à cidadania.

A atuação de membros não estrangeiros na defesa da causa dos imigrantes e dos refugiados estimula novas formas de expressão e atuação cidadã, bem como de participação política e desenvolvimento de redes sociais de convívio entre imigrantes, refugiados e a população local. Essa interação harmoniosa pode ser fortalecida, ampliada através de ações que ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais, convertendo-se em um verdadeiro movimento global de ativismo social. Tal movimento, estimulado e fovecido por meios populares de comunicação e mídia, permite mais agilidade e eficiência nas trocas de informações e estratégias entre as organizações, sem abrir mão de suas realidades e particularidades locais, principalmente no que diz respeito ao acesso à formulação de legislação e políticas públicas favoráveis à imigração (TAZREITER, 2010).

À vista disso, já é possível detectar táticas de ativismo, mobilização e de resistência, com a criação e a coordenação de organizações de refugiados e imigrantes no território brasileiro. Com isso, pode-se deduzir que a maioria dos movimentos contemporâneos de migrantes e refugiados no Brasil portam estratégias de engajamento por direitos de inserção social, seguindo a tendência da maioria dos movimentos sociais existentes no país e no mundo.

Tal dedução pode ser confirmada com os objetos de estudos de Zanella (2015) e Da Silva Martins (2018), que indicam, respectivamente, a existência de movimentos ocupacionais que lutam e pressionam o Estado pelo acesso à uma moradia digna a refugiados africanos, asiáticos, latino-americanos

e oriundos do Oriente Médio na cidade de São Paulo; e as pequenas associações trabalhistas e sociais de imigrantes sul-americanas que batalham arduamente por melhores condições de trabalho e equidade de gênero no setor têxtil também na capital paulistana.

Assim, sabe-se que, como um país em desenvolvimento, o Brasil ainda apresenta uma série de contratempos longevos e aparentemente crônicos que avassalam e prejudicam a efetivação de projetos e políticas que visam diminuir e eliminar os obstáculos enfrentados pelos imigrantes e refugiados. A profunda desigualdade socioeconômica, a acentuada morosidade do sistema político-administrativo e um vasto oceano de burocracia imposto pelas esferas política e econômica prejudicam a efetivação concreta das reivindicações sociais desses grupos.

Desse modo, mais uma série de desafios são impostos a esses movimentos sociais que, além das adversidades costumeiras vivenciadas pelos seus membros, necessitam construir estratégias, resiliências, alternativas de engajamento e organização social, para que as seus rostos, suas vozes, suas culturas não sejam marginalizados, por um lado, e, por outro, para ocuparem de vez o seu espaço na vida política, econômica, social e cultural, com dignidade humana, seja em seu país de origem, trânsito ou destino migratório.

Por fim, constata-se que o estabelecimento de associações de refugiados e imigrantes nas principais cidades brasileiras segue a tendência encontrada em outros grandes núcleos urbanos pelo mundo, compartilhando e difundindo entre si a concretização de objetivos comuns, como a implementação de propostas institucionais que incentivem a permanência e a (re)unificação familiar, com a regularização e a naturalização de estrangeiros; a aplicação de projetos que compreendem a inclusão social e a cidadania, inclusive no âmbito linguístico e cultural; a garantia integral dos direitos humanos - acesso à moradia, educação, saúde e programas sociais -; a inserção no mercado de trabalho formal, com regras e mecanismos legais que assegurem condições adequadas às normas e aos direitos trabalhistas; a efetivação de políticas públicas de prevenção e combate à qualquer forma de discriminação, xenofobia, racismo, exclusão; à LGBTQIA+fobia e a intolerância religiosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às profundas alterações nos mais diferentes domínios que compõem a sociedade ocidental, os movimentos sociais procuram abrir brechas e resisitir à essas transformações acentuadas pela expansão do capitalismo neoliberal, seus paradoxos e variados tipos de desigualdades sociais.

Os chamados novos movimentos sociais substituem aqueles vistos como clássicos, cujas pautas predominantes referem-se às expropriações de recursos e explorações de trabalhadores, além da segurança e da defesa, como as organizações antinucleares e as associações críticas e opositoras de guerras.

Os movimentos sociais contemporâneos, sem abandonar as questões trabalhistas, são movidos por agendas e repertórios nos quais predominam pautas que valorizam a cultura, a identidade, a multiculturalidade, além do meio ambiente e dos direitos humanos, como o enaltecimento das diversidades étnicas, culturais e religiosas; a defesa das minorias, das crianças, dos adolescentes e dos animais; a preservação do meio ambiente; o combate às mudanças climáticas, entre outros.

Protagonistas diretos dos embates (re)produzidos na arena política, os movimentos sociais contemporâneos, ao incluírem em suas disposições na luta ferrenha contra qualquer tipo de discriminação, o preconceito, o racismo, a coerção, o machismo, a misoginia, a desigualdade de gênero e racial, a violência, o extermínio, e outras formas de agressão, expandem as suas batalhas, apropriando-se das demandas simbólicas-culturais-identitárias.

Os refugiados e os imigrantes, figuras simbólicas dos tempos modernos, enfrentam uma série de obstruções, desde a dificuldade de exercerem os direitos mais básicos de cidadania, até os mais variados tipos de hostilidade e agressões de cunho físico, verbal e psicológico.

Logo, urge a necessidade do protagonismo e da mobilização operacional ativa desses grupos nos espaços onde estão inseridos e em que, muitas vezes, se encontram marginalizados socialmente. Tais grupos intercambiam saberes, conhecimentos, experiências, como esquemas estratégicos de resistência, reconhecimento, empoderamento e combate ativo à xenofobia.

A criação dessas associações permite a constituição de redes interativas de apoio, solidariedade e de confraternização, aproximando indivíduos que compartilham entre si o mesmo simbolismo identitário que os diferenciam e os definem como imigrantes e refugiados em uma sociedade dissemelhante; promove valores emancipatórios, além de acolher os recém-chegados em uma sociedade parcialmente ou completamente desconhecida.

O artigo buscou destacar movimentos sociais criados e coordenados por imigrantes e refugiados e suas lutas por reconhecimento e direitos humanos e de cidadania.

NOTAS

¹ Fundado no fim dos anos 1990, em São Paulo, o MTST reivindica o direito à ocupação de imóveis desocupados que não respondem à sua função social, outorgando-os como direito à moradia às famílias mais pobres que não possuem recursos para adquirir uma residência, além de defender a reforma urbana e o combate às desigualdades sociais. Após disputar a presidência do Brasil em 2018, e a prefeitura de São Paulo em 2020, uma de suas principais lideranças, Guilherme Boulos, foi eleito deputado federal por São Paulo em 2022, com uma quantidade expressiva de votos: 1.001.472, sendo o político mais bem votado no estado nas eleições daquele ano.

² O coletivo “Si, yo Puedo!” promove ações voltadas ao acesso à educação, formação cidadã e cultural para imigrantes na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/si_yo_puedo_sp/>. Acesso em 28 mar. 2023.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 49, p. 39-46, 1997.
- CANOFRE, F. Boulos: ‘Num momento de crise, é preciso fazer com que a voz de indignação chegue à política’. **Sul21**, Porto Alegre, 20 abr. 2018. Política. Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2018/04/boulos-num-momento-de-crise-e-preciso-fazer-com-que-a-voz-de-indignacao-chegue-a-politica/>>. Acesso em 25 mar. 2023.
- CIERCO, T. **Esclarecendo conceitos**: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. Fluxos migratórios e refugiados na atualidade, 2017.
- DA SILVA MARTINS, F. E. Cruzando olhares: imigrantes e refugiados nos movimentos de ocupação em São Paulo. **TRAVESSIA - Revista do migrante**, n. 82, p. 63-82, 2018.
- DE VROOME, T.; VAN TUBERGEN, F. The employment experience of refugees in the Netherlands. **International Migration Review**, v. 44, n. 2, p. 376-403, 2010.
- FUINI, L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.
- GOHN, M. Da G. M. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.
- GREGORI, J. Refugiados e imigrantes: uma abordagem de direitos humanos. In. ACNUR (org.). **Refúgio, Migrações e Cidadania: caderno de debates**, v. 2, p. 15-29, 2007.

- HABERMAS, J. New social movements. **Telos**, v. 1981, n. 49, 1981.
- HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2013.
- KOCA, B. T. New Social Movements:” Refugees Welcome UK”. **European Scientific Journal**, v. 12, n. 2, 2016.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: SXXI, 1987.
- LOPES, F.; HARVEY, G. O legado de Marielle Franco na história das mulheres brasileiras. **Nexo Jornal**, São Paulo, 12 mar. 2023. Ensaio. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2023/03/12/O-legado-de-Marielle-Franco-na-hist%C3%B3ria-das-mulheres-brasileiras>>. Acesso em 25 mar. 2023.
- MARINUCCI, R. Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 24, p. 07-10, 2016.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 49-66, 1989.
- NÓBREGA, R. A. A. da. **Os limites da flexibilização e informalidade na produção e trabalho contemporâneos: imigração laboral boliviana e a indústria de vestuário de São Paulo**. 2013. 154p. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15489#preview-link0>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.
- PATARRA, N. L. International migrations: theories, policies and social movements. **Estudos Avançados**, v. 20, p. 7-24, 2006.
- ROBINSON, W. I. **Saskia Sassen and the sociology of globalization: A critical appraisal**. 2009.
- ROSENBERGER, S.; STERN, V.; MERHAUT, N. **Protest movements in asylum and deportation**. Cham: Springer International Publishing: Imprint: Springer, 2018.
- SASSEN, S. Two stops in today’s new global geographies: shaping novel labor supplies and employment regimes. **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 3, p. 457-496, 2008.

- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, D. F. da. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, p. 163-170, 2017.
- TARROW, S. O poder em movimento. **Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- TAZREITER, C. Local to global activism: The movement to protect the rights of refugees and asylum seekers. **Social Movement Studies**, v. 9, n. 2, p. 201-214, 2010.
- THOMAS, E. F. et al. When and how social movements mobilize action within and across nations to promote solidarity with refugees. **European Journal of Social Psychology**, v. 49, n. 2, p. 213-229, 2019.
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.
- TRIBUNA HOJE. Vídeo: Integrantes de movimentos sociais realizam ato contra morte de congolês. **Tribuna Hoje**, Maceió, 02 jun. 2022. Política. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/politica/2022/02/06/97564-video-integrantes-de-varios-movimentos-sociais-realizam-ato-contra-morte-de-congoles>>. Acesso em 25 mar. 2023.
- TOURAINE, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 17-28, 2006.
- ZANELLA, V. G. Imigrantes bolivianas em São Paulo: condições de vida e trabalho. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, v. 19, n. 29, 2015.

RESUMO

O artigo tem como objetivo contextualizar os novos movimentos sociais na contemporaneidade e ressaltar o papel dos imigrantes e dos refugiados como agentes ativos nessas organizações. Inúmeras são as transformações vivenciadas pela sociedade capitalista contemporânea e globalizada. Dentre elas, a necessidade de maior reflexão acerca da reivindicação de inclusão de identidades e grupos que, por séculos, foram invisibilizados e silenciados, como as mulheres, os negros, os povos originários e os LGBTQI+. Os agrupamentos desses indivíduos em associações de mobilização têm sido reconhecidos atualmente como novos movimentos sociais, cujas pautas de defesa giram especialmente em torno da valorização sociocultural. Com referência às teorias de Tarrow (2009) e Tilly (1978) que reconhecem o protagonismo dos movimentos sociais como agente de transformações, e de Marinucci (2016) que contribui para o debate ao destacar as lutas coletivas dos imigrantes na busca por igualdade. Assim, busca-se aqui debater o ativismo social de refugiados e imigrantes que se mostram imprescindíveis para a efetivação de medidas que certifiquem a concretização de demandas referentes à garantia dos seus direitos à liberdade, à integração social, além do combate à xenofobia e à outras formas de discriminação.

Palavras-chave: Novos movimentos sociais; Imigrantes; Refugiados; Ativismo; Protagonismo social.

ABSTRACT

The article aims to contextualize the new social movements in the contemporary times and emphasize the role of immigrants and refugees as active agents in these organizations. There are countless transformations experienced by contemporary and globalized capitalist society. Among them, the need for greater reflection on the claim for inclusion of identities and groups that, for centuries, were made invisible and silenced, such as women, black, native and the LGBTQI+ communities. The grouping of these individuals in support and mobilization associations have been recognized today as new social movements, whose agenda revolve especially around the sociocultural appreciation. With reference to the theories of Tarrow (2009) and Tilly (1978) who recognize the role of social movements as agents of transformation, and of Marinucci (2016) who contribute to the debate by highlighting the collective struggles of immigrants in the search for equality. Thus, the aim here is to discuss the social activism of refugees and immigrants who are essential for the implementation of measures that guarantee the fulfillment of demands regarding the guarantee of their rights, freedom, social integration, in addition to combating xenophobia and other forms of discrimination.

Keywords: New social movements; Immigrants; Refugees; Activism; Social protagonism.

Nas redes da informalidade: a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019)

*Claudia Morgana Machado Oliveira**
*Andrea Maria Pacheco Pacífico Calazans***

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fuga dos sírios, iniciada em 2011, com o conflito interno no país, gerou um abalo demográfico regional que tem desafiado a capacidade dos governos dos países acolhedores da região (Oriente Médio) e desafiado políticas de cooperação internacional. Mais de 13 milhões de sírios têm enfrentado o desgaste do deslocamento, que se concentra no circuito interno e regional. Aproximadamente 5,6 milhões desses refugiados têm-se instalado entre Turquia, Líbano, Jordânia, Egito e Iraque, desde o início do conflito sírio em 2011 (UNHCR EGYPT, 2019-20). O fluxo de sírios para o Egito se intensifica em 2011, pois o país, que já possuía um bom histórico de acolhimento de imigrantes árabes, continuou aberto para acolher os sírios (AYOUB, KHALLAF, 2014).

Desde a queda do presidente Hosni Mubarak após as manifestações de 2011, popularmente conhecidas como Primavera Árabe (SAID, 2014), o Egito experimentou instabilidades políticas e mudanças econômicas que afetou

* Mestre no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI); Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA); Universidade Estadual da Paraíba; João Pessoa – Paraíba - Brasil
Email: claudia.machado@aluno.uepb.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8843-7906>
<https://lattes.cnpq.br/8293158496115433>

** Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI) e da Graduação de RI; Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA); Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ0, CNPq, Nível 2); Universidade Estadual da Paraíba - João Pessoa – Paraíba – Brasil; Doutorado em Ciências Sociais - Sociologia (PUC/SP)
Email: apacifico@servidor.uepb.edu.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2744-7166>
<http://lattes.cnpq.br/8712438126090355>

a chegada dos refugiados sírios no país. No contexto de disputas internas, em junho de 2012, a irmandade muçulmana vence, com Mohamed Morsi, que permanece no poder até julho de 2013. Em junho de 2013, Morsi é deposto e o regime muda. Em 2014, Abdel el Fattah El-Sisi vence as eleições. (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

As tendências de chegada e registro dos sírios no país variaram de acordo com o conflito em desenvolvimento na Síria e as mudanças políticas no Egito. Os sírios começaram a chegar ao Egito no final de 2011 e a taxa de chegada atingiu seu pico em abril de 2013, estabilizando-se entre abril e junho do mesmo ano. Porém, cai, drasticamente, a partir de agosto de 2013, logo depois do novo regime. (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

Até julho 2013, qualquer cidadão árabe, que entrava no Egito, estava isento da exigência de visto antes da chegada no país. Os sírios recebiam seus vistos de turista no aeroporto, ao entrar no Egito; permissão essa válida entre três e seis meses e, quando vencia, os sírios teriam que ajustar seu status no Egito, estendendo seu visto de turista, obtendo uma autorização de trabalho, fornecendo prova de que estariam estudando ou contatando o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para solicitarem o visto de refugiado.

Com essa série de eventos ocorridos no país, a partir de 2013, as restrições de visto foram impostas a cidadãos árabes, incluindo sírios. Dessa forma, entrar no Egito se tornou cada vez mais difícil para os sírios, pois os órgãos estatais de segurança interna estavam preocupados com a possibilidade de grupos rebeldes sírios virem ao Egito para apoiar a (banida) Irmandade Muçulmana e, assim, agravar a situação de segurança (AYOUB, KHALLAF, 2014).

Essa percepção afetou negativamente os sírios que buscam refúgio no Egito. Os sírios que tentam entrar sem visto são colocados em centros de detenção e lá mantidos até que tenham condições de pagar pela passagem de saída do Egito. A situação legal dos sírios no país foi-se deteriorando, até ficar totalmente restrita e inviável a proteção legal, uma vez que já estivessem dentro do país, por medo de serem expulsos ou presos.

Conforme o Governo do Egito (GE), há mais de 500 mil sírios, registrados e não registrados, no ACNUR. Mas, esse número é incerto (UNHCR EGYPT, 2016). O ACNUR declara que o Egito havia registrado 132.871 sírios e que não há um número exato de refugiados não registrados no país. Esse cenário levanta perguntas sobre como é o processo de proteção deles e até que ponto, e como, eles estão integrados no país (UNHCR, 2019-20).

Os que já haviam entrado no país com permissões temporárias e vistos de turistas, agora vencidos, encontram dificuldade de renovar seus vistos, restando recorrer às medidas de sobrevivência e à vida na informalidade,

espalhados por cidades e comunidades do país, na sua maioria em Grande Cairo, Giza e Alexandria. (AYOUB, KHALLAF, 2014). Há um número considerável de sírios no Egito que não se registram no ACNUR, ou são rejeitados ou arquivados, e não há um número exato dos sírios não registrados, embora sejam a maior porcentagem da população de refugiados no Egito.

Na construção desse artigo, foi utilizado o conceito ampliado de refugiado, chamado de *'self-settled refugee'* (refugiado autoassentado, ou autoinstalado), desenvolvido por Karen Jacobsen, utilizado em seu artigo *Local Integration: The Forgotten Solution* para o *Migration Policy Institute*. A autora do artigo declara que os caminhos para a integração dos refugiados variam muito, de acordo com as circunstâncias. Alguns dos cenários de autoassentamento ou autoinstalação mais comuns “ocorrem quando os refugiados partilham com os agregados familiares locais ou estabelecem alojamento temporário e são assistidos por famílias locais ou organizações comunitárias” (JACOBSEN, 2012, p.24).

Os refugiados autoassentados, na perspectiva de Jacobsen (2012, p.4), não desfrutam *status* legal de refugiado no país de acolhimento, mas buscam seu estabelecimento no espaço e no tempo que lhes é proposto e criam os seus próprios meios para integrar-se social, econômica e culturalmente.

O ACNUR, embora reconheça a condição de refugiado desse grupo, não os alcança com proteção jurídica formal. Esses refugiados são frequentemente ativos na economia local, apesar das restrições legais a essas atividades.

Para analisar a situação do Cairo, utiliza-se o termo ampliado de *'self-settled refugee'* usado por Montaser (2019), ou seja, refugiados registrados e não registrados que compartilham o mesmo histórico socioeconômico de fazer suas próprias estratégias de enfrentamento para sobreviver, buscam seu próprio estabelecimento para integrar-se nas comunidades de acolhimento no país, quais sejam: solicitantes de refúgio com cartão amarelo, arquivo fechado, rejeitado, voluntariamente não registrado com baixa renda ou em condições de vulnerabilidade (JACOBSEN, 2006; MONTASER, 2019).

É importante também ressaltar que o conceito de 'autoassentamento' aqui utilizado trabalha tanto com um aspecto físico-espacial como simbólico do autoassentamento. Físico-espacial porque ele reflete o processo de infiltração espacial do refugiado sírio em busca de um local onde possa assentar-se, na luta por moradia em um local seguro, onde possa se estabelecer economicamente. Esses locais estão espalhados pela cidade e são encontrados pelos próprios refugiados através dos vínculos sociais anteriormente constituídos como: familiares, amigos, compatriotas e ONGs.

O aspecto simbólico, esta intrínseco na busca por uma integração que supra suas necessidades materiais, mas também sociais e emocionais. Está relacionado a uma busca inconsciente por pertencimento, pautado na

percepção que eles têm de que estão sob a incerteza, lidando diariamente com ‘acordos não escritos’, ou ‘barganhas invisíveis’ que precisam se submeter para garantir sua estadia e integrar-se localmente, mesmo provisoriamente (PUGH, 2018).

Se, por um lado, há um ‘senso’ perceptivo de que mesmo sendo um povo aceito e bem recebido pela maioria da sociedade civil egípcia, por outro, não são bem compreendidos e não tão bem-vindos pelo GE. Eles sabem que estão oficialmente desprotegidos devido a irregularidade documental e pelas mudanças políticas, sociais e econômicas do país, em um ambiente inseguro. E esse autoassentamento é guiado por esse senso.

Metodologicamente, a abordagem é transdisciplinar, utilizando-se de pesquisa documental bibliográfica e antropológica. A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022, na cidade do Cairo-Egito, onde atualmente se concentram cerca de 80% dos sírios autoassentados no Egito, especialmente na Comunidade 6 de Outubro.

A fase em campo se propôs a utilizar o método de inspiração etnográfica como observação participativa e diários de campo. Estar em campo contribuiu para ampliar a compreensão dessas estratégias diárias de enfrentamento, que se tornaram uma agência informal dos refugiados sírios, e que têm contribuído não somente para sua sobrevivência mas, também, para cidades e bairros de acolhimento no Egito.

Essa pesquisa demonstra que essas estratégias de enfrentamento, em geral informais, têm fortalecido o relacionamento e moldado mudanças sociais, políticas e econômicas na rotina das comunidades acolhedoras. Assim, estes refugiados, utilizando suas ferramentas práticas, têm fortalecido seu próprio processo de integração local no Egito.

Nessa linha, o artigo discute como essas estratégias de enfrentamento podem-se transformar em políticas, não só de ‘baixo para cima’ mas colaborativas, entre atores de várias esferas de poder e funções sociais, até os atores considerados ‘informais’ pela estrutura convencional de proteção que, nesse caso, configura-se na figura do GE (Governo Egípcio), ACNUR, agências e ONGs parceiras de implementação. E, também, observa como essa rede colaborativa ‘formal’ e ‘informal’, vem contribuindo com as medidas de proteção do ACNUR e do GE, por meio de um modelo comunicativo de redes (PACÍFICO, 2013) entre atores e agentes comunitários, legitimando essa integração.

Assim, o artigo é dividido em três partes: primeiramente descreve-se o processo de acolhimento dos sírios no Egito, entre 2011 e 2019 e as dificuldades enfrentadas nas comunidades locais. Em seguida, analisa-se como as estratégias de enfrentamento de pobreza e sobrevivência levaram os refugiados sírios autoassentados à uma integração local, contribuindo para mudanças socioeconômicas e políticas nas comunidades acolhedoras locais.

Por fim, discute-se os desafios e as consequências de um autoassentamento na informalidade e as inúmeras possibilidades que surgem a partir desse cenário. Conclui-se o texto apresentando os desafios da integração local no contexto Egípcio e sugerindo como esse quadro de informalidade pode ser revertido e potencializado, ao invés de discriminado e marginalizado, por meio da coordenação e da cooperação entre atores.

2 O PROCESSO DE ACOLHIMENTO DOS SÍRIOS NO CONTEXTO EGÍPCIO E O AUTOASSENTAMENTO (2011-2019)

A princípio o Egito recebeu os sírios com portas abertas, porém, o fato de o ex-presidente, Mohamed Morsi, ter os associado à Irmandade Muçulmana desencadeou uma série de retaliações contra os mesmos, que se intensificaram nos anos seguintes. A saída total do presidente Morsi do governo e a tomada do Regime opositor, do presidente Abdel El Fatat Al Sissi, foi o fator crucial para que os sírios passassem a ser vistos como “ameaças”.

Em seguida, as propagandas contra os sírios prejudicaram sua situação. A polícia começou a detê-los por supostamente apoiar a Irmandade Muçulmana. O ano de 2013 foi o que os sírios mais sofreram retaliações e violações dos direitos no Egito, como interceptações de barcos e maus tratos aos refugiados apreendidos; estratégias disfarçadas de deportações; prisões irregulares, entre outras, situações que deixou os refugiados em total vulnerabilidade e insegurança (MAHMOUD, 2017).

Com o novo regime, e a vitória de El-Sisi, medidas drásticas de restrições foram tomadas: mesmo permitindo os sírios permanecerem, o Egito passou por um processo de enrijecimento da sua ‘hospitalidade’, a partir de 2013.

A situação dos sírios se prolongou e sua permanência legal no Egito foi dificultada. As medidas de solução durável do GE não avançaram e, para Grabska (2006a), o que já era um problema endêmico no sistema Egípcio se agravou. De 2014 em diante, os sírios viram seus direitos cada vez mais diluídos no sistema local, levando-os a uma vida de marginalidade social, econômica e política.

O Egito não estabeleceu procedimentos domésticos para concessão de refúgio aos sírios. O principal instrumento legal que rege as relações de refugiados com o Estado é um Memorando de Entendimento (ME), de 1954, ou seja, um acordo entre o Governo do Egito (GE) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que divide os papéis e as responsabilidades de ambos. Nos termos do ME, o ACNUR é responsável por conduzir a determinação do status de refugiado (DSR), de acordo com as atribuições inclusas no mandato do ACNUR.

Em 1954, o Egito aderiu à Convenção dos Refugiados de 1951, ao Protocolo Relativo ao Estatuto do Refugiado e a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), de 1969, que expandiu a definição de refugiado no continente, incluindo como refugiados os que fogem de seu país por violações de direitos humanos, isso significa muito, quando analisamos a forma que o Egito viola o RIR.

O ACNUR, no Cairo, além de registrar o solicitante de refúgio, coordena a ação de parceiros operacionais para fornecer serviços comunitários e psicossociais para refugiados sírios. De acordo com seu mandato, o ACNUR deveria supervisionar; coordenar parceiros e operacionalizar a proteção do refugiado (TURK, 2002); coordenação essa que deveria potencializar a proteção legal, a assistência adicional de emergência e a habitação.

O ACNUR, contudo, enfrenta limitações políticas e outros desafios, como o alto influxo de refugiados e dificuldades para implementar o processo de DSR, de forma mais abrangente, assim, na prática, o serviço acaba limitado a um número muito restrito de refugiados (AYOUB, KHALLAF, 2014; MAHMOUD, 2017).

Como explicado, o ME descreve os procedimentos dos solicitantes de refúgio no país que são processados pelo ACNUR, agência competente para atender a alta demanda de solicitantes. Nesse quadro, somente uma pequena porcentagem consegue seu intento. Aqueles que se registram, recebem uma bolsa mensal do ACNUR, que prevê apenas o nível mínimo de subsistência. Aqueles que podem gerenciar suas despesas de subsistência por conta própria, frequentemente, não se registram. (UNHCR, 2019-20).

Uma vez registrados, os solicitantes recebem o “cartão amarelo”, o que lhes autoriza a permanecer no Egito sob a proteção do ACNUR. Esse cartão é temporário até a entrevista para a concessão de status de refugiado. Além disso, o cartão amarelo oferece benefícios aos solicitantes de refúgio e os ajuda a interagir legalmente com as autoridades egípcias. Assim, este status os protege de serem devolvidos à Síria (*refoulement*, princípio do regime internacional do refugiado) e permite obter autorização de residência temporária no país (HASSAN *et al.*, 2018; UNHCR, 2019-20).

O cartão amarelo permite também matricular crianças em escolas públicas e receber assistência médica e psicológica subsidiada das clínicas parceiras do ACNUR. Seus titulares são elegíveis para vale-alimentação e assistência financeira de EGP 300 (18.78\$) por família, com critérios para recebimentos (UNHCR, 2016).

A duração entre o recebimento do cartão amarelo e a entrevista de Determinação de Status de Refugiado varia e geralmente leva muito tempo, especialmente com o afluxo de refugiados. Os cartões amarelo e azul do ACNUR não concedem residência permanente no país: ao receberem o

cartão azul, eles devem registrar-se no Ministério das Relações Exteriores do Egito (MoFA) para obter o cartão carimbado com autorização de residência, que deve ser renovada a cada seis meses (BADAWY, 2008).

Esse processo burocrático e político torna-se negligente e obsoleto em muitos aspectos, levando os refugiados sírios, no contexto egípcio, a sobreviver sob uma névoa de ‘informalidade’, a princípio, e na ‘marginalidade’ intrínseca, na espera e provisoriamente quando a situação toma-se prolongada, buscando estratégias diárias para enfrentar um processo de integração no país de acolhimento.

2.1 Informalidade, marginalidade e estratégias de enfrentamento para sobrevivência

Como visto, uma série de mudanças políticas, econômicas e legais contribuem para que os refugiados estejam nesse ‘limbo’ de espera e incerteza. Para Montaser (2019), essa estrutura política desordenada e não assistida levanta problemas de longo prazo muito maiores. Desde o início (2011-2012), os refugiados sírios, incluindo-se os registrados com cartão amarelo, os não registrados, mesmo sendo diferenciados pelas condições legais, compartilham da mesma situação econômica e política, de insegurança, espera e provisoriamente (PASCUCCI, 2014).

Para lidar com a vulnerabilidade econômica e social, eles buscam comunidades acolhedoras locais, para se instalarem por conta própria, na maioria das vezes, em condições precárias e ilegais, concentrados em áreas urbanas do Cairo, Giza e Alexandria. Muitas dessas comunidades já se encontravam em péssimas condições estruturais para receber os sírios (MAHMOUD, 2017).

As estratégias de enfrentamento de refugiados rejeitados e documentados e não-documentados são muito semelhantes. Eles sofrem vários níveis de insegurança (GRABSKA, 2006a, 2006b). Em sua pesquisa de 2005, com refugiados em situação prolongada de refúgio, Grabska (2006a) revela que quase todos os entrevistados apontaram que esta insegurança afeta não apenas suas estratégias de subsistência diária, mas também seus bem-estar psicossociais; quadro este que não muda muito quando se trata dos sírios que vivem desde 2011 no Egito.

No Cairo, o sistema de apoio da família e o mecanismo de apoio à comunidade é o principal mecanismo pelo qual a maioria dos refugiados sobrevivem: “Refugiados dependem uns dos outros para compartilhar informações sobre habitação, notícias do ACNUR, autorizações de residência, problemas de detenção, empregos, oportunidades de educação e outros assuntos que os afetam” (GRABSKA, 2006a. p.298).

A estrutura legal insuficiente para atender o número de refugiados e as políticas ambíguas de acolhimento do Egito (NORMAM, 2017) deixam os refugiados em situação de ‘provisoriamente’, imersos numa espera incerta e insegura, uma vez que vivem, como afirma Pascucci (2014), sob uma ‘política do presente’, emergindo, mais precisamente, da experiência afetiva e material de viver ‘vidas provisórias’.

Os refugiados sírios no Egito receiam perderem o pouco de estabilidade já conquistada, além de sofrerem com a incerteza e o desgaste do tempo de espera, a insegurança e, ainda, a perda de dignidade e humilhação (MAHMOUD, 2017; PASCUCI, 2014; GRABSKA, 2006a). Um exemplo disso é que muitos declararam temer os procedimentos de renovação da autorização de residência, o que acentuou as irregularidades e a informalidade (MAHMOUD, 2017).

Direitos básicos, como moradia, transporte, saúde e educação têm sido precários devido à alta demanda, desde o início, porque o país já estava passando por intensas mudanças, tendo-se intensificado após 2013, quando essas mudanças afetaram ainda mais a situação dos refugiados sírios. Contudo, foi a falta de autorização para o emprego formal o principal estímulo para buscarem saídas informais e irregulares.

De acordo com o *Syrian Regional Refugee Response* (UNHCR, 2019), as maiores dificuldades que os refugiados sírios enfrentam ocorrem no acesso ao trabalho formal. De acordo com o último Relatório de Avaliação de Vulnerabilidades (UNHCR EGYPT, 2016-17), essa é uma das principais contribuições para a crescente vulnerabilidade, pois eles não têm permissão oficial de trabalho, além de outros trâmites burocráticos que os impedem de obter diplomas e profissões reconhecidas no país (AZIZ, 2017; MONTASER, 2019).

Barreiras administrativas limitam o acesso a autorizações de trabalho, fazendo com que famílias refugiadas registradas e solicitantes de refúgio recorram a oportunidades de emprego informais, às vezes inseguras, exploradoras e até perigosas. A força de trabalho também inclui crianças que abandonam a escola para contribuir com a renda familiar. De acordo com UNHCR (2019-20) e UNHCR EGYPT (2016-17), 85% dos refugiados sírios são incapazes de prover suas necessidades básicas (UNHCR, 2019). Pequenas estratégias, como trabalhos informais e iniciativas de pequenos negócios familiares são saídas para complementar a renda básica, tanto dos refugiados que recebem auxílio do ACNUR, quanto dos que não recebem nenhuma ajuda.

As estratégias informais de sobrevivência na ‘invisibilidade’ foram tornando-se ação para transformação da sua realidade, conforme suas necessidades, para enfrentar a realidade nas comunidades locais, o que

Montaser (2019) declara como ‘estratégias cotidianas de resistência’ para contornar obstáculos estruturais. Grabska (2006) defende que essas estratégias se tornam eficazes para driblar a burocracia rígida e violadora e, também, para suprir as lacunas deixadas pelos programas e projetos vindos de ‘cima para baixo’, vindo dos atores convencionais (UNHCR, 2019-20).

Nesse processo, os sírios criaram estratégias para lidar com altos custos de aluguéis e problemas com contratos e exploração: muitas famílias sírias compartilham a moradia com outras famílias. Nas áreas habitacionais informais, a segurança é precária e muitos sírios precisam organizar-se via redes sociais.

Para Montaser (2019), essas redes, mesmo informais, proporcionam a conexão necessária entre as comunidades urbanas que se ajudam mutuamente. Essa articulação ameniza a intensidade da exploração do mercado imobiliário e destaca a solidariedade dessas redes sociais entre os sírios e o quanto elas têm contribuído com o processo de integração local.

A eficácia das redes sociais não se limita aos serviços de habitação, englobando também a oferta de oportunidades de emprego e acesso aos serviços. Para Yassen (2016), esses são “mecanismos informais adaptativos”, reações criativas às configurações institucionais formais e à exploração que surgem na rotina da sociedade acolhedora, que dificultam a vida dos refugiados.

Nesse contexto em que os residentes são excluídos dos direitos formais e, portanto, de muitas leis que regulam mercados de trabalho e sistemas de seguridade social, as redes informais se tornam inerentes às manobras cotidianas e estratégias “*do-it-yourself*” que lhes permitem acessar os serviços” (YASSEN, 2016, *apud* MONTASER, 2019).

A estratégia dos refugiados sírios de permanecer discretos e invisíveis, tanto do GE, e, em parte, da comunidade local, também é uma consequência do medo de serem identificados, discriminados ou devolvidos ao seu país de origem, principalmente para os que estão com a documentação irregular (MAHMOUD, 2017). Outra estratégia de invisibilidade para ganhar o sustento é por meio de negócios de pequena escala não licenciados. Por exemplo, caminhões de comida sírios ou vendedores ambulantes em áreas internas do Grande Cairo (MONTASER, 2019).

Segundo Montaser (2019), entidades informais paralelas são outra estratégia eficaz para os sírios irregulares e para muitos regularizados também. Muitos deles não conseguem manter os filhos na escola, recorrendo às escolas comunitárias, criadas pelos próprios sírios, para ajudar a suprir a demanda e superar a dificuldade de matrícula nas escolas egípcias;

para ajudar seus filhos com dificuldades na educação; ou para entender o currículo/dialetos egípcios em salas de aula superlotadas, por exemplo. As escolas comunitárias também oferecem uma oportunidade para professores sírios qualificados encontrarem emprego.

Em relação às autorizações de residência, conforme Montaser (2019), muitos sírios, cujas autorizações foram vencidas ou não possuem documentos oficiais para emitir residência ou cartão amarelo, preferem envolver-se em mercados clandestinos de documentos. Um mercado que tem crescido no Egito: com o fluxo de refugiados, o corretor recebe cerca de 100\$ por passaporte e mais de 250\$ por permissão de estudo e 500\$ por permissão de residência.

Aqui, também, considera-se o entrave dos limites legais e burocráticos confusos que não define critérios para o 'status de refugiado'. Assim, as práticas informais dos sírios criam a sua própria agência que redundam em mudanças políticas, sociais e econômicas locais, que proporcionam mudança social de 'baixo para cima' (*bottom-up*) articulada em uma rede horizontal com atores multidimensionais. É um paradoxo, já que atuam em espaços urbanos onde são atores sociais e políticos, mas não são cidadãos regularizados e muitos nem são considerados refugiados.

Montaser (2019) e Pascucci (2014) sugerem que a agência dos refugiados sírios e pobres urbanos marginalizados no Cairo já está sendo realizada pelas suas práticas de enfrentamento informal. Os limites legais e burocráticos entre cidadania e status de refugiado são confusos, o que revela que os sírios no Egito não estão esperando nem o GE nem o ACNUR para construir saídas para sua sobrevivência. Pelo contrário, enquanto continuam em uma situação instável de espera e provisoriamente, eles moldam essas práticas informais para criar a sua própria agência dinâmica e criativa, com o objetivo de garantir suas conquistas diárias. Porém, no caso dos sírios no Egito, são práticas discretas e invisíveis que vão transformando a comunidade a sua volta de baixo para cima, em espaços onde não são nem cidadãos e, para muitos solicitantes de refúgio, nem refugiados, embora sejam atores sociais e políticos.

Por isso, a agência dos refugiados sírios e pobres urbanos marginalizados no Cairo, que nasce dos seus atos de enfrentamento para suprir a necessidade (BAYAT, 2000), pode estender seus desdobramentos (ou efeitos) ao que Pascucci et al. (2004) se referem como "conscientização", que pode acontecer como uma espécie de práticas cotidianas por meio das quais refugiados estabelecem canais em que eles podem encontrar-se presencial ou virtualmente para se conectar e trocar conhecimentos e informações para suprir suas necessidades.

Montaser (2019) ainda destaca que essa conscientização, assim como a agência invisível dos sírios, não vem necessariamente em forma de organização de manifestações de resistências, para expressar desigualdades ou ativismo, especialmente no caso de refugiados sírios, que preferem um tipo de “agência oculta”.

Mesmo com toda complexidade, provisoriedade e incerteza da espera por soluções duráveis que os tire da marginalidade, as mudanças políticas vêm acontecendo no contexto dos sírios em situação prolongada de refúgio. Para Hassan *et al.* (2017), o Egito é um cenário propício para implementar um sistema de integração para além da informalidade, devido à mobilidade, às possibilidades de se autoestabelecerem dentro das comunidades locais e às similaridades culturais, religiosas e linguísticas que mediam essa integração.

Falta ao GE, ao ACNUR e às organizações parceiras de implementação do processo de acolhimento e integração local dos refugiados sírios no Egito, no entanto, observar e compreender essas dinâmicas que já estão trazendo soluções reais e perceberem as vantagens dessas estratégias de sobrevivência informais, utilizando o que já está implementado pelos próprios refugiados, ou seja, considerá-los como agentes de mudança que podem reverter sua presença irregular em regular e desenvolvimento local, para, juntos, todos os atores gerarem resultados mais eficazes e ampliem as soluções duráveis para um novo tipo de integração local (CRISP, 2004; MONTASER, 2019).

2.2 Os desafios da integração local no contexto egípcio

A integração local faz parte de uma das três soluções duráveis propostas pela estrutura criada pelo Acnur, que, no caso dos sírios, torna-se a mais viável para suas condições. O UNHCR (2021) conceitua a integração como “um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe”, que culminarão na aquisição de nacionalidade.

Esse processo de integração é complexo e multifatorial, levando a discussão ao conceito tradicional de ‘cidadania’ e ‘nacionalidade’, em contraste com as necessidades contemporâneas, e com o conceito de ‘formal’ e ‘informal’, quando se trata do processo de identidade e subjetivação do sujeito (migrante e refugiado).

Alguns autores, como Isin (2008), Nyers (2010), Pacífico (2013) e Castles *et al.* (2002), por exemplo, concordam que a integração é um processo gradual, de adaptação, mas não de assimilação (em que o refugiado assimila a cultura local, em detrimento da sua), com várias dimensões e atores diversificados. CASTLES *et al.* (2002, pp.112-132), ainda destaca que “a integração não pode ser um processo hierárquico e nem unilateral, ao contrário, é um processo de mão dupla que requer adaptação por parte do recém-chegado, mas também pela sociedade que acolhe”.

A amplitude e a multilateralidade do processo de integração dificultam o conceito preciso do termo, mas, sem dúvida, a integração de um recém-chegado em uma sociedade ocorre em muitos níveis e em todos os setores da sociedade, envolvendo uma ampla gama de atores sociais (CASTLES *et al.*, 2002).

Crisp (2004) considera a integração local como um processo que resulta em solução durável e destaca que as dimensões dessa integração podem ser jurídica, econômica e social, envolvendo refugiado e comunidade acolhedora. Como o ACNUR, Crisp (2004) também acredita que as iniciativas dos refugiados e migrantes em busca de criar suas saídas e conviver com a comunidade acolhedora, ainda que fora do escopo das normas e leis, são um processo autêntico e pode vir a ser legalizado, ou seja, culminar na regularização e nacionalidade.

Para Hovil (2014, p. 379), para que haja integração local, na prática, ela precisa ocorrer local e nacionalmente, no nível da prática (integração *de facto*) e jurídico (integração *de jure*) para que o processo seja completo e legítimo (HOVIL, 2014, p. 379). Essa 'legitimidade' vai ser discutida em relação a quem legitima, se o Estado ou o próprio sujeito, no processo de subjetivação do seu 'status'.

Nesse sentido, analisando-se a situação do Egito, observa-se que um vasto processo de integração informal já se desenhou na prática no contexto local, porém não se sustenta porque está longe de um processo respeitado pelos órgãos da estrutura convencional (ACNUR, GE e outras Organizações parceiras que formam a estrutura de proteção e assistência ao refugiado no Egito) que garanta mobilidade, liberdade e autonomia na estadia de longo prazo (GRABSKA, 2006).

Os sírios têm criado e aplicado estratégias e práticas de sobrevivência e com isso têm garantido sua participação na transformação social, econômica e política das comunidades egípcias onde se instalaram, mesmo assim, permanecem negligenciados numa vida de provisoriedade e espera.

De acordo com Montaser (2019), os aspectos dessa integração são caracterizados pela informalidade e se encaixam na descrição de Pascucci (2014), de instabilidade, provisoriedade e espera. Mesmo vivendo na informalidade, sob incertezas temporais e insegurança, os refugiados sírios autoassentados estão agindo diariamente, apesar da ausência de poderes legais, em busca de prover suas necessidades básicas, como moradia mais barata, educação, saúde e trabalho, particularmente os não registrados e em condições sociais de vulnerabilidade (UNHCR, 2018). Conforme Pascucci (2014), essa agência diária, dentro desse 'tempo suspenso' e 'tempo interrompido', evita ou minimiza a espera; promove vínculos afetivos e conexões sociais tanto entre os sírios quanto entre eles e a comunidade acolhedora, caracterizando um processo de integração local.

Pascucci (2014, p.143) chama essa agência de “política do presente”, que emerge precisamente da experiência afetiva e material de viver ‘vidas provisórias’. Assim, o sírio tem desafiado o sistema formal, transformando sua realidade e se integrando na comunidade local e, como destaca Montaser (2019), desafiando a compreensão de fronteiras; legalidade e ilegalidade; formalidade e informalidade; e o político e o apolítico.

Essa integração caracterizada como *de facto*, contudo, não é suficiente, pois o refugiado não pode viver na invisibilidade ou à margem da sociedade para sempre. Nesse caso, faz-se necessário um processo, abertamente político e legal que resultaria no reconhecimento dessa agência do refugiado, como um ator político, social e econômico que vem protagonizando sua presença e participação no país. No entanto, a cidadania (nacionalidade), que deveria ser uma opção, tem sido continuamente evitada pelo GE, que prefere uma abordagem protecionista, evasiva e ambivalente (NORMAN, 2017)

Segundo Norman (2017), a política de migração egípcia é evasiva e ambivalente, quando o Estado egípcio não se posiciona política e legalmente, e se abstém do envolvimento direto com os refugiados e os solicitantes de refúgio, deixando as responsabilidades para o ACNUR. O sistema de proteção egípcio se encaixa no que Kagan (2011) chama de “*surrogate state*” (estado substituto), que surge em contextos de proteção ao refugiado em alguns países do sul global, quando o Estado delega ao ACNUR sua responsabilidade, negligenciando mudanças estruturais que deveriam acompanhar todo o processo de implementação da proteção. Esse comportamento gera um impasse entre governo, ACNUR, ONGs e refugiados, entre as demandas do sistema legal e a vida já estabelecida na irregularidade, que desafia o GE a melhorar o sistema de proteção interno.

Assim, faz-se necessário repensar soluções que transcendam a dicotomia do formal e informal; descriminalizem algumas ações autênticas vindas dos refugiados e comunidade local; e potencializem a parceria já existente com os atores e redes de refugiados sírios e moradores da comunidade acolhedora, envolvidos na dinâmica de integração; que ajudem ao ACNUR e ao GE a coordenar e a articular efetivamente atores de diferentes camadas, tornando o processo legítimo (MONTASER, 2019).

Banks (2019) critica a dicotomia entre informal e formal e propõe uma terceira via de análise e prática, que ve a informalidade como um cenário relacional e contextual em constante mudança. Assim, os agentes “informais” trabalham em uma agência para construção social alternativa, que vá além dos *templates* estruturais convencionais, e ajude criar possibilidades e mudanças que garantam sua sobrevivência.

Montaser (2019) sugere que interpretar a integração pelas lentes da “informalidade” desenvolvida na prática diária do refugiado amplia o entendimento de cidadania que transcende o status legal de residentes não

documentados e passa a vê-la como processo social e ação política, dentro das lutas sociais diária, em busca de direitos e garantia das necessidades básicas (PASCUCCI, 2014).

Nesse sentido, potencializar os mecanismos de sobrevivência dos refugiados e legitimar as iniciativas informais pode ser uma solução viável. Não somente regularizar, mas criar meios de aproveitar o conhecimento e a experiência gerada pelos próprios refugiados no processo (MONTASER, 2019). Ao contrário de violar e marginalizar, dar suporte às iniciativas já estabelecidas e implementadas com vínculos sociais que sustentam uma rede política, econômica, social e cultural entre as famílias sírias, outros refugiados e a comunidade local.

Montaser (2019) e Oliveira (2021) observaram, na Cidade/comunidade 6 de outubro, localizada no Cairo, como essas redes informais entre os refugiados são importantes e eficazes, ressaltando o potencial de conexão social e mudança que há nessas estruturas que organizam e ajudam os próprios refugiados, trazendo segurança, possibilitando aluguéis mais baixos, alternativas educacionais, empregos e negócios.

Portanto, são redes que ampliam as estratégias de sobrevivência, a busca por direitos e qualidade de vida, não sendo exatamente necessário passar pelas teias institucionais formalizadas do país acolhedor (Egito) e do ACNUR. No processo de acolhimento, eles “se viram” como podem nos maiores centros urbanos egípcios (MONTASER, 2017). O grande desafio é que, na maioria das vezes, essas redes e estratégias não são levadas em consideração como parte da solução e esses refugiados permanecem criminalizados, violados, invisíveis e negligenciadas pelo GE e os outros atores parceiros.

Para Crisp (2004), é necessário reconhecimento e coordenação pois essa instabilidade legal, na prática, não estabelece estrutura durável. Montaser (2019) e Norman (2017) sugerem potencializar as iniciativas dos refugiados para diminuir os extremos entre formalidade e informalidade, além de que o GE precisa reverter sua política hierárquica, conservadora e ambígua, estendendo o diálogo entre os extremos.

Pacífico (2013) inclui elementos práticos para resolver essa exclusão e marginalidade, sugere que os atores devem trabalhar em parceria na criação de uma rede de interações que possa resultar em saídas muito mais eficazes para ampliação da proteção, criação de novas políticas públicas e legislações mais justas.

Dessa forma, para viabilizar esse diálogo, Pacífico (2013) sugere uma dinâmica de interrelação entre atores de diferentes níveis de poder, utilizado a interação como um modelo comunicativo da sociedade em rede, o que dialoga com as agências e com as necessidades dos sírios no Egito, que já vêm, na prática, dinamizando essa realidade.

No processo para criar essa conexão entre os extremos, Pacífico (2013) sugere que essa rede comunicativa seja liderada pelo ACNUR, que vai coordenar os atores de implementação, quais sejam, ACNUR, Estados, ONGs e refugiados [sírios]. Essa articulação poderia trazer resultados práticos positivos, inclusive a formulação do próprio sistema interno de políticas para refugiados.

Para tanto, é necessário incluir todos os atores, em contínuo diálogo, saindo do modelo tradicional, dicotomizado e hierárquico, nos quais leis e decisões vêm de cima para baixo (*top-down*). Isso seria um grande passo em direção a um processo de integração protagonizado pelos refugiados e legitimado pelo GE. Um modelo equitativo e mais justo, que talvez resulte em mais estabilidade e desenvolvimento nacional, do que medidas políticas protecionistas ou ambíguas (PACÍFICO, 2013; MONTASER, 2019).

Por fim, o governo egípcio pode resolver o impasse das soluções duráveis e melhorar suas políticas de migração nacional, mas, para isso, como enfatiza Pacífico (2013, p. 34), “o diálogo é a palavra-chave para um modelo comunicativo da sociedade em rede. A maneira de organizar os domínios dos parceiros de implementação (Estado, ACNUR, ONGS e refugiados), e otimizar os procedimentos de determinação de status do refugiado”.

Como ressalta a autora, o mais importante “é que todos os parceiros de implementação possam negociar efetivamente entre si, considerando sua importância dentro dos procedimentos de DSR”, que devem ser mais bem organizados para “construir pontes em vez de paredes.” (PACÍFICO, 2013, p. 28), e, assim, sair da ambiguidade, assumindo um engajamento que poderá trazer resultados positivos, ou melhor, uma política de migração mais justa e humanizada e um desenvolvimento mais sustentável para o país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os refugiados sírios enfrentam, desde a sua chegada ao Egito, a partir de 2011, uma falsa ideia de hospitalidade nacional e promessas de proteção e cuidado. Com as mudanças políticas, econômicas e sociais no país, entre 2012 e 2014, eles passaram a sofrer com vulnerabilidade social e econômica que afeta a sobrevivência, em mais de 10 anos vivendo em situação de refúgio. Desde então, eles vêm enfrentando limitações legais, como consequência de políticas evasivas e ambíguas e um acolhimento desordenado e mal gerido por parte do Governo Egípcio, que delega toda responsabilidade ao ACNUR.

Imerso nessa instabilidade, provisoriedade e espera, em uma burocracia que limita a luta pela sobrevivência diária, revela-se o caráter criativo e autônomo do refugiado sírio. Essa agência vem garantindo sua

participação social, política e econômica e transformando as comunidades acolhedoras em centros urbanos espalhados pelo país. Essas estratégias de sobrevivência garantem certa autonomia e agência ampliando seus laços sociais com a comunidade local e, ainda que informalmente, desenvolvem economicamente certas áreas do país.

Para discutir soluções nesse cenário, foi sugerido um olhar não convencional para a interpretação dessa estrutura de integração desenvolvida pelos sírios. Essa iniciativa pode resultar em políticas de soluções duráveis 'de baixo para cima', ou seja protagonizada pelos refugiados, e horizontalmente dinâmica e multidimensional. Esse olhar propôs abordar as iniciativas dos refugiados como estratégias positivas que podem contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais e do país acolhedor e para melhorar a qualidade de vida do próprio refugiado. Assim, na realidade do Egito, para diminuir os extremos entre formalidade e informalidade, e ampliar as ferramentas de inclusão dos atores de implementação, quais sejam O Estado, Acnur, ONGs em parceria com refugiados, bem como os atores comunitários locais, gerando seu próprio sistema interno de formulação de políticas.

Acnur junto com o GE, pode reverter suas políticas, programas e projetos, estendendo o diálogo com esses atores. Viabilizar o diálogo é de suma importância e cria uma dinâmica de interrelação com os atores e as instituições envolvidos (formais e informais). Essa medida se aplicaria, à princípio, potencializando o modelo comunicativo de sociedade em rede já desenvolvido pelo refugiado em seu contexto através das suas estratégias diárias para o autoassentamento, sendo coordenada,

As vantagens dessas medidas podem ser inúmeras: incluir os refugiados no processo de formação de políticas locais e nacionais, aliviará a sobrecarga das demandas concentradas no ACNUR, dando um passo em direção a um processo de integração protagonizado pelos refugiados e legitimado pelo GE. Assim, pode-se desenvolver um modelo equitativo e mais justo de integração local que traria mais segurança e menos risco de conflitos internos, bem como estabilidade e desenvolvimento nacional. Essas medidas seriam muito mais vantajosas para o GE, do que medidas políticas protecionistas e ambíguas que violam o direito humano.

Por fim, é fundamental que o Governo Egípcio enfrente a realidade e busque auxílio, assumindo seu papel como parceiro de implementação do regime de refugiados, ampliando suas políticas migratórias, potencializando a cooperação local, nacional e global e abrindo caminho para um possível desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, M. KHALAF, S. Syrian refugees in Egypt: challenges of a politically changing environment, working paper **The Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**, AUC, n. 7. p. 01-33, 2014. Disponível em: <https://fount.aucegypt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6020&context=faculty_journal_articles>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- AZIZ A. N. Surviving in Cairo as a closed-file refugee: socio-economic and protection challenges. **Center for Migration and Refugees Studies (CMRS)**. AUC, n.10. p. 01-41, 2017. Disponível em: <<https://www.iiied.org/10837iiied>>. Acesso em: 05 jul. 2023
- BADAWY, T. Egypt and the 1990 Convention on the Protection of Migrant Workers. **CARIM-Analytic and Synthetic Notes**, Robert Schuman Centre for Advanced Studies and European University Institute, Cairo, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://cadmus.eui.eu/handle/1814/14046>>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BANKS, N.; LOMBARD, M.; MITLIN, D. Urban Informality as a Site of Critical Analysis. **The Journal of Development Studies**, v. 56, n. 2, UK, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2019.1577384>>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BAYAT, A. From 'Dangerous Classes' to 'Quiet Rebels', Politics of the Urban Subaltern in the Global South. **International Sociology AUC**, v.15 n.3, p.533–557., v.15 n.3, p.533–557. 2000.
- BIDINGER, S.; LANG, A.; HITES, D. K. Y. NOUREDDINE E.; AKRAM, S. Protecting Syrian Refugees: Laws, Policies, and Global Responsibility Sharing. **Boston University School of Law**. p. 73-93. 2014.
- CASTLES, S.; KORAC, M.; VASTA, E. VERTOVEC, S. **Integration: Mapping the field Report**. University of Oxford Centre for Migration and policy Research and Refugee Studies Centre, p.112-132, 2002.
- CRISP, J. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. **UNHCR -Work paper**, n.102, p.1-7. 2004. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/media/local-integration-and-local-settlement-refugees-conceptual-and-historical-analysis-jeff-crisp>>. Acesso em: 05 jul. 2023
- GRABSKA, K. Who Asked Them Anyway? Rights, Policies and Wellbeing of Refugees in Egypt. **Development Research Centre on Migration - Globalisation and Poverty**. Julho, 2006a

- GRABSKA, K. Marginalization in Urban Spaces of the Global South: Urban Refugees in Cairo. **Journal of Refugee Studies** v. 19, n. 3, p. 287-307, August, 2006b.
- HOVIL, L. Local Integration. In: QASMIYEH, E. F.; LOESCHER, G.; LONG, K. and SIGONA, N. (orgs). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford University Press, 2014. p.488-98. Disponível em: <<https://www.rsc.ox.ac.uk/policy/oxford-handbook>>. Acesso em: 30 fev. 2022.
- HASSAN, M.. et al. **When Syria was in Egypt's Land Egyptians Cooperate with Syrians, but less with each other**. Faculty of Economics and Political Science, p.1-44. CU.2018. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3301484>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ISIN, E. F. Theorizing Acts of Citizenship. In. ISIN, Engin F.; NIELSEN, Greg M. (orgs.). **Acts of Citizenship**. Palgrave Macmillan, London: 2008. p. 15–43.
- JACOBSEN, K. Refugees and asylum seekers in urban areas: a livelihood perspective. **Journal of Refugee Studies**, v. 19 n. 3, p. 273-286, 2006.
- JACOBSEN, K. et al. Remittances to transit countries: The impact on Sudanese refugee livelihoods in Cairo. **Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**. AUC, School of Global Affairs and Public Policy, Cairo, n.3, p. 1-57. 2012
- KAGAN, M. We live in a country of UNHCR: The UN surrogate state and refugee policy in the Middle East. **UNHCR Paper** - New issues in refugee research, Cairo, n. 201, p.1-25.2011.
- MAHMOUD, M. M. **The economic and social integration of the Syrian migrants and refugees in El Rehab city in Egypt**. p.1-124 (Thesis Submitted to Master of Arts in Sociology-Anthropology) - Department of Sociology, Anthropology, Egyptology and Anthropology (SEA), School of Humanities and Social Sciences (HUSS), AUC, Cairo-Egito. 2017.
- MONTASER, M. S. Investigating self-settled Syrian refugees' agency and informality in southern cities greater Cairo: a case study. **Review of Economics and Political Science**. Department of Political Science, p. 1-18. Cairo, 2019. disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REPS-10-2019-0137/full/>>. Acesso em: 05/06/2023
- NORMAN, K. P. **Reluctant Reception: Understanding Migration and Refugee Policy in Egypt, Morocco and Turkey**. 2017. p. 201. Tese (Doutorado). Department of Political Science, University of California, Irvine, 2017. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/4t07g3rh#author>>. Acesso em: 05/06/2023
- NYERS, P. No One is Illegal Between City and Nation, **Studies in Social Justice**. Canada, v.4, n.2, p.127-143, 2010.

PACÍFICO, A. M. C. P. **A network society communicative model for optimizing the Refugee Status Determination (RSD) procedures.** EDUEPB: João Pessoa. 2022.

PACÍFICO, A. M. C. P. A network society communicative model for optimizing the Refugee Status Determination (RSD) procedures. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 22-39, 2013.

PASCUCCI, E. **Beyond depoliticization and resistance:** refugees, humanitarianism, and political agency in neoliberal Cairo. 2014. p. 227. Tese (PHD) Human Geography. University of Sussex, Sussex, 2014.
Disponível em: <http://sro.sussex.ac.uk/cgi/facet/simple2?_action_search=Search&_order=bytitle&basic_srctype=ALL&_satisfyall=ALL&q=ELISA+PASCUCCI&_action_search=Search>. Acesso em: 05/06/2023

PUGH, J. D. Negotiating Identity and Belonging through the Invisibility Bargain: Colombian Forced Migrants in Ecuador. **University of Massachusetts**, v. 52 n.14. p. 1-33. Boston, 2018.

SAID, A. The Paradox of Transition to “Democracy” under Military Rule. **Social Research**, v.79, n. 2, p.1-38, 2014.

TURK, V. UNHCR’s supervisory responsibility. **New issues in refugee research. Research Paper 167.** Genève: UNHCR, 2002.

UNHCR EGYPT. All Region Refugees Overview. Map of Central Region Syrian Refugee Vulnerability. **Vulnerability Assessment Framework (EVAR)**, 2016.

UNHCR Egypt. **Regional Refugee & Resilience Plan-3RP.** Regional Strategic Overview. 2019-20.

UNHCR (2021) Global Trends Report: Forced Displacement in 2020. UNHCR: Geneve.

RESUMO

Os refugiados sírios que atualmente vivem no Egito estão sob um frágil sistema de proteção que os levou a se integrar informalmente. Esse artigo analisa aspectos estruturais da integração dos refugiados sírios no Egito, visando compreender sua agência autônoma e criativa, que fortalece a relação com a comunidade de acolhimento e resulta em um modelo peculiar de comunicação e articulação em redes entre atores locais (PACÍFICO, 2013) que, se bem compreendidos, pode contribuir para mudanças no modelo convencional de respostas aos refugiados em situação prolongada de refúgio.

Palavras-chave: sírios; refugiados; autoassentamento; informalidade; integração.

ABSTRACT

Syrian refugees currently living in Egypt are under a fragile protection system that has led them to integrate informally. This article analyzes aspects of the integration of Syrian refugees in Egypt, seeking to understand their autonomous and creative agency, which strengthened the relationship with the host community and resulted in a peculiar model of communication and articulation in networks between local actors (PACIFICO, 2013) that, if well comprehended, can contribute for changes in the conventional model of responses to refugees in protracted situation.

Keywords: Syrian refugees; self-settlement; informality; integration.

CROSSING: how we label and react to people on the move

CRUZANDO: como rotulamos e reagimos às pessoas em movimento

Felipe Aquino Domiciano

A discussão entre os termos “*migrantes*” e “*refugiados*” vai muito além de sua definição e evidencia falhas (in)voluntárias de proteção jurídica, acolhimento e integração local (JARDIM, 2017). Partindo dessas falhas, o livro publicado pela professora Rebecca Hamlin evidencia as consequências e demonstra o abismo criado entre um termo e outro. O livro é composto por oito capítulos, além do índice, agradecimentos, notas e referências.

No capítulo 01 “*The Migrant/Refugee Binary*”¹, a autora trabalha os resultados de uma pesquisa de opinião produzida pela *Pow Research Center*², cuja conclusão é que a população do país anfitrião entende que os refugiados, em detrimento dos imigrantes, merecem mais proteção internacional. Enquanto a literatura prega que a motivação para o cruzamento das fronteiras é “*voluntário*” ou “*forçado*”, a autora contra-argumenta que há casos em que tal categorização não se aplica aos transfronteiriços oriundos da Nicarágua, Paquistão e Afeganistão que vão para a Europa.

Ao longo do capítulo é possível vislumbrar que a autora critica os países que utilizam os termos “*refugiados*” e “*migrantes*”, em seu sentido binário, como prerrogativa para não receber os imigrantes que deixaram os seus países, motivados por crises econômicas. Nessa vertente, a autora crítica os critérios de reconhecimento do *status* de refugiado na União Europeia e nos Estados Unidos, pois em sua visão são eminentemente políticos e possibilitam a existência de decisões diversas em casos semelhantes.

A criação do binário, na visão da autora, é uma estratégia criada pelos países receptores para embasar a negativa de acolhimento dos imigrantes, expondo a flagrante violação dos direitos humanos e leva tais países ao erro, pois um desastre natural pode motivar a concessão do status de refugiado aos imigrantes outrora considerados indignos de proteção jurídica.

Com base nas críticas do binário entre imigrante e refugiado, a autora aponta, no capítulo 02 “*Uneven Sovereignties*”³, que os estudos sobre refugiados não consideravam a vanguarda do direito internacional e o

projeto colonial, mas sim os interesses dos Estados naquele momento, como proteção e dominação. Conseqüentemente, os Estados não trabalhavam a figura do refugiado, tornando-o um ser aleijado da sociedade no período colonial. Para corroborar, a autora cita Emmanuel Kant, um crítico do direito internacional e desconsiderado em sua época, que argumentava que uma pessoa não deve ser proibida de ingressar em outro país se estiver com risco de vida.

No capítulo 03 "*Academic Study*"⁴ é debatida a escassez de estudos, nas ciências humanas, sobre imigrantes e refugiados. Por outro lado, a autora alerta que os poucos estudos existentes trazem os imigrantes e refugiados como seres marginalizados. Uma saída para o fim de produção de trabalhos que abordam conceitos binários é apontada no livro: criar um conceito amplo de "refugiado".

O papel do ACNUR, em relação a perpetuação do binário, é abordado no capítulo 04 "*The United Nations High Commissioner of Refugees*"⁵. Para a autora, o ACNUR é a principal organização internacional responsável pela perpetuação do binário, a ponto de lançar a Revista Refúgios, no ano de 2017, com o título "Refugiado ou migrante? Por que é importante". Em suma, uma das vantagens do binário para o ACNUR é poder estabelecer as suas prerrogativas para proteger uma única categoria e favorecer a comunicação com os países do norte global, fazendo com que o refugiado seja visto como uma categoria jurídica neutra, levando a justificar a implementação de ideais que visem promover a diferenciação e incremento de controles nas fronteiras, como a limitação no acesso aos territórios.

Apesar de o ACNUR reconhecer as migrações mistas (refugiados e migrantes que se deslocam pela mesma rota), o seu entendimento é que não há combinação, motivo pelo qual, distinguir o refugiado do imigrante é prioridade organizacional, ao contrário da Organização Internacional para as Migrações (OIM) que, ao aproximar da Organização das Nações Unidas (ONU), mina a lógica legalista do ACNUR, haja vista que manifestações da OIM pugnam no sentido de que refugiados têm sabor de imigrantes e que imigrantes também têm direitos, rechaçando a limitação da atuação do ACNUR.

Os capítulos 05 "*The Global South*"⁶, 06 "*Arrivals in Europe*"⁷ e 07 "*American Public Discourse*"⁸ são apresentados como exemplos da legitimação dos estados frente a promoção do binário defendido pelo ACNUR. Enquanto o sul global é visto como produtor de migrantes, a autora vê como produtor de direitos internacionais; enquanto a Europa insiste em limitar o alcance dos refugiados, a fronteira entre Estados Unidos da América e México é marcada pelos gritos de ordem da população ativista do não binário, por exemplo, "sem proibição, sem muros".

Por fim, o capítulo 08 “*Beyond Binary Thinking*”⁹ aborda que a crise de proteção dos direitos dos refugiados no norte global, agravada pelo advento da pandemia da COVID-19¹⁰, tem sido cada vez mais aberta e agressiva.

No decorrer do livro a autora critica a lógica binária, concebida como uma ficção legal e perigosa, calcada nas motivações dos fluxos migratórios que excluem pessoas vulneráveis que se deslocam por decisões multifocais, sobrepondo os refugiados em detrimento dos imigrantes, de modo que, admitir que o binário é uma ficção legal é como admitir que é quase impossível distinguir.

São três as lógicas binárias apresentadas no livro: **i)** existem duas motivações distintas e distinguíveis para cruzar as fronteiras, **ii)** os refugiados são os mais necessitados entre as fronteiras do mundo, e **iii)** refugiados são raros.

Sobre distinguir e distinção, é revelado que as categorias utilizadas para distinguir não são neutras e apolíticas, sendo a lógica binária utilizada como justificativa às restrições apresentadas pelo norte global à mobilidade de pessoas do sul global, com o objetivo de se evitar discussões políticas sobre ética e controle de fronteiras entre países integrantes do sul global. Neste ponto se faz necessário citar um trecho da obra:

[...] Guardas e armas e muros e fios e ondas não podem dizer se uma pessoa é um refugiado ou um migrante; tampouco se os tribunais estão preparados para isso, mas as pessoas se apegam a ideia de que são distintas e distinguíveis como forma de evitar decisões mais difíceis (HAMLIN, 2021, p.159).

A autora parte da ideia de que a Convenção dos Refugiados de 1951 não é uma constituição e, portanto, podem ser implementados novos instrumentos que ajudem pessoas a migrar, como os slogans “sem proibição, sem muro” e “todos são bem vindos”, além de mencionar que princípio do *non-refoulement*¹¹, ao menos teoricamente, protege uma faixa maior de pessoas do que a lógica do binário.

Um movimento além do pensamento binário pode criar possibilidades de proteção, já que insistir na lógica do binário não irá resolver, sendo apenas uma forma moral de justificar medidas duras de controles de fronteiras. Alerta a autora:

[...] se você decidir se referir à pessoas sem status de refugiado como refugiado em seu trabalho, pelo menos adicione uma nota metodológica explicando que está fazendo isso por razões de impacto retórico, a fim de

chamar atenção para um grupo que você acredita que deve ser reconhecido como vulnerável e necessitado (HAMLIN, 2021, p.156).

Assim, a autora propõe falar sobre os transfronteiriços – ao invés de refugiados e imigrantes – como pessoas e não como categorias/rótulos, assim como fez Hannah Arendt, sendo uma opção poderosa, pois pouco importa se é refugiado ou imigrante, se saiu de casa por intervenção militar, exploração econômica ou apoio externo de um ditador, já que todos são humanos e dignos de proteção jurídica internacional.

NOTAS

¹ Tradução: O Binário Migrante/Refugiado.

² Tradução: Centro de Pesquisa Pow.

³ Tradução: Soberanias Desiguais.

⁴ Tradução: Estudo acadêmico.

⁵ Tradução: O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

⁶ Tradução: O Sul Global.

⁷ Tradução: Chegadas na Europa.

⁸ Tradução: Discurso Público Americano.

⁹ Tradução: Além do Pensamento Binário.

¹⁰ Causada pelo vírus Sars-CoV-2.

¹¹ Tradução: Não devolução.

REFERÊNCIAS

HAMLIN, Rebecca. **CROSSING**: how we label and react to people on the move. Stanford, California: Stanford University Press, 2021.

JARDIM, Denise Fagundes. **Imigrantes ou refugiados?** Tecnologias de controle das fronteiras. Jundiá: Paco editorial, 2017.

Educação e migração no Brasil contemporâneo

Rômulo Sousa de Azevedo

CAVALCANTE, Cláudia Valente. *et al. Educação, migração e diversidade na contemporaneidade*. São Carlos: Pedro e João editores, 2022.

Uma das principais características dos estudos migratórios é seu aspecto interdisciplinar. Pode-se estudar as migrações internacionais a partir da perspectiva do Direito, da Economia, da Linguística, da Geografia, entre outras áreas. Diante das possibilidades, houve nos últimos anos um aumento das publicações de artigos e livros que conectam a pauta migratória com outros campos de conhecimento.

No caso da Educação, especificamente, tal movimento também ocorre. Apesar de se tratar de uma área incipiente, trabalhos passam a ser publicados no intuito de dar visibilidade à nova área de estudos. É neste contexto que foi publicado em 2022, pela Pedro e João Editores, o livro *Educação, migração e diversidade na contemporaneidade*, organizado pela professora Cláudia Valente Cavalcante, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, e pelas pesquisadoras Daniela Colella Zuniga Ludovico, Adma Palmira Jaime Noleto e Antonia de Paula Ribeiro.

Por se tratar de um debate ainda embrionário, o livro nasce com a proposta de trazer contribuições ao campo. O objeto de investigação, que permeia todos os capítulos, são os processos educativos dos migrantes internacionais, sejam eles migrantes voluntários ou forçados; sejam crianças e adolescentes na educação básica ou jovens no ensino superior.

O livro é composto por oito capítulos, com textos de professores e pesquisadores de diversas instituições do Brasil. A coletânea dialoga com áreas específicas como política educacional, literatura, educação física e cidadania. Há ainda uma diversificação de textos com abordagem empírica, documental e bibliográfica. Assim, o que temos é um livro que foi produzido a partir da diversidade de assuntos e abordagens, tendo como guia de direção o tema da educação e migrações internacionais.

O título, por si, já levanta uma reflexão interessante. Educação e migração, apesar de surgir recentemente como nova frente de estudos, não pode ser uma temática encarada como uma grande massa homogênea. Estamos falando de crianças, adolescentes, jovens, provenientes de diversos países.

Há uma diversidade de origens, culturas, lugares. Os processos educativos passam a ser pensados considerando as especificidades de cada pessoa, ao mesmo tempo que são aplicados em turmas que, se antes eram compostas por 30 crianças brasileiras, agora são compostas por 30 crianças, dentre as quais, brasileiras, haitianas, sírias, venezuelanas, cubanas, mexicanas, e assim por diante. Tudo isso acontecendo agora, no contexto contemporâneo, no tempo presente.

“Criança refugiada: da proteção ao direito à educação no Brasil”, de Adriana Almeida Sales de Melo e Priscilla Franco Rocha, é o primeiro capítulo do livro. Com foco na política internacional e nacional, as autoras apresentam um balanço de legislações, relatórios e ações políticas que visam a garantia dos direitos básicos da criança. Há ainda um tópico que discute o direito à educação para a criança refugiada no Brasil, com destaque para a Resolução nº 1 de 13 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Educação, medida legal mais recente que trata do direito à matrícula no sistema público de ensino, para crianças e adolescentes migrantes, apátridas e solicitantes de refúgio.

O segundo capítulo é de Stéfani Rafaela Pintos da Rocha, Yasmin Ramos Pires e Geovana Mendonça Lunardi. “Migração e infância: o que dizem as produções científicas da área da educação?” é um texto que dialoga com as produções mais recentes – 2017 a 2021, e cujo objetivo, é analisar a forma como as políticas educacionais para a criança migrante e /ou refugiada são tratadas nas produções. A discussão empreendida pelas autoras ocorre a partir da análise de quatro artigos, uma dissertação e uma tese.

O terceiro texto tem como título “Migrantes, educação e educação física: reflexões sobre a produção acadêmica” escrito por Brunna Thais Reis Sales e Cláudia Valente Cavalcante. Trata-se de um capítulo dedicado a apresentar uma revisão de literatura que mapeou as produções científicas sobre educação, educação física e migrantes. Pela revisão, as autoras traçam uma reflexão sobre práticas corporais e culturais de migrantes. É um texto que instiga o diálogo sobre um assunto novo e ainda pouco explorado.

Rômulo Sousa de Azevedo é o responsável pelo capítulo quatro: “Há um campo de estudo sobre educação e migrações em Goiás? o desenvolvimento de uma área de pesquisa”. A partir de dados do Censo Escolar de 2010 e 2019, traçamos uma linha de desenvolvimento do campo de pesquisa em educação e migração em Goiás, que foi impulsionado pelas matrículas de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas, na rede pública de ensino. Enfatizamos que a área, apesar de recente, se desenvolve de forma exponencial por englobar uma realidade que tem se tornado comum na educação brasileira. Assim, se torna de igual forma, um campo vasto e fértil para novas pesquisas.

O capítulo cinco “Educação como instrumento para o exercício da cidadania da população imigrante no Brasil” é de autoria de Daniela Colella Zuniga Ludovico e Cláudia Valente Cavalcante. Neste texto, elas aproximam os campos da educação, migração e cidadania, discutindo o papel da escola para migrantes e refugiados. A educação, no sentido dado pelas autoras, está inserida no âmbito da cidadania e não apenas como um instrumento técnico e pragmático. É pela educação que ocorre a inclusão de migrantes e refugiados no espaço público e na participação política.

A literatura se torna o foco do capítulo seis. O texto “Migrações e educação: oficina de literatura como espaços não-escolares de encontro e persistência”, escrito por Caroline Couto, Gisele Dhein e Betina Hillesheim, apresenta experiências de encontros e leituras entre as pesquisadoras e nove crianças migrantes de 5 a 12 anos, oriundas da Venezuela e do Haiti. Ao longo do relato, as autoras apresentam a literatura como uma ferramenta facilitadora para que as crianças possam, a partir dos livros de literatura infantil sobre migrações, expressar suas próprias narrativas.

Karoline Amanda Araújo, Fábio Chang de Almeida e Camilo Darsie são os autores do capítulo sete: “Narrativas educativas, lugares e migrações: reflexões a partir do documentário ‘Humano – uma viagem pela vida’”. Os autores partem dos conceitos de lugar e de pedagogias culturais para analisar o documentário de Yann Arthus-Bertrand, lançado em 2015. A partir da análise, eles refletem sobre as implicações do deslocamento e do ato de migrar. O que está envolvido neste processo, as articulações individuais e coletivas envolvidas, e como os lugares, seja de origem, seja de destino, formam os sujeitos. Principalmente, os impactos que essa alternância de lugares gera sobre a criança.

Temos então como fechamento do livro, o capítulo oito “Influências do processo de Bolonha nas políticas educacionais brasileiras – a questão da migração estudantil interestadual”, escrito por Higo Gabriel Santos Alves e Sylvania de Oliveira Bernardi Noletto. O Processo de Bolonha¹ é o ponto de partida que direciona a reflexão dos autores quanto as implicações sociais, econômicas e culturais, envolvidas na mobilidade internacional de estudantes no contexto brasileiro. Apesar de importante, a mobilidade em nosso cenário não leva em conta outras variáveis, como as ações de democratização de acesso e permanência na universidade. Logo, a migração estudantil é feita por grupos sociais de maior poder aquisitivo, excluindo jovens de camadas populares.

Para finalizar, minha recomendação de leitura está assentada em três pontos. Primeiro, uma das contribuições do livro está em demonstrar a interdisciplinaridade entre os campos da migração e educação. São estudos que tratam da interlocução entre as duas áreas na educação básica e

educação superior, permeando ainda por subcampos específicos. Segundo, outro fator positivo é a possibilidade do livro se tornar uma porta de entrada para iniciantes no tema. Com textos que dialogam com a literatura nacional e internacional sobre o assunto, a pessoa que ainda não sabe por onde começar encontrará nas páginas do livro um bom caminho para iniciar seu trajeto. E terceiro, há uma alternância dos capítulos entre textos teóricos e empíricos. De um capítulo com foco em revisão de literatura, o leitor poderá logo em seguida conhecer uma prática pedagógica com livros infantis ou filme, que pode ser aplicado em sala de aula para trabalhar o tema migratório com os alunos.

NOTAS

¹ Trata-se de uma política pública transnacional – engloba a União Europeia –, originada através do documento de 1999 que estrutura e organiza as políticas de ensino superior no espaço europeu, bem como, fomentar a expansão do sistema europeu de educação superior em todo o mundo até 2010 (ALVES; NOLETO, 2010).

REFERÊNCIAS

ALVES, Higo Gabriela Santos; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. Narrativas educativas, lugares e migrações: reflexões a partir do documentário ‘Humano – uma viagem pela vida. In: CAVALCANTE, Cláudia Valente. *et al.* **Educação, migração e diversidade na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro e João editores, 2022, p. 149-170.

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www._____](http://www._____.)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Vol. 31, N° 69 – dezembro – 2023

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Educação, migração
e direitos humanos



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

SUMÁRIO

EDITORIAL

A educação no contexto da mobilidade internacional e das políticas migratórias
Education in the context of international mobility and migration policies

Roberto Marinucci

DOSSIÊ: “Educação, migração e direitos humanos”

A escola é para todos? As contradições em torno da presença de estudantes imigrantes nas escolas italianas

Célia Regina Vendramini, Fabio Perocco

L'Italia è alla ricerca di studenti internazionali che diventino lavoratori qualificati, ma ne ha ancora paura

Paolo Morozzo della Rocca

A presença desproporcional de estudantes de nacionalidade estrangeira na educação especial na Espanha: uma questão territorial?

F. Javier García Castaño, María Rubio Gómez, Elvira Molina Fernández

The challenges of education in contexts of increasing migratory diversity: (mis)adjustments, adaptive practices and creativity in Portuguese schools

Octávio Sacramento, Elizabeth Challinor, Pedro G. Silva

Imigração venezuelana, fronteira e interculturalidade: uma análise das experiências de educadoras e educadores em escolas públicas de Boa Vista (Roraima)

Sabrina Generali, Denise Cogo

Educação superior e reconhecimento de diplomas: ações de extensão desde uma universidade pública e de fronteira no Brasil

Paula Daniela Fernández, Fernando Romero Wimer

Enceja no exterior: interações, complexidade e desafios de uma política pública interseccional na dinâmica da emigração brasileira

Camila Escudero, Alex Guedes Brum

Derecho a la educación de la población migrante en Argentina y en Chile: revisión de antecedentes sobre acceso, brechas y obstáculos para la inclusión educativa

Paula Luciana Buratovich

Lengua-lugar y lengua-hogar: aportes teóricos para abordar la movilidad humana en contextos educativos

Thalita Camargo Angelucci

ARTIGOS

(Re)construcciones de la categoría migrante en las memorias de mujeres chilenas en región parisina

Belén Rojas Silva, Catalina Álvarez Martínez-Conde

Entre o limbo jurídico e racismos: reflexões sobre processos de bancarização e acesso a direitos de solicitantes de refúgio em São Paulo

Erika Andrea Butikofer, Andressa Alves Martino

Reflexões sobre a escuta clínico-política de pessoas negras imigrantes na realidade brasileira

Paula Campos Andrade, Gustavo da Silva Machado, Marcela de Andrade Gomes

Do Haiti à ‘terra nova’: contexto de vida e processo migratório de famílias haitianas

Ana Paula Risson, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

Reflexiones a la luz de los derechos humanos: análisis respecto a la movilidad humana y diversidad conforme jurisprudencia constitucional ecuatoriana

Andrea Carolina Subía Cabrera

The tightrope of transit and containment: a comparative scoping review of international migration to Chiapas and the Canary Islands (1991-2021)

Nicolas Parent, Stacey Wilson-Forsberg, Abderrahman Beggar

RESENHAS

Sociologia da imigração no Brasil, 1940-1970: A contribuição dos clássicos, por Márcio de Oliveira

Barbara Marciano Marques

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação
José Carlos Pereira

Presentation
José Carlos Pereira

ARTIGOS

A situação migratória no Brasil e na Itália
Célia Regina Vendramini

As migrações transnacionais e a sua relação com os governos brasileiros:
modelos migratórios adotados entre os anos de 1994 e 2022
Pedro Teixeira Pinus Greco

A Pastoral do Migrante como meio de ressocialização dos migrantes em Salvador-BA
Aline Veiga Moita

O imigrante ideal: uma análise da política imigratória de Getúlio Vargas (1930 – 1945)
Bruno Iury dos Reis Basílio

Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização
do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil
Márlio Lourenço Fernandes

Fronteiras simbólicas como espaços vivos **na beira do mar**,
de Maria Manuela Margarido, poetisa santomense
Edmilson Rodrigues

Infancias migrantes y fronteras: un estado de arte poco visible
Laura Janaina Días Amato
Daniel Alejandro Cubides

O ativismo de imigrantes e refugiados nos movimentos sociais contemporâneos
Anderson Barbosa de Lima
Sintilla Abreu Bastos Cartaxo

Nas redes da informalidade: a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019)
Claudia Morgana Machado Oliveira
Andrea Pacheco Pacifico Calazans

RESENHAS

CROSSING: how we label and react to people on the move
CRUZANDO: como rotulamos e reagimos às pessoas em movimento
Felipe Aquino Domiciano

Educação e migração no Brasil contemporâneo
Rômulo Sousa de Azevedo

